UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

LAURA SAHM SHDAIOR

ENTRE O EMPREGO E A MILITÂNCIA:

Ensaio sobre a atuação na rede pública de atenção ao usuário de drogas

São Paulo

2019

LAURA SAHM SHDAIOR

ENTRE O EMPREGO E A MILITÂNCIA:

Ensaaios sobre a atuação na rede pública de atenção ao usuário de drogas

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade de São Paulo, como exigência para obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica.

São Paulo

2019

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES
TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Shdaior, Laura Sahm

Entre o emprego e a militância: Ensaaios sobre a atuação na rede pública de atenção
ao usuário de drogas / Laura Sahm Shdaior; orientador Miriam Debieux Rosa. --
São Paulo, 2019.

103 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica) --
Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2019.

1. Psicanálise. 2. Cracolândia. 3. Militância. 4. Emprego. 5. Responsabilidade. I.
Rosa, Miriam Debieux, orient. II. Título.

LAURA SAHM SHDAIOR

ENTRE O EMPREGO E A MILITÂNCIA

Ensaio sobre a atuação na rede pública de atenção ao usuário de drogas

Dissertação apresentada à Universidade de São Paulo como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica.

Orientador: Prof^a Associada Miriam Debieux Rosa

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Associada Dra. Miriam Debieux Rosa
Universidade de São Paulo (USP)

Prof^a. Dra. Isabel Victoria Marazina

Prof. Dr. José Moura Gonçalves Filho
Universidade de São Paulo (USP)

DEDICATÓRIA

**Ao Carlão, ao Badaróss, ao Lucas, ao Vilmaro,
ao Fernando, ao Espíndola, ao Fábio, ao Patolino,
ao Edjaime, ao Benedito, à Fátima e ao Carlos,
ao Daniel, ao Kleber, ao Sidnei, ao Flávio,
ao Wagner, ao Breno
e a todos aqueles que me falaram sobre o indizível.**

AGRADECIMENTOS

À Miriam Debieux Rosa, pela aposta, pelo carinho, pela inspiração e por me introduzir o gosto pela psicanálise.

Ao Pedro Leite, por gastar sua cota de impressões comigo, por providenciar um computador decente, pela assistência técnica, pela paciência, por me obrigar a fazer, por me obrigar a parar, pelo apoio e por me ensinar diariamente sobre o que é o amor.

Aos meus pais, Jack e Estela, pelos muitos livros em casa e por me transmitirem o gosto pela palavra.

Ao meu irmão André, por fazer minhas lições de inglês até hoje.

Ao José Moura Gonçalves Filho e à Isabel Victoria Marazina, por comporem minha banca de defesa e pelas importantes marcas que deixaram em minha formação.

À Ana Musatti Braga e ao Paulo Endo, pelo que me ensinaram na ocasião da qualificação, antes e depois dela.

À Maria Cristina Vicentin, à Michele Faria e ao Leon Garcia, pela escuta, pelo retorno e pela validação da minha pergunta.

À Raonna Martins – que me aproximou do Laboratório –, à Camila Issa e à Ana Gebrim – de quem o Laboratório me aproximou, porque sem o *drops* da amizade não seria possível.

À Emília Broide, à Fernanda Sato, ao Diego Penha, ao Pedro Seincman, ao Gabriel Binkowski, à Barbara Cristina, à Gabriela Medeiros, à Marina Graminha, à Priscilla Santos, à Joana Primo, à Patrícia Ferreira, à Jaquelina Imbrizi, à Marcela Gomes e ao Ivan Estevão, pela troca, pela leitura e por todas as contribuições dadas ao texto e aos demais membros do Laboratório, especialmente ao Rodrigo Alencar, à Mariana Belluzzi, à Kamila Fahs, à Paula Pereira, à Marta Cerruti, à Sandra Alencar e à Cristina Rocha, pelas outras diversas formas de parceria neste percurso.

À Claudia Rocha, pela disponibilidade e doçura com que respondeu a todas as minhas solicitações.

À Lucy Petroucic e à Ana Lúcia Sesso, pela revisão e pelo suporte final.

Ao Augusto Viodres, por estar comigo quando “o dia passa, as horas se estendem e as pessoas ao redor nunca me entendem”, como diz Charlie Brown Jr..

À Livia Lemos e ao Thiago Reis, pelo acolhimento cotidiano das crises da escrita.

Ao Daniel Mello e ao Thiago De Marchi, por atenderem todas as minhas consultas desesperadas.

À equipe do Núcleo Gestor de Casos, por toda a compreensão; aos *personal parças*, por me ouvirem falar exaustivamente sobre a banalidade do mal; aos companheiros do Complexo Prates, da Craco Resiste, do Coletivo Sem Ternos, do Fórum Intersetorial de Drogas e Direitos Humanos, pela resistência; aos demais equipamentos por onde eu passei e aos demais personagens que citei, pelas cenas que vivemos juntos.

RESUMO

Se a reforma psiquiátrica e a redução de danos reconhecem a participação social como dimensão fundamental da atuação na rede de atenção psicossocial, é possível dizer que a prática das equipes desta rede coincide com o conceito de responsabilidade da Psicanálise e com a concepção de ação e política, de Hannah Arendt. A intervenção na região do centro da cidade de São Paulo conhecida como Cracolândia confirma essa perspectiva, uma vez que põe em evidência a dimensão social do sofrimento da população que por ali circula. Contudo, a transformação moderna da ação em comportamento alarga a distância entre política e atividade profissional, acusando a primeira de *militância* e restringindo a segunda ao que se denomina *emprego*. A consequência disso é uma leitura imaginária da responsabilidade dos atores envolvidos: aos profissionais das equipes multiprofissionais é atribuída a impotência e às instâncias superiores a onipotência. A fim de superar essa concepção, a presente dissertação procura fornecer ferramentas para que o profissional da rede pública de atenção ao usuário de drogas possa identificar, legitimar e realizar em suas práticas diárias o exercício da política, no sentido arendtiano do termo. Mais especificamente, o objetivo é apresentar a ética da responsabilidade em contraposição à lógica da obediência a fim de favorecer que os profissionais provoquem transformações em seu campo de atuação. Trata-se de um ensaio em psicanálise dividido em quatro capítulos. O primeiro visa delimitar o campo de intervenção e esclarece o que é intersetorialidade, integralidade e articulação de rede. Os três capítulos seguintes articulam conceitos arendtianos e psicanalíticos com cenas vividas na atuação da rede pública de atenção psicossocial, especificamente na região da Cracolândia. Em particular, as cenas do segundo capítulo introduzem a discussão sobre burocracia e seus desdobramentos a partir da exposição da banalidade do mal, pensada por Arendt. O terceiro capítulo discorre sobre a compreensão da autora sobre ação e os conceitos que a ela se relacionam. Ao delimitar também o que não corresponde à ação, a discussão psicanalítica sobre tática, estratégia e política será introduzida. Por fim, o quarto capítulo apresenta a concepção de Claude Lefort sobre o lugar vazio do poder e elenca ainda outras ferramentas que possam auxiliar o profissional da rede de atenção psicossocial em suas práticas diárias.

Palavras-chave: psicanálise. Cracolândia. militância. emprego. responsabilidade.

ABSTRACT

If the psychiatric reform and the harm reduction strategy acknowledge social participation as a fundamental aspect of operating within the psychosocial care network, it is safe to say that this network's operations agree with Hannah Arendt's concept of politics and action and also with the concept of responsibility, according to Psychoanalysis. The intervention that took place in downtown São Paulo, a region popularly known as "Crack-land", affirms this point of view, as it sheds light on the social facet of this population's suffering. However, modern era's transformation of action into behavior lengthens the distance between politics and professional activity, labeling the first as *militancy* and restricting the latter to what is called *employment*. As a consequence, there is an imaginary reading of what the involved actor's responsibilities are: the multi-professional teams are attributed with impotence while the higher instances are ascribed with omnipotence. For the purpose of overcoming this conception, this study aims to provide mechanisms to the professionals within the public network of drug-user care, so that they can identify, legitimize and perform, within their daily practice, the exercise of politics, according to Arendt's vision of what politics means. More specifically, the goal is to oppose the ethics of responsibility with the logic of submission, in order to create conditions for practitioners to transform their field of action. This is a psychoanalytic essay divided into four chapters. The first aims to delimit the field of intervention and clarifies the meaning of intersectoral actions, integrality and network articulation. The following three chapters connect arendtian and psychoanalytic concepts with real scenes from operating inside the public network of psychosocial care, specifically in the region called "Crack-land". Notably, the scenes in the second chapter introduce the discussion concerning bureaucracy and its development, based on the exposition of the banality of evil, thought out by Arendt. The third chapter is founded on the author's comprehension of *action*, and its underlying concepts. By also delimitating what does not correspond to action, the psychoanalytic debate surrounding tactics, strategy and politics will be introduced. Lastly, the fourth chapter presents Claude Lefort's conception of power as an empty space, and, furthermore, points out other tools that might assist professionals in the psychosocial care network in their daily practice.

Keywords: psychoanalysis. Crack-land. militancy. employment. responsibility.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
ASSOCIAÇÃO LIVRE-VICIADA	22
1 DE ONDE FALAMOS: OS FUNDAMENTOS DA REDE PÚBLICA DE ATENÇÃO AO USUÁRIO DE DROGAS	24
1.1 A Reforma psiquiátrica como luta política	24
1.2 A redução de danos como luta política	26
1.3 Integralidade e intersetorialidade	30
1.4 Articulação de rede: como opera e o que ela evidencia.....	33
1.5 A gestão da política na Cracolândia	38
2 O JOGO DA BATATA QUENTE: A BUROCRACIA NA GESTÃO DA POLÍTICA	43
2.1 O efeito encantatório: Estado, Prefeitura e povo	43
2.2 A banalidade do mal e a terceirização da responsabilidade	47
2.3 Autoridade e violência na gestão da política	51
2.4 Obediência e Militância.....	53
3 LUZ, CÂMERA: AÇÃO EM HANNAH ARENDT	57
3.1 Trabalho, obra e ação.....	57
3.2 A introdução de um “quem” como resposta ao governo de ninguém	58
3.3 A pluralidade, a liberdade e os princípios	59
3.4 Militar: verbo e substantivo	62
3.5 A transformação da ação em comportamento	66
3.6 Nem Eichmann, nem mártir: ensaio sobre tática, estratégia e política.....	74
3.7 O problema de “vestir a camisa”	77
4 ENCONTRANDO FERRAMENTAS PARA A ATUAÇÃO PROFISSIONAL	81
4.1 O lugar vazio do Poder e os três registros	81
4.2 A importância do antagonismo.....	82
4.3 Entre a impotência e a onipotência	84
4.4 Contornando a irreversibilidade e a imprevisibilidade da ação	88
4.5 O papel da arte	90
5 ENSAIO CONCLUSIVO: A CENA FINAL	92

INTRODUÇÃO

Conhecida como “Cracolândia”, a região onde se faz uso do crack a céu aberto no Centro da cidade de São Paulo chama a atenção por ser grande e polêmica. “A Cracolândia paulistana (...) chegou a ser a maior cena de uso do Brasil. Diferentemente de outras existentes no país onde há menos repressão e os usuários se escondem para fumar, na Cracolândia paulistana passaram a usar na frente de qualquer pessoa” (LANCETTI, 2015, p. 91). Apesar disso, existem regras estabelecidas pela convivência local, tal como o cessar do uso quando crianças passam. Alguém grita “Olha o Anjo!” e os usuários abaixam seus cachimbos.

Não se sabe ao certo quando que “Cracolândia” passa a ser um termo utilizado. Se foi em 1989 que aconteceu a primeira apreensão de crack em São Paulo (NAPPO, 2008), a região situada no Centro da cidade é desde antes espaço de concentração da população em situação de rua e de atividades ilícitas, tais como prostituição, consumo e venda de drogas. O Terminal Rodoviário da Luz contribuiu para uma enorme circulação de pessoas na região e seu fechamento estimulou a desvalorização econômica do bairro antes mesmo da vinda do crack para São Paulo (CALIL, 2015).

As polêmicas em torno do uso do termo “Cracolândia” também provêm da incerteza sobre sua autoria, o que nos questiona sobre como denominar o local. Esse nome aumenta o estigma da área ou é um posicionamento de afirmação e contra a higienização social? Como nos mostra Costa (2017), assim como estudiosos e profissionais da região, também os usuários se dividem ao defender o uso do termo.

Se “Cracolândia” geralmente nomeia uma região, o modo de se referir estritamente à cena de uso de drogas por parte dos usuários é “fluxo”, termo que Costa (2017) nos explica ter sido emprestado do funk para designar o conglomerado de pessoas que se reúne em torno do crack. Nesta dissertação utilizamos os dois termos por considerarmos que, apesar das controvérsias, são esses os nomes mais presentes no vocabulário dos atores locais.

Sabemos, contudo, que nem a Cracolândia nem o fluxo se restringem ao crack, tampouco a um endereço. Fazem-se mais a partir da relação entre seus membros do que a partir de um local definido. O uso de crack e outras drogas está certamente acompanhado de questões mais centrais, como a falta de moradia, de trabalho e a não garantia de ainda outros direitos básicos, elementos que “ênfaticam o sofrimento marcadamente advindo da posição sociopolítica do sujeito” (ROSA, 2016, p. 21). Não à toa Escóhotado (2008) define o crack como a cocaína do pobre, uma vez que o crack é um derivado da cocaína que pode ser fumado

e que tem menor custo. Além de ser em sua maioria pobre, a população do fluxo é em grande maioria negra, de forma que é descabido compreender a Cracolândia sem fazer um recorte de raça e classe social. O recorte de gênero também traz dados interessantes, mas não será aprofundado aqui.

Apesar da conotação social do sofrimento desta população, o discurso social hegemônico rapidamente situa a questão do uso de drogas e da vivência nas ruas no campo moral, considerando-a como um problema espiritual, de caráter e/ou de segurança pública. Desse modo, somam-se aos efeitos da desigualdade social as consequências negativas advindas de estigmas, tais como “endemoniado”, “vagabundo” e “ladrão”. “Os excessos [de violência] em jogo esvaziam a reflexão e o debate político de modo que turve a presença dos conflitos sociais e dos discursos alienantes” (ROSA, 2016, p. 25). No melhor dos cenários, quando a temática das drogas em contextos de vulnerabilidade social sai do campo moral, ela passa para o campo da saúde. Daí o advento do conceito da dependência química, do uso de drogas como doença.

Mas se ler a Cracolândia apenas a partir do prisma da dependência química nos parece insuficiente, é também porque ela ocupa uma região onde interesses econômicos estão em jogo. Dessa forma, se por um lado concentra uma população invisibilizada, por outro é uma das regiões de São Paulo com maior visibilidade midiática. “Com a invisibilidade a respeito das vidas, dos motivos que levaram essas pessoas a habitar ou transitar pelo fluxo convive uma hipervisibilidade de câmeras e holofotes” (LANCETTI, 2015, p. 93). Na maior parte das vezes a mídia colabora para que não nos sensibilizemos com a condição dessas pessoas, associando sua imagem a sentimentos como nojo, medo e repulsa: “*Noia* tem passado a ser termo agregador e rótulo pejorativo dos efeitos imediatos do uso de crack e, também, dos usuários cuja corporalidade abjeta ganha destaque” (RUI, 2014, p. 316).

Os quarteirões que o fluxo ocupa e desocupa a cada intervenção policial são objeto de especulação imobiliária. É especialmente por isso que inúmeras intervenções públicas se concentram na região. Para além das intervenções de voluntários, religiosos, movimentos sociais no local, muitos projetos e programas federais, estaduais e municipais foram idealizados e realizados, quase sempre motivados pelo desejo de higienização social. Sendo assim, além de palco de disputas econômicas, a região é marcada por violação de direitos humanos, violações estas que se estendem à vizinhança do fluxo.

Há pelo menos 20 anos, as ruas do entorno dos bairros da Luz e dos Campos Elíseos, em São Paulo, são conhecidas pela ocupação e pelo fluxo de pessoas em situação de rua, miséria e sofrimento que, por também consumirem crack, ficaram estigmatizadas tão somente como “usuárias de crack” ou, na gíria pejorativa, “noias” e “craqueiros”.

Para impedir a fixação delas nesse espaço urbano central, várias iniciativas foram tentadas pelos poderes públicos ao longo dos anos 1990 e 2000, tanto aquelas que tiveram o objetivo de reformular as características da região, como as reformas estruturais de edifícios, como a Sala São Paulo, a Pinacoteca e o Museu da Língua Portuguesa, quanto às operações performáticas dos órgãos de segurança pública municipal e estadual (RUI. T.; FIORE, M.; TÓFOLI, L.F., 2016, p. 05.).

Quando falamos em violência policial na região da Cracolândia, estamos nos referindo à violência da Guarda Civil Metropolitana (GCM) e da Polícia Militar (PM), ou seja, à esfera municipal e estadual, respectivamente. Neste território, historicamente a GCM tem mais conflitos com os usuários do que a PM, ainda que o Estado tradicionalmente aposte na ostensiva policial como abordagem do fluxo e ainda que a PM seja conhecida nacionalmente como mais violenta. Em particular, a GCM acompanha as intervenções da zeladoria, ocasiões em que recolhe os bens dos usuários, mas ambas se utilizam da força e realizam intervenções sem avisar os profissionais da rede de atenção psicossocial. Considerando a ostensiva da GCM no território, não seria incorreto dizer que a GCM realiza procedimentos atribuídos à PM.

Em suma, é em meio a esses tensionamentos que se situam as equipes da rede de atenção psicossocial da região central da cidade. Por rede de atenção psicossocial entende-se o conjunto de dispositivos que substituem o manicômio. Fruto da reforma psiquiátrica brasileira, essa rede é também impactada pelos avanços da redução de danos, de modo que compreende ainda uma rede de atenção ao usuário de drogas. A rede segue a lógica territorial e por isso se desmembra em várias redes regionais, que tem seus próprios equipamentos e especificidades: uma região, seus bairros e ruas são sempre ao mesmo tempo objeto, palco e instrumento de intervenção da rede de atenção psicossocial local. As redes são compostas por psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, enfermeiros, técnicos de enfermagem, psiquiatras, educadores físicos,icineiros, médicos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, redutores de danos, técnicos e educadores que atuam em programas e equipamentos públicos.

No caso da região da Luz, programas e projetos públicos destinados especificamente à população da Cracolândia convivem com diversos serviços, tais como Centro de Atenção Psicossocial- Álcool e Drogas (CAPS-AD), CAPS Adulto, CAPS Infantil, Unidade Básica de Saúde (UBS), Centro de Assistência Médica Ambulatorial (AMA), Serviço de Assistência Especializada (SAE), Consultório na Rua, Centros de Acolhida, Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), Centros de Convivência e Serviço de Abordagem a Pessoas em Situação de Rua (SEAS). Eu fui contratada por alguns desses projetos, programas e serviços que compõem a rede de atenção psicossocial da região Central de São Paulo, mais especificamente a rede de atenção ao usuário de drogas, e pude vivenciar

os desafios presentes no cotidiano de atuação. Para além do complexo cenário exposto, as equipes multiprofissionais enfrentam diversas dificuldades: a precarização dos serviços, a incipiência das políticas intersecretariais, a escassez de recursos, a privatização dos equipamentos e a consequente ameaça de demissão, a rotatividade e a falta de formação continuada dos profissionais.

Por estarem diretamente expostos a problemáticas que extrapolam a questão do uso de drogas, os profissionais frequentemente experimentam o sentimento de impotência. Diante das demandas colocadas se sobrecarregam, adoecem ou naturalizam as situações vivenciadas, alienando-se da miséria que lhes é apresentada cotidianamente como questão. Ao se verem impedidos de ofertar aquilo que a eles é pedido para além de tratamento, muitas vezes os profissionais da rede de atenção psicossocial responsabilizam “O Estado” ou “A Prefeitura” pela negativa que se veem obrigados a dar. Mas se por um lado de fato há muita coisa que não está em seu alcance, por outro lado não é ele próprio a representação dessas instâncias em campo?

Sim, mas eu não tenho poder sobre isso – ouviria o usuário ao apresentar sua demanda. Sua chefe, então?, ele insistiria. Na melhor das hipóteses, a chefe é contatada e pode também admitir ao atendido sua impotência: Isso teria que ver lá na secretaria. Não é preciso ir muito longe para saber que a referida secretaria, também de mãos atadas, poderia terceirizar a questão, encaminhando o sujeito para outra secretaria, ou finalmente para o gabinete. Num caso hipotético de verdadeira escuta à demanda colocada, a questão chegaria à Prefeitura, que facilmente poderia atribuir ao Estado sua dificuldade, que então poderia responsabilizar a Presidência pelo seu fracasso. E o presidente, a despeito de toda a fantasia que os “reles mortais” fazem a seu respeito, quem sabe também não teria os recursos necessários para resolver a questão. Poderia ele, então, fazê-la voltar para “de onde veio”, ou, poderia, por que não?, culpar “O Sistema”. Mas o que é “O Sistema” se não todos esses agentes por onde a problemática passou? Haveria alguém que de fato saberia ou poderia resolver tudo?

Essa totalidade suposta nas instâncias superiores ou na ideia de “Sistema” é própria ao que Lacan compreendeu como o registro psíquico do *imaginário*. O autor fala que a realidade humana se apresenta na articulação de três registros essenciais, quais sejam, o real, o simbólico e o imaginário. Ainda que se constituam na relação entre si, didaticamente podemos expô-los em separado. Particularmente o registro imaginário se origina, mas não se limita ao estágio do espelho:

drama cujo impulso interno precipita-se da insuficiência para a antecipação – e que fabrica para o sujeito, apanhado no engodo da identificação espacial, as fantasias que

se sucedem desde uma imagem despedaçada do corpo até uma forma de sua totalidade que chamaremos de ortopédica – e para a armadura enfim assumida de uma identidade alienante, que marcará com sua estrutura rígida todo o seu desenvolvimento mental (LACAN, 1965a, p. 100).

Como vimos, o eu é fundado a partir da relação especular, o que tem impacto sobre o campo relacional do sujeito. Dessa forma, não seria incorreto dizer que o imaginário diz respeito ao campo da relação com o outro e, portanto, ao campo político:

o fato de que a ideia de que o saber possa constituir uma totalidade é, por assim dizer, imanente ao campo político como tal. Sabe-se disso há muito tempo. A ideia imaginária do todo tal como é dada pelo corpo – como baseada na boa forma da satisfação, naquilo que, indo aos extremos, faz esfera – foi sempre utilizada na política, pelo partido da pregação política. O que há de mais belo, mas também de menos aberto? E o que mais se parece com o fechamento da satisfação? A colusão dessa imagem com a ideia da satisfação, eis contra o que temos que lutar cada vez que encontramos alguma coisa que faz nó no trabalho de que se trata, o do descobrimento pelas vias do inconsciente. É o obstáculo, o limite, ou melhor, é a névoa na qual perdemos a direção e onde nos vemos obstruídos (LACAN, 1969-1970, p. 31).

A menção ao Poder Público como instância absoluta e onipotente é própria da predominância do imaginário no discurso político. Na burocracia isso se expressa por meio da localização da potência como atributo de esferas superiores: enquanto a possibilidade de transformação é destinada a uma cúpula que supostamente a tudo comanda, “eu nada posso fazer”. Nesta dissertação chamo esse fenômeno de terceirização da responsabilidade a uma instância abstrata que, dificilmente encontrada, aparece na imagem de um governante desencarnado. Reconheço esse processo como parte da *banalidade do mal* teorizada por Hannah Arendt. Nessa formulação a autora tece considerações sobre a obediência e a incapacidade de pensar, defendendo que elas podem implicar na participação em crimes contra a humanidade, como observamos na Segunda Guerra Mundial. “A ‘banalidade do mal’ estava ligada à incapacidade de pensar e à execução automática de tarefas do burocrata moderno” (PERRONE-MOISÉS, 2015, p. 14).

Para Hannah Arendt, o que se opõe à banalidade do mal é a política. Sua concepção do termo define a política como aquilo que se dá entre os homens, no domínio público, na comunidade. “Política diz respeito à coexistência e associação de homens diferentes” (ARENDT, 2008, p. 145). Para que haja política, no entanto, é necessário que haja o que a autora defendeu como uma ética da responsabilidade, uma vez que “o fundamento supremo da ética é político” (ZIZEK, 2005, p. 201). A ética da responsabilidade diz respeito àquilo que os homens dizem e fazem no espaço público, no espaço das aparências. Uma leitura psicanalítica concorda que “a responsabilidade tem um fundamento relacional, na medida em

que é no vínculo com o outro e na interpelação que o sujeito se sente convocado a responder, que ele dá conta de si e de suas ações” (BERTOL, 2019, p. 63).

As definições de política e de responsabilidade apresentadas norteiam a presente pesquisa e apontam caminhos para que a intervenção nos processos burocráticos que compõem o cotidiano da rede de atenção psicossocial seja possível. Ora, se a coexistência é elemento central desta discussão é porque a política não é limitada a alguns; pelo contrário, é uma construção coletiva que extrapola a gestão da política. Nesse sentido, se o profissional afirma que nem tudo é de sua responsabilidade, tampouco ele pode concordar que nada lhe compete. Essa concepção tem importantes implicações práticas: ao mesmo tempo que põe potência nas mãos das equipes dos serviços, pode instituir impasses nas relações hierárquicas das instituições.

Isso acontece à medida que concordamos que gestão da política não é o mesmo que política, ou, como define Rancière, que polícia não é o mesmo que política. Segundo o autor, conforme aprofundaremos mais adiante, devemos “reservar a palavra política ao conjunto das atividades que vêm perturbar a ordem da polícia” (Rancière, 1996, p. 372) por meio do dissenso. Não por acaso Lacan afirmou que “Por nossa posição de sujeito, sempre somos responsáveis. Que chamem a isso como quiserem, terrorismo” (LACAN, 1965c, p. 873). De fato, intervir ou tomar posição nem sempre é visto com bons olhos. Sabemos que os interesses das empresas que administram os equipamentos públicos se sobressaem em relação às portarias que regulam a legislação brasileira, ainda que esses serviços tenham sido construídos em decorrência delas.

O que pouco discutimos é que, além de gerar mal-estar, o profissional que interpela a política pública durante sua atuação frequentemente gera também um mal-entendido: se aos seus olhos está simplesmente exercendo sua função, aos olhos da gestão seu fazer pode ser interpretado como ingerência. Daí decorrem advertências mais ou menos sérias. Para justificar as penalizações aplicadas aos funcionários, muitas vezes gerentes, coordenadores e supervisores dos serviços procuram alargar o espaço que diferencia uma atividade profissional de uma luta política. Apresentam-nas como dimensões desarticuladas e utilizam nomenclaturas que evidenciam a tentativa de desvincular uma da outra. Assim, atividade profissional torna-se emprego e luta política, militância.

Emprego, ao contrário da compreensão marxista e também da perspectiva arendtiana de trabalho, se define como “ocupação que se realiza em troca de remuneração. Colocação em serviço particular ou público; cargo, função, lugar, ocupação, trabalho. Situação ou funções de quem faz serviço em repartição pública ou estabelecimento particular; cargo” (MICHAELIS,

2019). Em contraposição, militância é definida como “uma metodologia para produzir ações coletivas a fim de intervir, ou interferir, nas normas sociais vigentes” (SALES; FONTES; YASUI, 2018, p. 568). Trata-se de um termo carregado de sentido que faz referência a uma maneira de fazer luta política.

Sabemos que o termo *política* pode ressoar de forma pejorativa, uma vez que para boa parte da população é comumente relacionado à corrupção, à alienação, ao radicalismo, e à defesa de interesses particulares ou de pequenos grupos. Essas associações contribuem para a crescente desqualificação do conceito e têm como consequência o afastamento dos sujeitos daquilo que podemos chamar de “o fazer das políticas”: ouvimos com frequência e de todos os lados que os homens de bem não estão na política. Nesses casos política estaria assumindo o sentido de gestão da política, de política partidária ou, nas palavras de Rancière, de polícia.

No entanto, se, como o autor sugere, tomarmos “não a política no sentido comumente utilizado para designar os processos eleitorais, o exercício dos poderes legislativo e executivo, as práticas respaldadas pelo consenso etc., mas política como possibilidade de ruptura da ordem” (MENDONÇA; VIEIRA JUNIOR, 2014, p. 118), veremos que política diz respeito a todos os homens. Em outras palavras, se o princípio estruturante de uma sociedade humana também é político (ZIZEK; DALY, 2005), se ética coincide com o que é política, parece-nos impossível restringi-la ao debate partidário. Sabemos que “os preconceitos invadem nosso pensamento; jogam o bebê fora junto com a água do banho, confundem a política com aquilo que levaria ao seu próprio fim e apresentam essa catástrofe como algo que é inerente à natureza das coisas” (ARENDT, 2008, p. 148), quando na verdade não é.

Por isso e, sobretudo, porque atualmente no Brasil estamos vivendo assustadores retrocessos nesse campo, é preciso resgatar uma concepção de política que, além de alinhada com a divisão do sujeito (conforme explicaremos), seja inerente à coexistência e à ética da responsabilidade. A necessidade desse resgate se presentifica no campo da rede pública de atenção ao usuário de drogas e é o que justifica esta dissertação: uma vez que a compreensão hegemônica de política é a que rege o cotidiano dos profissionais, é de extrema relevância científica e social que uma outra conceituação seja apresentada e relacionada com sua prática.

Nesse sentido, a presente pesquisa, motivada em responder qual é o papel do profissional da rede pública de atenção ao usuário de drogas, tem por objetivo fornecer ferramentas para que ele possa identificar, legitimar e realizar o exercício da política em suas práticas diárias. Mais especificamente, visa apresentar a ética da responsabilidade em contraposição à lógica da obediência a fim de favorecer que os profissionais provoquem transformações em seu campo de atuação.

Para tanto, relato cenas que vivi como profissional da rede pública de atenção psicossocial. São elas o principal material de pesquisa, uma vez que, por ângulos diferentes, trazem à tona a questão da responsabilidade de uma função e permitem interrogá-la. Vale dizer que, devido à necessidade de recortar o objeto de pesquisa, o personagem que ganhou destaque nesta dissertação é o profissional da rede pública de atenção ao usuário de drogas geralmente contratado por empresas privadas.

As cenas por ele vivenciadas condensam aspectos políticos, sociais e subjetivos que podem ser analisados, tornando coletivo o que recai sobre o individual. Desse modo, a presente dissertação atribui o sentido psicanalítico ao termo *cena*, que assume aqui uma roupagem específica, como sugere a escrita de Corso (2005):

Uma vez Contardo Calligaris, colega e mestre, que tenho em mais alta estima, sugeriu que existiria uma cena primária do psicanalista. Funcionaria assim: um psicanalista seria fruto de uma cena forte à qual foi confrontado e ficou sem resposta. Ou seja, um encontro particular com uma encruzilhada enigmática, onde alguém seria tomado numa situação de radical falta de sentido, a qual teria a possibilidade de lhe inclinar à psicanálise, num momento posterior. Em outras palavras, a busca por resolver um enigma inaugural o encaminha a essa hermenêutica particular que é a psicanálise. Digamos que a cena é o problema e a psicanálise é a busca pela resposta. A cena primária nunca se constituiu num conceito psicanalítico propriamente dito, ela pertence mais ao território da literatura psicanalítica, onde habitam as situações exemplares que Freud usa para ilustrar seu pensamento (CORSO, 2005, p. 44).

Porque ilustram os impasses sobre os quais me debruço, as cenas são descritas em primeira pessoa, na forma de ensaios em psicanálise. Essa escolha metodológica se deu através da percepção de que somente desse modo seria possível transmitir minha experiência na rede pública de atenção ao usuário de álcool e outras drogas do Centro de São Paulo e os questionamentos que dela decorreram. São eles que guiam minha escrita e é de seus desdobramentos que espero respostas. “O ensaio é levado, assim, a lidar de modo explícito e assumido com a questão da transmissão, ou seja, do modo de circulação da reflexão, entendendo que o texto nunca consiste em neutro veículo de uma ideia pura, mas é, nele mesmo (...), o *pensamento*” (RIVERA, 2017, p. 12).

O ensaio é também um convite ao pensamento “sem qualquer pretensão de dar seu trajeto como acabado, como conclusivo” (SAHM, 2013, p. 97). Antes de trazer respostas, o ensaio me permitiu apresentar o impasse no qual se insere o profissional da rede de atenção psicossocial perante a responsabilidade de sua função. Nesse sentido, não uso de minhas interrogações com o objetivo de inaugurar novas formas ou estilos de escrita. Trata-se, antes de mais nada, do modo que me permitiu perseguir eticamente minhas perguntas.

Ousar mostrar o emaranhado da reflexão é perceber e assumir que não há um eu senhor da razão que a enuncia, mas que as próprias palavras, emaranhadas, são o sujeito (...). Entretanto, emaranhamento não quer dizer confusão ou hermetismo, e quanto a isso é necessário ter cautela ao falar sobre ensaio. Ele não corresponde a um tipo de escrito menos rigoroso do que o texto mais conceitual ou acadêmico (...). Não estou nem mesmo segura de que o ensaio seja mais “livre”, como se costuma afirmar, pois muitas vezes ele busca seguir as exigências internas às próprias questões de que trata (ou é a isso constrangido), o que configura uma espécie de rigor mais sutil e matizado, mas não menos estrito do que aquele dos pretensos cânones da escrita científica (RIVERA, 2017, p. 14).

Este rigor do ensaio combina perfeitamente com a escrita psicanalítica e auxilia na tentativa de, “em vez de escrever ‘sobre psicanálise’, escrever psicanaliticamente” (RIVERA, 2017, p. 17). Contudo, se em um ensaio em psicanálise fica suposto o reconhecimento do inconsciente e da transferência, não me furto a discorrer sobre eles enquanto ainda estamos na Introdução. Sabemos que ambos são centrais no método psicanalítico e que não se manifestam apenas no consultório do psicanalista, uma vez que são dimensões do sujeito e de seu campo relacional.

Como nos explica Freud, “chegamos ao termo ou conceito de inconsciente (...) pela consideração de certas experiências em que a *dinâmica* mental desempenha um papel” (FREUD, 2006b, p. 28). A existência do inconsciente implica em conceber a divisão do sujeito e sua impossibilidade de saber tudo sobre si. O sujeito não pode ser concebido individualmente: “É a partir da relação com o Outro que podemos falar tanto da sua relação com o mundo como da sua relação com esse saber que lhe escapa” (BRAGA, 2016, p. 33), o inconsciente. É porque algo lhe escapa que dizemos que o sujeito é não todo, constituído e inaugurado pela falta. Essa compreensão tem efeitos sobre a concepção das instâncias políticas: também não seriam elas não todas, divididas? A divisão do sujeito “se impõe enquanto corte intransponível ao abordarmos o campo da política, já que este sujeito opera em suas relações com este saber faltante. Falta que é comumente capitalizada pela promessa política” (ALENCAR, 2012, p. 31), mas que também recai sobre todas as suas instâncias.

É possível perceber que a concepção de inconsciente traz consigo o conceito de transferência. Sobre isso Lacan nos elucida ao afirmar que os conhecimentos sobre o inconsciente mostram que: “existem fenômenos psíquicos que (...) se constroem para serem ouvidos; portanto, justamente para este outro que está ali, mesmo que não se o saiba. (...) Em outras palavras, parece-me impossível eliminar do fenômeno da transferência o fato de que ela se manifesta na relação com alguém a quem se fala” (LACAN, 1960-1961, p. 221).

A transferência diz respeito ao campo relacional do sujeito, ao fato de ele se constituir no laço social, o que também aparece nas pesquisas: “É nas transferências tecidas em campo que ocorre o enlaçamento social no qual o investigador psicanalista cria seu campo de

pesquisa e intervenção, sendo que, ao mesmo tempo, não está fora do campo, faz parte dele e por ele também se vê modificado” (ROSA; BROIDE; SEINCMAN, 2018, p. 118). Considerar a dimensão da transferência nesta dissertação significa também destacar o lugar de onde falo. Para além do cargo ocupado, é preciso sempre lembrar que minhas vivências e relações também operam a partir dos marcadores sociais de raça e classe social (sou branca, de classe média). O lugar de privilégio se evidencia quando enfrentar a polícia ou perder o emprego, por exemplo, se apresentam como situações de menor risco para mim do que para a maioria dos meus colegas.

É a partir desses pressupostos e composta por quatro capítulos que a pesquisa se desenvolve. O primeiro capítulo consiste em uma retomada breve da reforma psiquiátrica e da redução de danos no Brasil. Nele trechos da história são descritos no intuito de demonstrar que a prática nunca esteve dissociada da política e que a equivalência entre ambas constitui a própria rede de atenção psicossocial. Os conceitos de integralidade, intersetorialidade e articulação de rede são apresentados como produtos e ao mesmo tempo recursos para a atuação na rede de atenção ao usuário de drogas. Trata-se da delimitação de um campo de intervenção.

Os três capítulos seguintes articulam conceitos arendtianos e psicanalíticos com as cenas que vivi enquanto profissional da rede pública de atenção psicossocial. Elas trazem perguntas que apresentam os impasses da atuação no que concerne à ética da responsabilidade e por isso foram escolhidas. Abordam diferentes contextos e trazem diversos personagens reais, a quem decididamente nomeio. Se o leitor a princípio pode sentir que por isso o debate fica personalizado em determinadas figuras, a recomendação é que aposte na proposta. Como vimos, na banalidade do mal o governante aparece desencarnado e na gestão da política os usuários de drogas são invisibilizados. Identificar os atores envolvidos, então, pode fazer frente a esses processos e por isso nos parece potente. Para preservar sua privacidade, no entanto, eles são designados por nomes fictícios. Nas ocasiões em que as pessoas são apresentadas com seus sobrenomes, porém, me utilizo de seus nomes verdadeiros devidamente autorizados no caso de não se tratarem de figuras públicas. Isso acontece quando são apresentadas brevemente, não carecendo da privacidade.

As cenas do segundo capítulo aprofundam a discussão sobre a banalidade do mal e seus efeitos. Apresento aquilo que entendo como a terceirização da responsabilidade, recuperando a questão da obediência e da militância como elementos centrais do debate. O terceiro capítulo discorre sobre a concepção de ação para Hannah Arendt e sua transformação em comportamento. Trata-se de um ponto central da dissertação do qual decorrem ainda

outros conceitos. Ainda no terceiro capítulo introduzo as contribuições psicanalíticas sobre tática, estratégia e política quando falo sobre o perigo de solucionar a impotência através de intervenções que visem à onipotência. Por fim, no quarto capítulo discuto as possibilidades que se situam entre esses dois extremos. Para tanto trago a compreensão do filósofo Claude Lefort sobre o lugar vazio do poder e o antagonismo e assim retomo a importância da ação. Dou segmento tecendo considerações sobre os meios de reparar a irreversibilidade e imprevisibilidade da ação e termino destacando a importância da arte para a vida humana.

ASSOCIAÇÃO LIVRE-VICIADA

Hoje é domingo
 Pé de cachimbo
 Cachimbo de Crack
 Polícia, massacre
 Esse Doria é um saco
 Nos enfiou no buraco
 O buraco é fundo
 Será o fim desse mundo?

Hoje o massacre
 É em nome do crack
 Querem gente no saco
 Pra enterrar no buraco
 O buraco é fundo
 Caberia todo mundo
 Tudo isso por cachimbo?
 Em pleno domingo

Hoje tá um saco
 Eu tô no buraco
 Me devolva meu mundo
 Sem prédios no fundo
 O cachimbo é de ouro?
 A Polícia é um touro!
 Esse Doria é um crack
 Em operar o massacre

Hoje é um buraco
 A polícia é um saco
 Desencana do crack
 O problema é o massacre
 No fim todo mundo
 Quer ir lá no fundo
 Seu whisky de domingo
 Pra ele é um cachimbo

Hoje é no fundo
 De novo esse mundo
 Fantástico de domingo?
 É mais leve um cachimbo
 A polícia é valente
 Bate na gente
 O capital é um touro
 Os imóveis valem ouro

Hoje é domingo
 Pede cachimbo
 O cachimbo no saco
 Escondido no buraco
 O buraco é mais fundo
 O dinheiro é i-mundo

E o saco de ouro
É do Doria, esse touro
Hoje é de ouro
E eu sou o touro!
Que cansado não fraco!
Vai sair do buraco
Eu sou muita gente
E a gente é valente
O buraco tá fundo
Vamos mudar esse mundo!¹

¹ Poema que fiz em 2017, após alguns meses do início da traumática entrada de João Doria e sua equipe na Prefeitura de São Paulo. Contra a gestão marcada pelo encerramento do Programa de Braços Abertos, pela oferta de internação como solução, pelo aumento do uso da força policial na Cracolândia e pelo despejo das famílias locais, participei de um evento que procurava reunir militantes, usuários, profissionais e moradores da região da Luz para fazer frente à especulação imobiliária na região. Na ocasião trouxemos lambes com as estrofes do poema e os colamos nas cercas colocadas em torno dos prédios construídos nas proximidades da famosa cena de uso de crack. Para nossa surpresa, passaram-se meses e a colagem continuou ali, desgastada pelo tempo e pela chuva, mas ali. Posteriormente o poema foi ilustrado pelo artista Raphael Escobar em uma versão animada editada por Daniel Mello e publicada pelos Psicanalistas pela Democracia.

1 DE ONDE FALAMOS: OS FUNDAMENTOS DA REDE PÚBLICA DE ATENÇÃO AO USUÁRIO DE DROGAS

Este capítulo visa delimitar o campo de intervenção de onde parte a presente pesquisa. Para tanto, discorre brevemente sobre as intervenções públicas que aconteceram no território da Cracolândia entre 2011 e 2018. Antes recupera passagens importantes da reforma psiquiátrica do Brasil e da estratégia de redução de danos para apresentar os conceitos de intersectorialidade, integralidade e articulação de rede que embasam suas práticas. A ideia é demonstrar que a atuação na rede de atenção psicossocial, especialmente na rede pública de atenção ao usuário de drogas, compreende a política como parte de seu exercício.

1.1 A Reforma psiquiátrica como luta política

Se Pinel, em seu famoso ato heroico, liberta os loucos das correntes a que estavam presos nas instituições asilares, ele os aprisiona na compreensão de loucura como doença e naquilo que a psiquiatria concebeu como tratamento: manicômios, choque elétrico, lobotomia, medicação excessiva. “É entre os muros do internamento que Pinel e a psiquiatria do século XIX encontrarão os loucos; é lá – não nos esqueçamos – que eles os deixarão, não sem antes se vangloriarem por terem-nos ‘libertado’” (FOUCAULT, 2005, p. 48).

As reformas psiquiátricas foram revoluções na maneira de pensar e atuar sobre o campo da loucura. Questionando os manicômios e pautados no cuidado em liberdade, esses movimentos tiveram início depois da Segunda Guerra Mundial, o que não parece ser uma coincidência: o horror da guerra levantou em alguns o alerta sobre as consequências de políticas de exclusão. Talvez por isso Franco Basaglia (1924-1980) tenha comparado o Hospital Psiquiátrico de Barbacena com campos de concentração quando visitou o Brasil em 1979. Essas palavras, mencionadas em coletiva de imprensa, foram narradas no livro *Holocausto Brasileiro*, nome que descreve a violência bárbara que aconteceu em Minas Gerais (ARBEX, 2013, p. 15).

A exclusão em manicômios e os desastres provocados pela internação de pessoas em instituições de caráter asilar mostraram a urgência de se pensar sobre o modelo de tratamento da loucura que era referência até a década de 1970. Passou-se a falar em “desinstitucionalização”, processo que visava não apenas a desospitalização dos pacientes internados, mas, especialmente, a desconstrução de um modelo manicomial de tratamento da loucura e, por que não dizer, da diferença.

Durante todo seu percurso profissional e especialmente ao final de sua atuação como psiquiatra e diretor de hospitais psiquiátricos, Basaglia – juntamente com a constante consolidação da Psiquiatria Democrática – ensinou-nos que a intervenção na saúde não poderia ser desmembrada da intervenção política. O fechamento do Hospital Provincial da cidade de Trieste e a criação de uma rede substitutiva ao modelo asilar teve repercussões nos sujeitos atendidos e no município. Teve impacto inclusive na legislação da Itália: a lei conhecida como Lei Basaglia, de 1978, estabelece para o país a utilização de outros aparatos de cuidado que não os hospitais psiquiátricos (GOULART, 2007, p. 89).

No Brasil hoje sabemos da importância da Lei 10.216, que marca a reforma psiquiátrica Brasileira influenciada especialmente pelas experiências da Itália. Pouco sabemos, no entanto, da luta política que foi estabelecida por mais de uma década até que essa lei entrasse em vigor.

É importante afirmar que todas as transformações realizadas se deram em meio ao enfrentamento da ditadura brasileira. Para citar alguns acontecimentos fundamentais para nossa discussão, em 1986 aconteceu a 8ª Conferência Nacional de Saúde, que impulsionou a reforma sanitária brasileira; a constituição brasileira, elaborada para garantir direitos fundamentais à população, passou a vigorar em 1988; a Lei 8.080, que instaura o Sistema Único de Saúde (SUS), é de 1990, ano em que também o Estatuto da Criança e do Adolescente foi instituído. É no bojo de toda essa resistência que também a reforma psiquiátrica encontrou seu caminho no Brasil.

A necessidade de modificar o modelo asilar começa a surgir na década de 1970, valendo-se dos mesmos espaços críticos de produção do pensamento sobre a saúde, que abria o movimento mais amplo da reforma sanitária. Nasce e cresce, assim, a reforma psiquiátrica brasileira, que articula diversos atores sociais implicados na formulação das políticas de saúde mental no Brasil: movimentos, militância, profissionais da área, entidades de profissionais e setores da academia (MARAZINA, 2012, p. 53).

Em 1978, profissionais dos hospitais psiquiátricos do Rio de Janeiro fizeram denúncias sobre a precariedade das instituições em que atuavam. A ação teve como resultado uma série de demissões, que foram relatadas e problematizadas no V Congresso Brasileiro de Psiquiatria, onde o I Encontro Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental foi marcado, ocorrendo no ano seguinte na cidade de São Paulo. É mais ou menos daquela época que data a formação do Movimento Nacional dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM).

O incentivo à organização de profissionais e às associações de usuários e familiares é marca da reforma psiquiátrica brasileira que se estabelece em meio a um contexto de disputas

políticas importantes no país. O ano de 1987 marca especialmente esse processo com diversos acontecimentos de extrema relevância para sua consolidação. Foi quando aconteceu a I Conferência Nacional de Saúde Mental, reunião que teve repercussões decisivas, inclusive sobre a Constituinte: “seu relatório final propõe a reformulação do modelo assistencial em saúde mental, que implica a reformulação dos serviços, a definição de uma política afinada com a política de direitos humanos e, portanto, a redefinição da legislação em vigor até a data” (MARAZINA, 2012, p. 53).

Também em 1987 aconteceu em Bauru o II Congresso Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental, onde profissionais da área escreveram o manifesto que ficou conhecido como “Carta de Bauru”. “Este Congresso será marcado pelo nascimento do Movimento da Luta Antimanicomial (MLAM), com o lema ‘Por uma sociedade sem manicômios’, e pela escolha do 18 de maio como Dia da Luta Antimanicomial” (SERENO, 2018, p. 54). A criação do movimento foi motivada pela necessidade de diferenciar as pautas da gestão política daquelas da sociedade civil, mas diversos outros movimentos e associações surgiram depois desse.

Ainda em 1987 aconteceu a inauguração do primeiro Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do Brasil, o famoso CAPS Itapeva. Ao contrário da localização das instituições asilares, sediadas sempre longe dos centros comerciais e dos laços sociais dos pacientes, o CAPS Itapeva foi criado próximo à Avenida Paulista, coração da cidade de São Paulo. Dois anos depois, na cidade de Santos, o Hospital Psiquiátrico Clínica Anchieta foi fechado e o projeto de lei que originou a Lei Federal 10.216 foi elaborado.

Em meio a avanços e retrocessos, associações e rupturas, a luta antimanicomial seguiu e segue acontecendo no Brasil. Como vimos, a história da reforma psiquiátrica brasileira demonstra que a participação social é um instrumento de extrema importância para sua consolidação. “O próprio SUS determina espaços institucionais para a participação dos usuários dentro do sistema de saúde (...). Essa determinação opera como um vetor instituinte de legitimidade na organização dos grupos de familiares e usuários” (MARAZINA, 2012, p. 53). Se esses dispositivos auxiliaram na construção da transformação da atenção à saúde e do aparato asilar, também são fundamentais para sua manutenção e atualização.

1.2 A redução de danos como luta política

Assim como podemos ver no processo de emancipação da reforma psiquiátrica brasileira, também no que concerne aos avanços da redução de danos à atuação em saúde esteve sempre integrada com as pautas políticas de sua época e com aquilo que extrapola o que é concebido como estritamente da área da saúde.

Compreendida como prática e política destinada a usuários de drogas, a redução de danos é uma abordagem que entende o uso de drogas como um problema multifatorial, o que permite um deslocamento da discussão para outros setores além da saúde. A redução de danos ganhou visibilidade nos últimos anos por conta da disseminação de HIV entre populações usuárias de drogas e a necessidade de cuidar dessa problemática.

Os princípios que norteiam a abordagem da redução de danos têm por base o pragmatismo e o respeito aos direitos humanos. Entendendo que as pessoas continuarão usando drogas, porque não querem ou não conseguem parar, o objetivo da redução de danos é possibilitar que esse consumo ocasione o mínimo possível de danos à sociedade e aos cidadãos (MELCOP, 2002, p. 42).

A redução de danos opõe-se ao paradigma da abstinência, cuja única possibilidade é interromper o uso e onde o saber médico se afirma independente do sujeito atendido. Ao contrário, a redução de danos funciona como uma “construção de um saber com, em vez de um saber sobre o paciente, propondo uma modalidade de compreensão que inclui as vicissitudes e singularidades de cada sujeito e fugindo do paradigma formal de cuidado, em geral prescritivo-normativo” (KEMPER; MARTINS, MONTEIRO; PINTO, SILVA; WALTER 2015, p. 996).

Além de se definir em oposição ao paradigma da abstinência (o que é diferente de negar a abstinência como possibilidade clínica), a redução de danos também se consolida na oposição ao que entendemos como uma “normatização internacional política, médica, jurídica, policial e moral denominada proibicionismo” (CARNEIRO, 2017, p. 28). As intervenções das políticas proibicionistas são focadas na guerra às drogas e têm como principal efeito o impacto negativo nas populações mais vulneráveis.

Ao focalizar esforços em combater a produção das drogas, as estratégias policiais e militares assumem a função de controle social das camadas pobres, pois passam a localizar geograficamente um processo de produção transnacional: responsabilizam as favelas e os países periféricos por um mercado que é movimentado por uma lógica de consumo acionada pelos países de primeiro mundo (PASSOS; SOUZA, 2011, p. 156).

A percepção de que a guerra às drogas funciona como uma guerra a pessoas é algo que merece nossa atenção. Não diz respeito a uma questão sobre a qual não temos influência, mas, ao contrário, aponta para um importante campo de atuação e para um grande desafio. A estigmatização de pessoas envolvidas com o consumo e venda de drogas as destitui de humanidade, de tal modo que a sociedade não se incomoda com as violações a elas cometidas. Butler nos auxilia a entender esse processo quando refere que “enquadramentos normativos

estabelecem de antemão que tipo de vida será digna de ser vivida, qual vida será digna de ser preservada e qual vida será digna de ser lamentada. Essas formas de encarar a vida permeiam e justificam implicitamente as guerras contemporâneas” (BUTLER, 2016, p. 85).

Intervenções violentas contra essa população são justificadas mediante a sustentação de que ela representa ameaça ao restante da cidade. O tratamento por exclusão é reforçado pela compreensão de que, para o endemoniado, perigoso e doente, as prisões e instituições asilares são as únicas saídas. As alternativas apontadas pelos campos da religião, do direito e da psiquiatria tradicional (tais como internação compulsória para usuários de drogas em situação de rua) nos mostram que “o enfrentamento da redução de danos não é só com o discurso da lei, mas também com as práticas não discursivas das instituições disciplinares” (PASSOS; SOUZA, 2011, p. 157).

Se a droga funciona como modo de excluir e marcar negativamente pessoas, a redução de danos tem como posicionamento apontar para todas as outras condições que extrapolam o consumo de substâncias. Trata-se de tirar o foco da droga e devolvê-lo ao sujeito: “Estratégias de enfrentamento não podem ter como foco o consumo de drogas em si, mas os processos de vulnerabilidade relacionados, tanto no que se refere à diminuição dos fatores de risco quanto ao fortalecimento dos fatores de proteção” (SILVA; SANTOS, V.; SANTOS, J.E. DOS; OLIVEIRA; NOGUEIRA; GALASSI, 2014, p. 148).

É nesse sentido que a redução de danos se torna necessariamente uma luta política, aliada às pautas de outras populações vulneráveis pela gestão do comum. Trata-se de “uma luta que comunica e, sobretudo, cria um plano de comunicação entre lutas” (PASSOS; SOUZA, 2011, p. 160).

Sendo assim, o usuário de drogas deixa de ocupar o lugar restrito de paciente (como acontece em serviços onde o paradigma vigente é o da abstinência) e passa a exercer o papel de cidadão, que cuida de si e também das demandas de sua comunidade. “Com um território fortalecido, o cuidado em si e o enfrentamento dos desafios do cotidiano serão no sentido de recuperar uma vida ativa pelo movimento dos direitos próprios e de seu grupo” (SILVA; SANTOS, V.; SANTOS, J.E. DOS; OLIVEIRA; NOGUEIRA, 2014, p.151).

Dessa forma, vimos que, assim como defendido na criação do SUS e na consolidação da reforma psiquiátrica no Brasil, estar com saúde não equivale à simples remissão de sintomas. Saúde supõe estar no mundo, pois o homem é um ser social que se relaciona com outros homens e com o mundo onde vive:

A vida do homem, transcendendo a mera condição de quem “está vivo”, deita raízes em condições coletivas bem determinadas. O homem não simplesmente “está vivo”, mas existe. E existência, em sua mais rica acepção psicossocial, supõe participação no mundo (GONÇALVES FILHO, 1998, p. 56).

Especialmente no campo da redução de danos, vale dizer que o exercício do protagonismo modifica a própria relação do sujeito com as drogas, uma vez que ele ganha outro lugar social. O pertencimento a um grupo ajuda a desconstruir estigmas, mostrando a importância do laço para além dos que se restringem ao uso e abuso de drogas. “É preciso entender como a criação de redes de cooperação altera a relação com as drogas à medida que delimita um território existencial para os usuários de drogas” (PASSOS; SOUZA, 2011, p. 161).

Isso fica muito claro na experiência icônica que ocorreu na Holanda no início da década de 1980, quando o aumento da transmissão de hepatite e da aids dentre os usuários de drogas injetáveis colocou à tona o debate sobre a redução de danos no país. Naquela ocasião, uma comissão do Poder Público viabilizou a escuta dos usuários e incentivou que eles criassem uma associação, que ficou conhecida como Junkiebond. A partir da comunicação estabelecida, foi possível identificar a problemática: as farmácias não davam seringas para os usuários – provavelmente achando que assim eles não usariam drogas –; porém, na ausência delas os usuários não deixavam de consumir as substâncias, simplesmente compartilhavam as seringas já utilizadas, aumentando com isso o contágio de doenças. Eles pediram seringas novas, que eram entregues à medida que devolvessem as seringas velhas utilizadas para o consumo de drogas.

Os centros de distribuição e troca de seringas e agulhas foram abertos entre 1986 e 1987 na Holanda e também na Inglaterra, que em 1920 já havia sido precursora da redução de danos quando médicos propuseram a “terapia de desmame” e de substituição para dependentes de morfina por meio do Relatório de Rolleston (SHDAIOR, 2016, p. 19).

No Brasil, em 1989, na cidade de Santos (onde os avanços da reforma psiquiátrica brasileira inicialmente se sedimentaram), a redução de danos foi pela primeira vez colocada em prática. Diante do alto índice de transmissão do HIV relacionado ao compartilhamento de seringas usadas para consumo de drogas injetáveis, profissionais autorizados pela Secretaria de Saúde do Município passaram a distribuir seringas descartáveis gratuitamente. Lancetti fez parte dessa ação e nos conta que:

A experiência ocorreu num clima de confronto e de radical postura em favor da defesa e da afirmação da vida. Precursora, enfrentou forte resistência da mídia local, das forças conservadoras da cidade e do Ministério Público. Para se ter ideia, o secretário municipal da Saúde na época, David Capistrano Filho, e o coordenador de aids, Fábio Mesquita, foram processados, acusados de incitar o uso de drogas ilegais,

e a experiência teve de ser interrompida por ordem judicial (LANCETTI, 2016, p. 79).

Contudo, em 1994, o Ministério da Saúde trouxe dados alarmantes sobre a relação do uso de drogas injetáveis e o aumento da aids no Brasil, de modo que a estratégia de redução de danos passou a ser uma estratégia nacional para o enfrentamento dessa situação. Foi então que a redução de danos “foi inserida como política em diferentes programas e secretarias que criaram, junto ao Projeto Drogas (Programa Nacional de DST/AIDS), diferentes linhas de intervenção estadual e municipal, principalmente a criação dos Programas de Redução de Danos” (PASSOS; SOUZA, 2011, p. 158), que têm como marca a educação entre pares, ou seja, a seleção de usuários de drogas para dentro das equipes como forma de incentivar seu cuidado e protagonismo.

Conforme enfatizam Passos e Souza (2011), esse avanço provocou um importante tensionamento político: de um lado a expansão das intervenções pautadas na redução de danos e, de outro, a resistência dos setores pautados pelo paradigma da abstinência e da legislação proibicionista. As consequências sofridas pela redução de danos deram origem à criação da Associação Brasileira de Redutores de Danos (Aborda), fundada em 1996 com o intuito de fortalecer a autonomia e organização política de usuários e redutores de danos por meio da criação de ONGs, por exemplo, e do livre exercício da militância política que não cabia no contexto institucional do Poder Público. Os efeitos foram de suma importância para o cenário político:

A rede nacional de redutores de danos passou a exercer um papel importante de mobilização e articulação nacional por uma nova política de drogas. Mobilizadas em redes, as associações passaram a lutar pelos direitos dos redutores de danos e dos usuários de drogas (PASSOS; SOUZA, 2011, p. 159).

Essa luta por fim auxiliou na ampliação da redução de danos no Brasil, que, a partir de 2003, começou a direcionar as intervenções voltadas para a atenção ao usuário de álcool e outras drogas no país: “as ações de RD [redução de danos] deixam de ser uma estratégia exclusiva dos Programas de DST/AIDS e se tornam uma estratégia norteadora da política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas e da Política de Saúde Mental” (PASSOS; SOUZA, 2011, p. 154).

1.3 Integralidade e intersetorialidade

Os avanços na abordagem da loucura e do uso de drogas foram possíveis porque a atuação da saúde não ficou restrita em si mesma, o que teve impactos importantes inclusive sobre a própria compreensão de *saúde*.

Modificações em relação a esse conceito ocorreram ao longo dos anos. Isso fica claro na própria definição da Organização Mundial da Saúde (1946), que compreende a saúde para além do contrário de adoecimento e que, portanto, passa a considerar aspectos também sociais para a aquisição do que vai chamar – de maneira utópica, podemos confessar – do “completo estado de bem-estar”.

Muito mais foi possível avançar com a compreensão de integralidade. Segundo Mattos (2001), a integralidade apareceu como conceito para a saúde com a medicina integral, que criticava o movimento de especialização dos médicos e defendia a importância de se compreender o sujeito como um todo. Posteriormente, a integralidade foi defendida pela reforma sanitária brasileira, transformando-se em um dos princípios do SUS. “Esse princípio é um dos mais preciosos em termos de demonstrar que a atenção à saúde deve levar em consideração as necessidades específicas de pessoas ou grupos de pessoas” (BRASIL, 2000, p. 31).

O cuidado integral, portanto, considera a totalidade do sujeito, compreensão que afeta a elaboração das leis e, em consequência, das políticas públicas. Por exemplo, a própria Lei Orgânica da Saúde (8.080/1990) “estabelece um conjunto de determinantes e condicionantes de saúde, afirmando que esta não é somente a ausência de doença, e considerando, portanto, dimensões como moradia, trabalho e saneamento básico” (KEMPER; MARTINS; MONTEIRO; PINTO; WALTER, 2015, p. 996).

Fincada nesse terreno e inspirada pelas experiências europeias, em especial pelo forte nome do já mencionado Franco Basaglia, a reforma psiquiátrica brasileira segue ampliando a noção de saúde ao se estruturar sobre o termo “biopsicossocial”. Esse termo, apesar de bastante criticado por ser demasiadamente vago, foi criado para reforçar a ideia de que a saúde, e também a loucura, tem aspectos biológicos, psicológicos e sociais, entendimento que tira o foco do sintoma do sujeito e tem consequências sobre a compreensão do que seria tratamento. Sendo assim, o manicômio deixa de ser considerado como possibilidade de cuidado não apenas porque é insalubre e provoca maior adoecimento, mas também porque a loucura não pode receber um tratamento apenas médico, uma vez que não é uma questão somente biológica.

Pautada nessa compreensão, a Lei 10.216, de 2001, além de defender a internação como recurso último e restringir os modelos asilares, aposta na já mencionada ideia de “desinstitucionalização” (BRASIL, 2004). Trata-se de tirar as pessoas dos manicômios e repudiar práticas excludentes e de violações de direitos humanos mesmo em instituições que funcionem aparentemente em liberdade. No entanto, para que desospitalização não provoque

desassistência, desinstitucionalização implica na construção e aposta em uma rede substitutiva de cuidado que, vale insistir, não inclui apenas instituições de saúde, mas toda uma rede de equipamentos e também recursos da comunidade. Essa lei:

Normatizou a atenção à pessoa com transtorno mental, que deve ser tratada em liberdade, com seus direitos humanos preservados e tendo garantias de melhor cuidado. A lei deixa clara a necessidade de se utilizarem recursos sociais oferecidos pela comunidade como constituintes do processo de cuidado, ressaltando que, independente da modalidade de tratamento, ele deve ser realizado com humanidade e respeito no interesse exclusivo de beneficiar a saúde da pessoa e sua reinserção social na família, no trabalho e na comunidade. Nesse sentido, a Política de Saúde Mental buscou ampliar a compreensão do problema para além do sintoma, considerando o contexto e suas relações como partes determinantes tanto dos processos de adoecimento quanto de reabilitação (SILVA; SANTOS, V.; SANTOS, J.E. DOS; OLIVEIRA; NOGUEIRA, 2014, p. 146).

É possível dizer que a Lei 10.216 também teve impacto sobre o cuidado das pessoas com uso problemático de drogas. É inegável que a reforma psiquiátrica no Brasil contribuiu para a defesa de uma abordagem multifatorial da questão, defendendo a garantia de direitos de usuários de drogas e seu cuidado em liberdade, como podemos ver a seguir:

Alinhados ao princípio da atenção integral, houve o reconhecimento de que o caráter multifatorial dos problemas relacionados ao uso dessas substâncias demandava uma diversidade de intervenções, que, por sua vez, impõem a ampliação da cobertura e do espectro de atuação dos profissionais de saúde para atender às necessidades dos usuários. Apesar de alguns embates ideológicos, passou-se a dar enfoque às ações de prevenção ao uso indevido de drogas, à reabilitação psicossocial dos usuários e à abordagem de redução de danos como filosofia de trabalho (VARELA; SALLES; DANTAS E SILVA; MONTEIRO, 2016, p. 297).

Reconhecendo as particularidades da temática das drogas, mas ainda dentro dessa perspectiva biopsicossocial, foi formulada, em 2004, a Política de Saúde para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas (BRASIL, 2004), que, destinada ao cuidado antimanicomial de pessoas com uso problemático de drogas, tem como diretriz a intervenção no território de construção e fortalecimento de rede: “Da mesma forma como expresso na Política de Saúde Mental, essa política também destaca o estímulo ao cuidado baseado na interação do sujeito com o ambiente” (SILVA; SANTOS, V.; SANTOS, J.E. DOS; OLIVEIRA; NOGUEIRA; GALASSI, 2014, p. 146).

O aspecto social mencionado na definição pela Organização Mundial da Saúde de saúde, a noção da abordagem biopsicossocial que sustenta a reforma psiquiátrica e a consideração do ambiente no cuidado do usuário de drogas são todas variações de uma mesma conquista: a percepção de que a saúde é multifatorial.

Aspectos físicos, mentais e sociais, mas também culturais, econômicos e jurídicos, influenciam os processos de adoecimento e de promoção de uma vida saudável. Dessa forma, é possível dizer que estar saudável se relaciona também com a garantia de direitos básicos,

tais como alimentação, moradia, emprego, educação, transporte, lazer para além do acesso ao SUS.

Dessa maneira, fica claro que para efetivar a integralidade do cuidado é necessário que a saúde provoque os outros campos da política para que os demais direitos sejam garantidos. Em outras palavras, é preciso que a saúde se articule com outros setores. Isso tem importantes efeitos no funcionamento dos equipamentos de saúde, gerando impacto sobre o discurso médico, uma vez que dá ênfase a uma compreensão de saúde que extrapola os cuidados médicos.

Defender uma abordagem multifatorial implica em defender soluções e estratégias multifatoriais, o que certamente se relaciona com a sustentação de pautas políticas. Sendo assim, vemo-nos diante de um novo desafio: a “intersectorialidade”, e aqui integralidade e intersectorialidade já não são propriedades da saúde.

Também influente na construção da reforma psiquiátrica brasileira por ser contemporânea a ela, a intersectorialidade é um conceito com maior destaque nas discussões sobre gestão de políticas públicas a partir da promulgação da Constituição de 1988 e do advento das políticas de combate à pobreza no Brasil. A intersectorialidade pode ser compreendida como estratégia de implementação das políticas públicas, modelo de gestão que ainda é pouco claro, mas que aparece como tendência de abordagem (NAVARRO, 2011).

Em oposição à setorialização das demandas sociais, que desconsidera o cidadão em sua integralidade e por isso oferece serviços públicos de forma fragmentada, as ações intersectoriais visam estabelecer relações entre diversos setores e sociedade civil com o objetivo de construir soluções integradas para problemas sociais, preferindo uma abordagem temática à setorializada (JUNQUEIRA, 2005). Segundo Navarro (2011), a troca de saberes entre os setores surge a partir da complexificação das leituras das políticas públicas, mas não implica em uma coesão dos atores envolvidos, tampouco em uma cooperação entre eles; pelo contrário, muitos conflitos advêm das práticas intersectoriais e é preciso sustentá-los para poder avançar.

1.4 Articulação de rede: como opera e o que ela evidencia

No campo da saúde mental e da atenção aos usuários de drogas, uma das formas de operar a intersectorialidade (visando ao cuidado integral) é através da articulação de rede. Mencionada nas políticas de atenção básica, saúde mental e álcool e outras drogas, mas também nos princípios do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e na própria definição da atenção em direitos humanos, a articulação de rede pressupõe a comunicação entre os

diversos setores da esfera pública, mas também entre os recursos das próprias comunidades: “A rede territorial é palco das ações sociais que constituem um sujeito, onde se produz/reproduz um conjunto de referências socioculturais, políticas e econômicas, as quais qualificam seu cotidiano e sua inserção no mundo” (KEMPER; MARTINS; MONTEIRO; PINTO; WALTER, 2015, p. 999).

Muito se fala sobre esse tema, mas o fato é que a articulação de rede implica em práticas inovadoras e complexas que ainda estão sendo construídas, experimentadas e estruturadas. A própria compreensão do que é “Rede” ainda está se constituindo sob o panorama de uma malha que é costurada coletivamente, assim como se amarram os nós de um tecido.

Isso é muito diferente do simples conjunto de instituições e equipamentos – públicos ou não. O encaminhamento de um usuário de um local para outro difere da ideia de integralidade e de atuação conjunta que embasa a noção de cuidado compartilhado. Dessa forma, “cabe ressaltar que se articular consiste no estabelecimento de conexões entre profissionais/serviços com vistas a qualificar o cuidado ao usuário. Nesse sentido, o que de fato é preconizado é a troca de informações” (VARELA; SALLES; DANTAS E SILVA; MONTEIRO, 2016, p. 301).

Essa troca de informações muitas vezes é feita através dos chamados espaços de articulação de rede, tais como reuniões de equipes, encontros de profissionais, debates com as comunidades, fóruns intersetoriais etc. Encontros intersetoriais entre gestores, profissionais, comunidades, usuários e profissionais são espaços muito potentes. Muitas vezes, mais do que as capacitações, são esses encontros que transmitem o saber acumulado e a compreensão de atuação em rede. “Entende-se que a oferta de educação permanente em saúde sobre o assunto e a promoção de espaços de diálogos e discussões entre a gestão e as equipes poderiam auxiliar na aproximação dos serviços” (VARELA; SALLES; DANTAS E SILVA; MONTEIRO, 2016, p. 301).

Para além do simples e fundamental efeito que um encontro entre pares pode promover no sentido de transmissão de saber, estabelecimento de laços e construção rica de discussões e reflexões, é verdade que intervenções criadas coletivamente também podem se apresentar como desdobramentos da participação de espaços de articulação de rede.

A rede pode atuar no território de duas formas: Com uma atitude técnica, embasada pelos diversos setores, como ações na comunidade, organizações não governamentais e setores públicos, normatizados pelas políticas de saúde, segurança e assistência social; Como um agir conceitual do momento social, questionador do socialmente instituído, por meio da necessidade, além das ações delineadas pelos programas específicos, indo ao encontro para uma busca coletiva na mediação dos

problemas do território. Ou seja, compreendendo uma necessidade de um agir pessoas em consonância com o profissional, pelo protagonismo coletivo de mudanças relacionadas ao abuso de drogas e às vulnerabilidades, para demandas de bem-estar e saúde (SILVA; SANTOS, V.; SANTOS, J.E. DOS; OLIVEIRA; NOGUEIRA; GALASSI, 2014, p. 147).

Relações intersetoriais se solidificam por meio da percepção das especificidades de um território e do levantamento de aspectos comuns sobre os quais se deseja interferir conjuntamente, não em nome de um serviço, mas de uma rede de cidadania. No caso da rede de atenção ao usuário de drogas, muitas vezes as questões de vulnerabilidade ganham destaque maior do que a própria droga. Isso é um bom sinal, pois, onde o sujeito é visto e não apenas o seu problema, e quando toda sua complexidade é abarcada, se está realizando o pleno exercício da integralidade e da intersetorialidade.

Contudo, tentar interferir sobre a realidade explicitada e superar assim o “muro das lamentações” no qual as reuniões intersetoriais muitas vezes se transformam pode ter importantes repercussões positivas, mas também negativas. Profissionais que participam de redes intersetoriais propositivas não raras vezes são proibidos por seus gestores de seguir compondo as reuniões. Intervenções intersetoriais são frequentemente retaliadas, inclusive com demissões. Tudo isso indica que levar a sério o exercício da articulação de rede nem sempre é bem-vindo no cotidiano das instituições.

Alguns tomados pelos impasses e pelo sentimento de impotência vão alegar que “não podemos fazer nada”, outros que “não podemos nos envolver com política” porque “somos apenas técnicos”. São frases que convocam a volta da concepção antiga de saúde, onde a garantia de outros direitos não está relacionada a processos de adoecimento e reabilitação. Neto (1992, p. 188) registrou a fala que a psicanalista Isabel Marazina fez em um debate sobre infância e juventude no Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP) a esse respeito:

Muito me irrita a palavra “técnico”. É uma palavra que traz uma armadilha, que dissocia e que oculta. Oculta porque os técnicos também são sujeitos políticos. De certa forma nós nos defrontamos – e quando digo nós, estou falando dos técnicos –, nos angustiamos tanto nesses momentos quando, por exemplo, nos damos conta de que, em certo sentido, temos oportunidades de ascender a espaços políticos de decisão e de poder, e isso nos tira da neutralidade. Creio que a gente se esconde no técnico. E esse sempre foi o papel dos assessores. Um é assessor, mas quem toma a decisão é o outro, aquele que espinafaremos, sempre do lugar de técnicos, quando errar. Quem corre o risco, quem se colocou politicamente é quem dirige (*apud* BERTOL, 2019, p. 50).

Na área da atenção aos usuários de álcool e outras drogas, a defesa de uma atuação puramente técnica tem como consequência a retomada da centralidade da droga nos processos de cuidado. Ora, se o contexto de vulnerabilidade sobre o qual as ações de profissionais se

debruçam não pode ser considerado campo de atuação, a droga volta a ser o principal objeto de intervenção.

Os estudos sobre tratamento para o uso prejudicial de drogas certamente necessitam de aprofundamento. É claro que a escolha da droga, o modo de uso, o enfrentamento da fissura, os gatilhos para o consumo, os fatores de risco e proteção, a aglomeração que o uso de crack provoca, tudo isso tem importância e não foi suficientemente explorado. Mas em contextos de maior vulnerabilidade, tais como a região de São Paulo conhecida como Cracolândia, é impossível desconsiderar a miséria, o território e suas problemáticas, tais como a violência policial, as facções criminosas e as disputas econômicas e partidárias. Isso não vale apenas para o Brasil: “Muito antes da introdução do crack, diversas famílias já eram dilaceradas pelo racismo institucionalizado, a pobreza e outras forças” (HARDT, 2014, p. 33).

Isso fica evidente na cena que relato a seguir. Fabio, garoto pernambucano que acompanhei no CAPS AD, fazia uso intensivo de crack havia cerca de dez anos quando o conheci. Após uma breve internação seguida de um retorno ao uso compulsivo da substância, ele me pediu para passar com o psiquiatra, que lhe receitou o uso de medicações para controlar a fissura (benzodiazepínicos). Porque Fabio fez um uso abusivo delas, o psiquiatra suspendeu as medicações a fim de evitar a dependência de mais uma substância. Ao procurar uma nova estratégia de cuidado, Fabio intensificou o uso de álcool: segundo ele, assim diminuía o consumo do crack. Eu sabia que seu pai havia falecido por conta de cirrose e sabia também que o álcool, juntamente com o tabaco, é a droga que mais causa morte na população, mesmo sendo uma droga lícita.

Por isso problematizei a substituição que ele estava fazendo, procurando pensar com ele em outras soluções. Esporte ele não gostava, família ele não queria rever, teatro ele já tinha experimentado e nada, preferia a *brisa* da maconha. Na ocasião ele me falou da droga como algo que o acalmava e cujo consumo não lhe causava prejuízo ao longo dos anos em que a buscava. Pelo contrário, ele alegou que o uso da maconha retardava sua busca pelo crack, mesmo sendo uma droga ilícita.

Eu então recomendei que ele procurasse utilizar a maconha quando sentisse fissura em vez de consumir o crack e ele seguiu essa instrução. Buscava a maconha na Cracolândia, local que procurava não frequentar sozinho. Pedia para seu colega João ir com ele, assim tinha mais chance de não ficar se demorando por lá. Porque seu consumo era elevado, e para evitar o retorno frequente à temida cena de uso de crack, ele comprava uma quantidade grande de maconha por vez.

Um dia João me procurou no CAPS e, aflito, me contou que ele e Fabio haviam sido abordados por um policial quando voltavam da Cracolândia. João sobreviveu para contar: Fabio trazia a maconha no bolso da bermuda e por isso foi detido. Por meio da Defensoria Pública, soube que ele estava respondendo ao crime de tráfico, mesmo que fosse apenas usuário. Fabio é pobre e negro, não tem apoio familiar, nem emprego, nem casa. Dormia em um albergue onde foi roubado e por isso nem mais seu RG tinha consigo. De nada adiantou dizer que era acompanhado em um CAPS AD, tampouco que seu uso de maconha foi construído como uma prática de redução de danos.

Se a lei de drogas que opera no Brasil não define a quantidade que diferencia um usuário de um traficante, como pensar o cuidado da população que frequenta a Cracolândia sem considerar o racismo, a desigualdade social e a violência policial? Sem discutir a pauta da Marcha da Maconha? Sem pensar nas condições dos centros de acolhida? Fica claro mais uma vez como a abordagem da questão das drogas em cenários de vulnerabilidade social precisa considerar especialmente esse contexto: esta clínica não pode se ater apenas ao uso de drogas, excluindo os demais aspectos envolvidos como se fossem secundários ou fora de nosso campo de atuação.

Sim, escutar os sujeitos que atendemos é escutar as demandas provenientes do uso de drogas e das formas de consumo. É escutar as especificidades de cada substância em cada sujeito e é escutar os impactos da medicalização e do discurso da abstinência sobre eles. Contudo, se escutar os sujeitos que atendemos é ouvir seriamente as demandas que eles trazem e se essa escuta demonstra que o uso de drogas está relacionado a questões sociais, nada mais lógico do que considerá-las também parte do nosso campo de atuação e de fato agir sobre elas.

Ainda assim, essas intervenções são questionadas quando realizadas, como se a sua execução fosse um desvio de função e o profissional estivesse equivocado em se concentrar em “questões políticas”. Vimos neste capítulo que os avanços conquistados na área da saúde, especificamente na área da saúde mental, dependeram de uma luta política feita também por profissionais, usuários, familiares e sociedade civil. Vimos também que boa parte dessa luta foi formalizada em conceitos para legitimar seu exercício: integralidade, intersetorialidade e articulação de rede reafirmam que o cuidado e a assistência estão relacionados à garantia ampla de direitos.

Todos esses argumentos, no entanto, são insuficientes para pautar a atuação quando ela fica restrita à prestação de um serviço. A oposição entre emprego e política faz com que algumas intervenções fiquem de fora do repertório do profissional, ainda que sejam parte

fundamental de seu papel. Essa oposição, facilmente naturalizada pelos homens, não é uma divisão natural:

Os que interrogam radicalmente a servidão humana concordam que se trata de um fenômeno essencialmente político, na sua origem e em seus desdobramentos. Só os homens elevam os homens à dignidade humana; só os homens excluem os homens da dignidade humana (GONÇALVES FILHO, 1998, p. 48).

Hannah Arendt (2016) nos ajuda a entender isso quando atenta para a transformação da ação em comportamento que é provocada pelas sociedades, processo que veremos melhor adiante na tentativa de trazer outras referências para pensar os impasses do profissional da rede de atenção psicossocial perante sua capacidade de instituir processos no espaço entre homens.

Por ora vale destacar que a intervenção do profissional que não corresponde à esfera da obediência frequentemente é considerada como militância. Isso acontece especialmente quando o território de atuação do profissional está em constante disputa econômica e partidária. Esse é o caso da região da “Cracolândia”.

1.5 A gestão da política na Cracolândia

Se “a política em Rancière refere-se à perturbação da ordem, ao enfrentamento dos processos através dos quais se dá a gestão das populações, a legitimação dos poderes e sua organização” (MENDONÇA; VIEIRA JUNIOR, 2014, p. 132), aquilo que ela visa perturbar é o que chamamos na presente dissertação de a gestão da política.

Acompanhei muitas intervenções da gestão da política na Cracolândia porque atuei na região e em suas imediações de 2011 a 2018 como profissional da rede de atenção ao usuário de drogas. No primeiro ano em um serviço estadual, sob administração direta, e nos demais anos em equipamentos, projetos e programas da Prefeitura de São Paulo, ocasiões em que eu era contratada por diferentes Organizações Sociais (OSs). OSs são empresas que administram os equipamentos públicos, prestando serviço a eles. Trata-se da privatização dos serviços públicos, processo que substitui a administração direta.

Ser contratada por uma OS, portanto, é diferente de ser funcionária pública e é também diferente de ter um cargo de confiança. Quando a administração é direta, os profissionais são funcionários públicos. Nesse caso, raramente são exonerados, ao passo que cargos de confiança costumam ser preenchidos de acordo com as eleições. Se a cada gestão pessoas ocupam e deixam os cargos de confiança, o mesmo não acontece com funcionários públicos ou profissionais contratados por organizações sociais. A segurança que um funcionário público tem, no entanto, não se compara à de um profissional contratado por OS,

a quem a discussão sobre a privatização dos serviços públicos aparece com maior relevância, uma vez que a demissão é uma ameaça constante. Essas diferenças de contratação têm impacto no cotidiano profissional e por isso devem ser levadas em consideração.

De 2011 a 2018 Geraldo Alckmin (PSDB) foi o governador do Estado de São Paulo. O ano de 2012 foi o último da gestão de Gilberto Kassab (DEM até 2011, PSD depois), que permanecia como prefeito da cidade de São Paulo desde 2006. Fernando Haddad (PT) assumiu a Prefeitura em 2013 e ficou até 2016, ano em que Dilma Rousseff (PT), que assumia a Presidência do Brasil desde 2011, sofreu impeachment. Michel Temer (MDB) assumiu a Presidência até 2018. Fernando Haddad tentou se reeleger como prefeito de São Paulo em 2016, mas perdeu para João Doria (PSDB), que permaneceu pouco mais de um ano no cargo e depois renunciou para concorrer a governador do Estado de São Paulo, deixando Bruno Covas (PSDB) na Prefeitura.

Nesse período, diversas intervenções foram pensadas para a Cracolândia. O Programa Crack, é possível vencer de 2011 tem destaque na esfera Federal. “O ‘Crack, é possível vencer’ é um programa do governo federal coordenado pelo Ministério da Justiça que desenvolve, em parceria com outros ministérios, uma ação integrada que envolve três frentes de atuação: prevenção, cuidado e autoridade.” (BRASIL, 2013). O nome do programa financiado pela esfera federal ilustra a centralidade do crack no debate público e midiático, explicitando também a abordagem da guerra às drogas. O ministério que coordena o programa denota que a compreensão que o embasa é centrada na repressão, marca das intervenções brasileiras no que concerne à problemática das drogas:

Junto com a política de guerra às drogas, o Brasil importa os ditames sob os quais o perigo das drogas deve ser abordado. Assim, o maior departamento para tratar do assunto nasce dentro de um gabinete encarregado de garantir a segurança do Estado, consolidando um tratamento policial sobre essa questão. Podemos considerar que, no Brasil, as drogas enquanto inimigo público têm o seu momento mais emblemático com a notoriedade sobre o crack. Essa pode ser considerada a substância em maior destaque enquanto ameaça à ordem social. Ainda que os dados estatísticos não justifiquem uma presença maior que o álcool ou mesmo os benzodiazepínicos, a cena composta por usuários pobres e em explícita deterioração, vagando em praça pública, demarca o triste fim daqueles que não se fiam no ideal do progresso. Essa cena, amplamente difundida pelos meios de comunicação, levou o crack para o elenco das principais pautas políticas, gerando certo entrave no desenvolvimento de políticas que reivindicam um tratamento que respeite a liberdade de escolha daqueles que usam drogas, bem como vosso direito de ir e vir (ALENCAR, 2012, p. 51).

Na gestão Kassab, quando uma rede de profissionais dos CAPS e UBS timidamente se formava, foram contratadas diversas comunidades terapêuticas. Estas instituições, cujas vagas são disponibilizadas até hoje pelo Estado - por meio do financiamento da Secretaria de Desenvolvimento Social (Estado), no Brasil costumam ter caráter asilar e coordenação de

entidades religiosas e que, ao contrário do tratamento em liberdade, têm como objetivo a internação de usuários de drogas. Quando os contratos com as comunidades terapêuticas foram feitos, “os dirigentes da Atenção Básica da Secretaria de Saúde demandavam aos agentes de saúde e enfermeiros que atuavam nas ruas que convencessem os moradores do bairro da Luz e do Centro que fumavam crack a se internarem nessas comunidades” (LANCETTI, 2015, p. 84).

A gestão Kassab também foi marcada pela grande e frequente presença da força policial na região da Cracolândia. As intervenções eram alinhadas entre esfera municipal e estadual. Um ano depois da inauguração do programa federal, uma operação alinhada à perspectiva da guerra às drogas aconteceu. A intervenção ficou conhecida como “Operação Dor e Sofrimento” após a declaração de um representante do Poder Público que alegou que causando dor e sofrimento aos usuários eles procurariam tratamento para o uso de drogas:

A polícia militar realizava as procissões nas quais os usuários andavam tocados como gado pelas noites da cidade de São Paulo. A estratégia partia do princípio de que essas pessoas estavam doentes neurologicamente e que não tinham mais domínio de si. Só a crueldade e o sofrimento provocariam a demanda de internação (LANCETTI, 2015, p. 88).

Justificada sob o discurso de epidemia de crack, a intervenção na verdade visava retirar os usuários de drogas da área. Em resposta à defesa do direito de ir e vir, argumentava-se que os usuários podiam se deslocar pela região, mas sem ali permanecer; “o objetivo era claro: expulsar sistematicamente as pessoas através da repressão policial” (CALIL, 2015, p. 54). O Ministério Público abriu inquérito civil para averiguar e penalizar a operação e na época destacou que o problema não era caso de Segurança Pública.

Em 2013 o governo do Estado deu outra resposta para a problemática, uma intervenção em saúde marcada pela perspectiva da abstinência total: “foram ofertadas vagas em comunidades terapêuticas no molde do que seria o Programa Recomeço, que prevê internação para estabilização e ida para comunidades terapêuticas para ressocialização” (LANCETTI, 2015, p. 92). Atualmente o programa, financiado especialmente pelos recursos estatais, oferta o cuidado para além da internação, mas segue reforçando sua centralidade e parceria com instituições religiosas:

No momento em que o tema da dependência química polariza a sociedade, faz-se necessário apresentarmos as políticas públicas executadas pelo Programa Recomeço – “Uma vida sem drogas”, em parceria com a Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas (NASCIMENTO JUNIOR, 2018, p.2).

Diante da preocupação com a concentração de usuários de drogas nas ruas e as fracassadas e repudiadas intervenções anteriores, a gestão de Fernando Haddad se aproximou

das noções de redução de danos e da metodologia do *Housing First*. Aplicada nos Estados Unidos, no Canadá e em outras cidades da Europa, essa metodologia parte da ideia de que a moradia é um direito prioritário que deve ser ofertado antes do tratamento para usuários de drogas em situação de rua. A partir de algumas tentativas de participação social para construção do projeto e da declaração de que a saída das ruas dependia da garantia de direitos básicos e da baixa exigência em relação aos usuários, “A prefeitura fez, então, a seguinte proposta: um quarto de hotel, três refeições diárias, jornada de trabalho de 4h/dia com remuneração de R\$ 115 por semana, cursos profissionalizantes para garantir geração de renda e acesso à saúde” (OPEN SOCIETY FOUNDATIONS, 2017, p. 20).

Tratava-se do início do Programa De Braços Abertos, inaugurado em 2014 pela gestão Haddad e financiado pelos recursos municipais. Quartos em hotéis da região foram disponibilizados para cerca de 500 usuários da Cracolândia. A inclusão em frentes de trabalho e o direito a alimentação faziam parte da proposta. Equipes de saúde, assistência social e direitos humanos acompanhavam os usuários, favorecendo seu acesso aos serviços de cuidado, ainda que a adesão não fosse obrigatória para permanência no programa. As Secretarias de Segurança Pública, Esporte e Cultura também estavam envolvidas no programa, cuja coordenação era Intersecretarial. A intenção era “superar o empurra-empurra dos encaminhamentos burocráticos” (LANCETTI, 2015, p. 100) entre as esferas municipais. Apesar desse avanço, a articulação entre os diversos serviços continuava difícil e a integração entre Prefeitura e Estado era particularmente complicada naquela época por conta das diferentes perspectivas e da oposição de partidos políticos envolvidos (PT na Prefeitura e PSDB no Estado):

A Rua Helvétia retrata perfeitamente a disputa política entre Estado e Prefeitura presente no local: é nessa rua que estão os dois serviços específicos para atenção às pessoas que fazem uso de drogas (Prédio do Recomeço e Tenda De Braços Abertos). São dispostos exatamente um em frente ao outro em cada lado da rua. Enquanto a Política Estadual ainda se pauta nas internações (embora o prédio do Recomeço sedie uma proposta “porta aberta”), o Programa De Braços Abertos da Prefeitura tenta pôr em exercício a prática da Redução de Danos. (...) O CRATOD e o Complexo Prates também estão próximos. Além disso, trabalhadores de ONGs, igrejas, voluntários, estudantes e militantes compõem o cenário em questão, ofertando inúmeras atividades e serviços. Essa multiplicidade de atores, apesar de ampliar a assistência ao usuário, incentivou uma profunda desarticulação de rede, centralizada na disputa pelo atendimento e na dificuldade de reunir tantos agentes (SHDAIOR *et al.*, 2016, p. 13).

Em 2017, quando a gestão Doria começou, o fim do Programa De Braços Abertos foi decretado e o início do Programa Redenção foi anunciado. Construído com os recursos do município, mas apoiado financeiramente pelo Ministério do Desenvolvimento Social e também pela iniciativa privada, o programa foi marcado pelo aumento da força policial e pela

oferta de internação como principais respostas à situação da Cracolândia. Apesar de a proposta da internação compulsória não ter ido adiante, o programa reabriu o convênio com três hospitais psiquiátricos fechados na gestão anterior para internação voluntária de usuários de drogas:

Enquanto a antiga política *anticrack* do município era focada principalmente na redução de danos, que conta com a diminuição gradativa do uso de drogas em espaços de uso controlado, o Redenção tinha como pilares a internação compulsória, a promoção da abstinência e a apreensão de usuários (PROGRAMA, 2017, p.1).

A campanha eleitoral de João Doria prometia acabar com a cena de uso de crack, plano posto em prática ainda no primeiro semestre da gestão, gerando importante repercussão midiática e reprovação de entidades de direitos humanos, especialmente após a primeira grande intervenção policial em 21 de maio de 2017, alinhada com o governo do Estado.

A madrugada e manhã de domingo (21) começou com truculência por parte de mais de 900 agentes da polícia em uma ação com o objetivo de “sufocar o tráfico na Nova Luz”, em São Paulo. A Cracolândia, como é conhecida a região, foi alvo de uma megaoperação com apoio de policiais civis e militares do patrulhamento da área e dos batalhões do Comando de Choque e até helicópteros. Para os que estavam na região, a ação aproximou-se a um cenário de guerra. Barracas foram destruídas, policiais utilizavam balas de borracha e bombas de gás para liberar acesso às principais ruas e entrar em hotéis e estabelecimentos comerciais onde tinham suspeitos (VALENTE, p.1, 2017).

Os efeitos e os desdobramentos dessas intervenções todas que aqui descrevemos brevemente podem ser vistos de modo mais aprofundado nas cenas dos próximos capítulos. Por ora vale lembrar que este debate não parece possível se não considerarmos as intensas disputas políticas a que seu cenário é submetido: “A Cracolândia paulistana foi constituindo-se como um território controverso – de um lado, um exército de trabalhadores de saúde se implicaram no cuidado, de outro, a repressão” (LANCETTI, 2015, p. 86).

Neste capítulo discorreremos sobre as contradições e os vastos tensionamentos que compõem a história do território da Cracolândia. Contudo, vimos também que a reforma psiquiátrica e a redução de danos se constituem como lutas políticas e que por meio do exercício da participação social, da intersetorialidade, da integralidade e da articulação de rede podem incidir sobre esses contextos onde o sofrimento é marcadamente sociopolítico.

2 O JOGO DA BATATA QUENTE: A BUROCRACIA NA GESTÃO DA POLÍTICA

O profissional da rede pública de atenção ao usuário de drogas geralmente contratado por empresas privadas ganhou destaque nesta dissertação devido à necessidade de realizar um recorte que delimite o objeto de pesquisa. É a partir deste capítulo introduzo o relato ensaístico das cenas que vivi neste campo. Enquanto o ensaio em psicanálise permite a transmissão da experiência, a articulação dos conceitos arendtianos e psicanalíticos com as cenas vividas especificamente na região da Cracolândia permite tornar coletivo o que recai sobre o individual, uma vez que as cenas condensam aspectos subjetivos, sociais e políticos passíveis de análise.

Especificamente neste capítulo apresento o problema da banalidade do mal formulado por Hannah Arendt e discuto seus desdobramentos no campo de atuação referido, caminhando por temas como burocracia, autoridade, violência, militância e obediência.

2.1 O efeito encantatório: Estado, Prefeitura e povo

Esta cena aconteceu no ano de 2015, quando eu fazia parte da coordenação do Projeto Oficinas – contrapartida da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo (SMDHC) para o Programa De Braços Abertos.

Naquela época, a violência policial seguia sendo problema no território da Cracolândia, apesar de haver notável esforço por parte da coordenação do programa em realizar formações sobre redução de danos com as equipes da GCM. Cerca de um ano antes, quando as notícias mostravam a Cracolândia “cada vez maior”, Haddad convocara uma reunião com especialistas da redução de danos e entidades dos direitos humanos para debater a questão. Assim como eu, todos os demais presentes reforçaram a ideia de que uma intervenção policial no fluxo seria muito ruim. Lembro-me da fala de Bruno Ramos, amigo que na época compunha a coordenação do centro de convivência “É de Lei”. Ele reforçou que o “De Braços Abertos” ainda precisava de tempo para mostrar seus efeitos. Dessa forma, seu tamanho não poderia, na ocasião, ser relacionado ao fracasso, tampouco ao sucesso do programa. Meses depois foi montada uma inspetoria de redução de danos, os guardas foram fixados no território para favorecer o vínculo com os usuários e a Secretaria de Segurança Pública estava na construção disso tudo, pois fazia parte da coordenação do programa. Apesar do esforço no sentido da intersetorialidade, intervenções policiais violentas seguiam acontecendo e muitas pessoas do fluxo se queixavam de serem roubadas pela GCM, que, como de costume, levava seus pertences durante as ações de zeladoria na região.

A maior dificuldade interna é a desintegração da Guarda Civil Metropolitana, que ora atua integrada com o DBA, ora reedita velhas práticas repressivas. Este é (...) o maior dos perigos: a tentação repressiva ante a imensa pressão política e midiática que a experiência suporta (LANCETTI, 2015, p. 108).

Por saberem que éramos “dos direitos humanos”, os usuários se reportavam a nós para relatar a violência na expectativa de que algo pudesse ser feito para mudar aquela situação. A angustiante impossibilidade de impedir as abordagens policiais violentas fazia nossa equipe questionar sua função. Afinal, o que era “ser dos direitos humanos”? Pensamos que talvez devêssemos reportar o que estava acontecendo para as coordenadorias da SMDHC responsáveis pelo nosso projeto.

Na reunião seguinte com as coordenadorias, portanto, abordamos essa questão. Cintia, coordenadora de uma das pastas, comoveu-se com nossos relatos, especialmente com a parte em que contamos que medicações e documentos também são levados dos usuários durante as abordagens da GCM. Contamos tudo que nos fora reportado e enfatizamos que havíamos nos comprometido com os usuários a levar essas queixas à SMDHC para que algo fosse feito.

Foi aí que Cintia deu um nó em nossas cabeças. Ela disse que para poder encaminhar essa questão com seriedade dentro da SMDHC seria necessário que houvesse pressão popular, ou seja, era importante que nós ajudássemos a sociedade civil a se organizar para demandar o fim da abordagem violenta da GCM.

“Essa é boa”, pensei. O povo pedindo que falássemos com o Poder Público e o Poder Público pedindo que falássemos com o povo. O povo achando que quem resolve é o Poder Público e o Poder Público dizendo que quem ajuda a resolver é o povo. Seria uma armadilha ou era essa a participação social preconizada pela reforma psiquiátrica e pela redução de danos da qual falávamos?

Saí da reunião confusa. Não pude evitar falar do ocorrido no jantar com os amigos. Estavam presentes colegas da militância e colegas que faziam parte do projeto comigo, os quais, inclusive, tinham participado da reunião com Cintia naquele mesmo dia. Vale dizer que a maioria da minha equipe era de militante.

A conversa foi intensa. Os comentários não tardaram a borrar as diferenças entre a gestão Haddad e as gestões anteriores, onde a violência policial muitas vezes foi a única abordagem ofertada à população usuária de drogas e em situação de rua. “O projeto fascista do Estado é o extermínio da população negra e pobre”, Fred disse. “É por isso que ninguém vai interferir nas intervenções policiais dentro do fluxo.”

Pensei em Cintia, na sua história de militância até chegar à Secretaria e concluí que ela não compactuava com esse projeto de extermínio. Esse projeto foi planejado ou acontece por

conta da ausência de entidades que possam ser responsabilizadas? O que Cintia poderia ter feito diferente? Qual era sua responsabilidade nesse processo? É a estrutura da dominação que impede que ela tenha maior efetividade? Muda algo ela ser bem intencionada ou não? De fato a sociedade civil tem também um papel importante nesse cenário, mas e o papel do Poder Público?

Com todos esses questionamentos em mente, fiz uma pergunta para Fred: “Mas o que você teria feito no lugar de Cintia?”. Fred olhou nos meus olhos e me respondeu com carinho: “Você não precisa pensar nisso, nós nunca estaríamos no lugar deles”. “Eles quem, Fred?”, perguntei. “O Estado, a Prefeitura!”, respondeu ele sem titubear.

Mas nós também somos “a Prefeitura”, lembro-me de ter pensado. Fred e eu éramos contratados naquela época por uma ONG que tinha convênio com a SMDHC. Outros amigos de Fred prestavam serviço para outras ONGs também conveniadas à Prefeitura. Nossos projetos legais cheios de pessoas interessantes eram idealizados e pagos pela Prefeitura. A Prefeitura é muita gente.

É gente bem intencionada sem possibilidade de agir, junto com gente mal intencionada em cargos de importância, junto com gente amargurada que não acredita em mudança, junto com gente omissa, junto com gente moralista que acha que está fazendo o bem – mas não está –, junto com gente confusa e adoecida que só faz reproduzir a lógica que condena, junto com gente inexperiente que não sabe por onde começar ou que sabe, mas erra, por querer, sem querer, por pressão, porque era muita coisa, porque a outra coordenadoria boicotou, porque não deu tempo, porque fulano estava em férias, porque a mãe dele ficou doente, porque quem o substituiu chegou sem entender nada. É muita gente junto com muita gente que certamente não pode ser traduzida em uma palavra só. Não se trata de uma unidade coesa. Negar essa complexidade é necessariamente fazer uma classificação simplista.

Ao falar sobre dois fatos culturais associados à destradicionalização (o consumismo e o culto ao corpo), Jurandir Freire Costa diz que “os dois se tornaram quase fórmulas encantatórias, quando se trata de aludir ao desengajamento público ou ao individualismo à *outrance* da sociedade atual” (COSTA, 2005, p. 16). A expressão “fórmulas encantatórias” que ele utiliza parece designar termos carregados de sentido, mas não por isso discutidos. Ou, melhor, carregados de sentido imaginário e por isso mesmo pouco discutidos. Funcionam como mantras que silenciam qualquer debate porque supostamente são autoexplicativas e carregam consigo o consenso, o óbvio. As fórmulas encantatórias eliminam o espaço para averiguar as possíveis interpretações que cada um tem delas. Elas excluem a complexidade e

as nuances que o termo carrega, banalizando-o, esvaziando-o, estereotipando-o e transformando-o em entidades absolutas, quando não personificadas.

A expressão utilizada pelo psicanalista nos alerta sobre a necessidade de rever os termos que se tornam encantatórios, “sem fraude nem favor” (COSTA, 2005, p. 16). Segundo ele, é importante que se “explicitem os acordos tácitos que fundam as conclusões consensuais (...). Deixar-se seduzir por éticas de pureza é resvalar, história *oblige*, para a servidão consentida, para o terror que se reclama da Verdade ou, o que é pior, do Amor” (COSTA, 2005, p. 21).

A conversa com Fred deixa claro como *Estado* e *Prefeitura* são exemplos de palavras encantatórias. Ele e grande parcela da população tendem a supor o Poder Público como unidade, referida como se fosse alguém mau e muito inteligente, capaz de calcular os passos de todos. É como um Deus onipresente e onisciente, que a tudo vê e de tudo sabe. Ele tem objetivos claros, nada lhe escapa e tudo que faz é parte de seu plano de dominação.

Essa é a mesma visão que muitos usuários dos serviços públicos têm sobre o *Estado* e a *Prefeitura*. Lembro-me de uma cena que vivi em 2012 quando eu atuava em um CAPS AD no Centro de São Paulo, responsável pelo atendimento da população da região da Cracolândia e adjacências. Fui abordada por um usuário que eu não conhecia. Ele era alto, magro e tinha a pele maltratada pelo sol sob o qual ficava exposto enquanto usava crack e dormia na rua. Ele se aproximou quando eu estava próxima da recepção e me explicou que estava em situação de rua e que precisava de uma vaga em um centro de acolhida para poder passar aquela noite. Já era tarde e o pessoal da Assistência Social que acolhia nossa demanda já não tinha mais vagas para fornecer. Fui explicar isso a ele, que me interrompeu irritado, dizendo: “É sempre assim, vocês nunca fazem nada!”.

“Vocês quem?”, lembro-me de ter pensado. Ele nem me conhece! “Vocês falam que não tem vaga, mas sempre vejo cama vazia quando eu durmo em albergue!”, ele completou. Expliquei que provavelmente eram as vagas de pessoas que acabaram não indo, porque vaga não é algo que costuma sobrar. “É nada, isso aqui é tudo lavagem de dinheiro! Vocês não querem que a gente saia da rua, senão vocês perdem o emprego!” “Vocês quem?”, dessa vez eu perguntei em voz alta. “A Prefeitura, o Estado! Tudo um lixo!”, ele gritou e foi embora bravo, balbuciando palavras de decepção.

Muito provavelmente esse não era o primeiro lugar onde havia pedido ajuda naquele dia. Não raras as vezes um serviço encaminha a pessoa para o outro dizendo que não é ali que seu problema pode ser resolvido, mas quem sabe lá. E assim o usuário vai de porta em porta vivenciando a insuficiência das políticas públicas para atendê-lo. Esse encaminhamento pode

ser motivado por falta de recursos, por dificuldade de dizer “não”, por preguiça e má-fé, por sobrecarga dos profissionais do equipamento etc. O fato é que o Poder Público, representado por diferentes funcionários de diferentes serviços, muitas vezes diz “não” para quem dele precisa. Eu, nesse caso, fui uma das peças da Prefeitura que transmitiu ao sujeito essa negativa, e é por isso que a revolta dele também se dirige a mim; para isso ele não precisa me conhecer.

Não foi minha culpa que ele chegou tarde nem que o outro serviço o enrolou, nem que a assistente social do CREAS não o tratou bem. Não estava no CAPS AD para fazer lavagem de dinheiro e sim porque acredito na construção de uma rede substitutiva ao modelo asilar e manicomial. Não se trata de dizer que o sujeito é persecutório e delirante, transformando-o no louco que vê coisas onde está tudo bem. Naquele ano muita dor e sofrimento foram espalhados e o equipamento onde eu atuava fazia parte de um complexo que havia sido inaugurado após o fracasso da operação feita na Cracolândia no início de 2012. De fato a expectativa era de que ele pudesse receber a população da região. Ademais, de fato tem muita gente que está em equipamentos públicos com interesses privados. Existem também outras muitas pessoas que exercem sua função com má vontade, mas sem lucrar com isso. É que a Prefeitura é muita gente.

2.2 A banalidade do mal e a terceirização da responsabilidade

Hannah Arendt (2016) nos ajuda a olhar para a questão considerando sua complexidade, quebrando o silêncio instaurado pelas fórmulas encantatórias que tendem a compreender de forma simplista o que é o Poder Público. Ao invés de supor uma gestão de alguém poderoso que comanda, autoriza e estimula o extermínio da população negra e pobre, a autora nos explica que o que permite esse genocídio é o fato de que nessas circunstâncias o que opera na verdade é um governo de ninguém:

É verdade que o governo de um só homem, o governo monárquico, que os antigos diziam ser a forma organizacional da família, é transformado na sociedade (como hoje a conhecemos, quando o topo da ordem social já não é constituído pela casa real de um governante absoluto) em uma espécie de governo de ninguém. Mas esse ninguém, o suposto interesse único da sociedade como um todo em questões econômicas, assim como a suposta opinião única da sociedade educada dos salões, não deixa de governar por ter perdido sua personalidade. Como verificamos pela forma mais social de governo, isto é, pela burocracia (o último estágio do governo no Estado-nação, tal como o governo de um homem só constituía o primeiro estágio do despotismo benevolente e do absolutismo), o governo de ninguém não é necessariamente um não governo; pode, de fato, em certas circunstâncias, vir a ser uma das suas mais cruéis e tirânicas versões (ARENDR, 2016, p. 49).

Quando trouxemos a questão da violência policial para Cintia, esperávamos que alguém ou alguns atores da Secretaria pudessem acolher nossa demanda e nos ajudar a pensar em algum direcionamento para a problemática. Não se trata de levar o assunto até o prefeito, o presidente ou o rei, mas de poder apontar caminhos dentro do Poder Público para que a questão ressoe internamente. Ao contrário, a demanda que dirigimos a Cintia caiu no colo de ninguém. A impossibilidade de encontrar responsáveis que fossem acionados é o que marca essa história, e é a burocracia o recurso que permite que tal situação ocorra.

Hannah Arendt se ocupou do estudo da burocracia, temática que lhe foi introduzida especialmente pelo julgamento de Adolf Eichmann, responsável pela deportação de judeus para os campos de concentração nazista. É no livro *Eichmann em Jerusalém* que a autora conta sobre o processo e a condenação do antigo tenente-coronel nazista. Eichmann foi sequestrado em um subúrbio de Buenos Aires por um comando israelense e levado a Israel em 1960. No ano seguinte foi julgado por crimes de guerra e contra a humanidade, julgamento que o levou para a forca. Arendt, convidada pela revista “New Yorker” para acompanhar o processo e depois escrever sobre ele, juntou-se à imprensa do mundo todo para assistir ao julgamento, que aconteceu em Jerusalém.

Essa experiência marcou o percurso da autora que, a partir desse episódio e do estudo do totalitarismo, pôde elaborar sua compreensão de ética – uma ética da responsabilidade. Ao assistir o julgamento de Eichmann em Israel, surpreendeu-se com o modo com que ele respondeu às acusações dos crimes. Mais do que a expressão do “mal radical” que a plateia mundial esperava ver, Arendt viu um funcionário mediano incapaz de pensar sobre seus atos. Como um perfeito burocrata, executou de forma automática as tarefas que lhe foram apresentadas, encarando como seu ofício aquilo que entendemos como genocídio.

Foi a partir dessa observação publicada na “New Yorker” que a filósofa pôde elaborar o conceito da *banalidade do mal*, formulação que marcou sua obra e que aprofundaremos a seguir. Longe de inocentar Eichmann, compreensão que rende até hoje mal-estar, especialmente na comunidade judaica, Arendt constatou que crimes monstruosos podem ser cometidos por pessoas comuns. Segundo ela, Eichmann não era burro ou inteligente, tampouco se envolveu em práticas antissemitas antes do Holocausto; simplesmente mostrou-se incapaz de distinguir entre o certo e o errado durante a execução de suas atribuições. Arendt usa suas palavras para contar o que ele disse em seu último depoimento: “ele nunca tinha nutrido ódio aos judeus, e nunca desejou a morte de seres humanos. Sua culpa provinha de sua obediência, e a obediência é louvada como virtude. Sua virtude tinha sido abusada pelos líderes nazistas” (ARENDT, 1999, p. 269).

Lacan diz que as relações sociais são tecidas por *discursos*. Trata-se de uma compreensão crucial da teoria lacaniana: “A dimensão que os discursos trazem à tona se refere não só à relação com o semelhante, mas aponta também os modos de pertença do sujeito no campo social e como esses podem incidir como laços dessubjetivantes” (ROSA; ESTEVÃO; BRAGA, 2017, p. 10).

Dentre os discursos concebidos por Lacan está o Discurso do Mestre, que “é aquele no qual o poder faz laço social entre aquele que manda e aquele que trabalha, é o laço que permite *governar*” (ROSA; VICENTIN; DO CARMO, 2009, p. 6), estabelecendo governante e governados. Eichmann se desresponsabiliza daquilo que fez ao localizar o comando em outrem, a quem alega ter obedecido. Enredado por uma modalidade degradada do discurso do mestre – forma com que Lacan define o Discurso do Capitalismo –, Eichmann assume o lugar do burocrata sem se responsabilizar pelo fato de que assim também assume o lugar de criminoso, aspecto sobre o qual parece não pensar.

A instância a quem o burocrata terceiriza sua responsabilidade é vista por ele de forma grandiosa e abstrata. Quem nunca solicitou compreensão e ouviu: “Sinto muito, são as ordens”? “As ordens”, “A Lei”, “O Estado”, “A Prefeitura”, “O sistema” – capitalista ou digital – são todos termos utilizados para nomear aquele que manda, o ilustríssimo ninguém. Afinal, quem ditou as ordens? Quem é o sistema? Quem é dono da lei? O funcionário contratado pelo Poder Público pode responder pelo Estado e Prefeitura? Quem pode de fato representar essas instâncias?

Essa impossibilidade de localizar quem manda como alguém é importante para que não haja personalização daquilo que é, na verdade, uma função. Ao mesmo tempo, favorece uma espécie de anonimato que permite que os representantes do Poder Público não se impliquem nas situações para as quais são convocados. Pensando sobre o discurso do mestre no capitalismo, podemos dizer que: “O caráter desencarnado, anônimo e abstrato daquele que enuncia o discurso (...) tem efeitos para a dimensão da lei e da castração” (ROSA; VICENTIN; DO CARMO, 2009, p. 10).

Se o anonimato de quem manda confere impunidade aos representantes do Poder Público, aos sujeitos que sofrem suas intervenções ele causa desamparo discursivo, gerando efeitos traumáticos: “nessas circunstâncias encontramos sujeitos sob o efeito disruptivo da exposição à manifestação violenta da face obscena do Outro” (ROSA; ESTEVÃO; BRAGA, 2017, p. 03). Um governante desencarnado impossibilita o reconhecimento do sofrimento do sujeito, que fica capturado na cena de terror, sem contar com um campo simbólico que favoreça a elaboração do que foi vivido.

O conceito da banalidade do mal é utilizado com frequência por inúmeros pensadores para se referir aos processos de burocratização e das terríveis consequências possíveis desses percursos. O que chama a atenção no caso de Eichmann, e talvez esse seja o principal ingrediente da burocracia, é o fato de ele terceirizar sua responsabilidade a uma instância abstrata. Em outras palavras, nada competia a ele, que só estava cumprindo as ordens. Quem poderia evitar que algo tivesse acontecido não era ele, apesar de ser ele quem executava o que entendemos por crime. Essa terceirização da responsabilidade só é possível porque existe uma separação entre o fazer e o pensar.

Platão foi o primeiro a introduzir a divisão entre os que sabem e não agem e os que agem e não sabem, em lugar da antiga articulação da ação em começo e realização, de sorte que saber o que fazer e fazê-lo tornam-se dois desempenhos inteiramente diferentes (ARENDT, 2016, p. 276).

Eichmann fazia, mas não pensava. Cintia pensou, mas não agiu. Ambos terceirizaram a responsabilidade a outrem; Eichmann quando se refere às ordens e Cintia quando não pegou para si nem ao menos parte da demanda que endereçávamos a ela. Para Eichmann, quem pensava era quem dava as ordens; para Cintia, quem devia agir éramos nós e os próprios solicitantes da intervenção. A participação social é um importante recurso, mas não bastava.

Em suma, é possível fazer paralelos entre essas situações e é interessante que façamos a fim de aguçar a percepção das atualizações da banalidade do mal em nosso cotidiano. Contudo, de modo algum é recomendável equiparar o comportamento de Eichmann com o de Cintia, pois os efeitos têm proporções inteiramente diferentes. Como nos lembra Amós Oz:

Existem no mundo variedades distintas do mal. O discernimento entre as várias escaladas do mal talvez seja a mais importante responsabilidade moral imposta a cada um de nós: todo menino sabe que a crueldade é ruim e condenável, enquanto seu inverso, a compaixão, só merece elogios. Essa é uma distinção moral muito simples e fácil. Uma mais vital e muito mais difícil é a que se deve fazer entre diferentes tons de cinza, entre gradações do mal. Defensores agressivos da qualidade ambiental, por exemplo, ou furiosos opositores da globalização, podem se revelar fanáticos violentos. Mas o mal que causam é infinitamente menor que aquele causado por um fanático que realiza um atentado contra uma multidão. E até os pecados do fanático que perpetra esse atentado não se equiparam aos dos fanáticos que empreendem uma limpeza étnica ou um genocídio. Quem não for capaz de, ou não quiser, escalonar o mal pode se tornar, com isso, um servidor do mal. Todo aquele que “enfia num único saco” o apartheid, o colonialismo, o Estado Islâmico, o sionismo, a violação da ordem política, as câmaras de gás, o sexismo, a fortuna dos magnatas e a poluição do ar está servindo ao mal no próprio ato de se recusar a fazer uma gradação (OZ, 2017, p. 23).

É certo que Cintia me decepcionou. Como pode ela ficar tão amarrada assim na burocracia? Será impossível contornar minimamente esse obstáculo? Ou será que ela não podia levar nossa questão adiante? Sabe-se lá quais brigas podem ser compradas e quais precisam ser abafadas para se conseguir alguma coisa por ali. De qualquer maneira, não

acredito que ela deixou de compor conosco e de pensar um encaminhamento possível por compactuar com a violência policial. Não digo isso para desculpá-la, mas para exemplificar o que seria escalonar o mal e inserir complexidade onde geralmente imperam compreensões encantatórias e simplistas.

Da mesma forma, é preciso dizer que foi difícil lidar com a força da policial na gestão de Haddad: muitos conflitos aconteceram no fluxo e é impossível compactuar com qualquer agressão. No entanto, é inevitável admitir que esses conflitos foram infinitamente menores do que na gestão do Kassab (2009) ou do Doria (2017).

2.3 Autoridade e violência na gestão da política

As intervenções policiais na região da Cracolândia logo no início da gestão Doria tiveram muita repercussão midiática, especialmente porque foram desproporcionais e muito violentas. Professores e alunos de cursos de graduação da área de humanas e instituições e coletivos cuja pauta era direitos humanos realizaram inúmeras atividades para falar da temática a fim de pensar e dar visibilidade para o problema. Nessas ocasiões, profissionais e militantes da região foram convidados para falar da situação.

Foi nesse contexto que, no segundo semestre de 2017, eu participei de uma mesa redonda com outros dois psicólogos no Encontro de Psicologia da Universidade Anhembi Morumbi. Fiz uma fala acalorada, destacando a problemática da violência policial na região do centro da cidade e o aumento dessas intervenções como uma marca da gestão Doria. Se a intervenção policial não era novidade daquela gestão, a presença da Defensoria Pública, dos conselhos e órgãos ligados aos direitos humanos na Cracolândia nunca havia sido tão constante.

Contei que muitos profissionais da saúde e assistência social estavam sendo revistados pela GCM ao chegarem ao território e que, quando alegavam atuar para a Prefeitura, eram surpreendidos pela justificativa de que a operação fora pedida pelas “autoridades”: “Visto que a autoridade sempre exige obediência, ela é comumente confundida como alguma forma de poder ou violência. Contudo, a autoridade exclui a utilização de meios externos de coerção; onde a força é usada, a autoridade em si mesma fracassou” (ARENDT, 2014, p. 129).

Como vimos, historicamente a Cracolândia é alvo de intervenções da GCM e da PM. Tudo isso aumenta a resistência da população ao fluxo das abordagens dos serviços públicos: desconfiança e ressentimento contaminam as relações quase indiscriminadamente. Ainda que as equipes multiprofissionais aleguem não ter conhecimento sobre os procedimentos da GCM

e da PM, os usuários podem não diferenciá-los de seus agressores. De fato, as intervenções policiais fazem tão parte da gestão da política quanto os projetos socioassistenciais:

O desenvolvimento dos problemas de assistência (...) engendra, para os governos, a obrigação de ter que escolher, no final das contas, entre uma institucionalização da caridade que consagre a ajuda como um direito e uma repressão violenta dos pobres quando sua miséria os conduz à insurreição (DONZELOT, 1980, p. 54).

A gestão da política compreende a oferta do direito à saúde e à assistência e também a repressão realizada pela PM e pela GCM. São todas intervenções do Poder Público ou, como nomeou Rancière, da polícia. “À polícia o autor argelino reserva o sentido de ordem administrativa da estrutura, regras institucionalizadas que visam manter uma ordem preestabelecida que engessa a sociedade, impedindo a ocorrência de momentos de democracia” (MENDONÇA; VIEIRA JUNIOR, 2014, p. 132). Trata-se do que por vezes se denomina política, termo que nesta dissertação ganha outro sentido, conforme visto.

Foi tangenciando essa discussão que encerrei minha fala. A palavra foi passada ao público, que poderia então fazer perguntas e comentários para gerar o debate final. Um homem de preto, sentado no fundo na sala, levantou a mão e pediu o microfone. Ele iniciou sua fala dizendo que nem todos os profissionais da PM e da GCM são violentos e ostensivos, e que eles apenas obedecem ao que lhes é cobrado. Disse outras tantas coisas e finalizou dizendo que estava cursando psicologia, mas que atua há anos como policial militar.

Senti a vergonha do público e o constrangimento dos outros palestrantes ao meu lado. Fiquei sem saber o que dizer. Nem lembro direito o que respondi. Os colegas da mesa, talvez porque falei pouco, quiseram tecer considerações a respeito do assunto. Disseram que, quando falei da polícia militar, eu estava falando da instituição Polícia, e não do policial militar. Disseram que o problema não é o policial militar em si, mas a lógica da Segurança Pública.

Não sei se gostei da resposta, mas o sujeito de preto gostou. Entendeu que o problema não era ele, mas seu grupo, e foi feliz pra casa. Já eu, fui embora insatisfeita, certa de que é sempre esse o ponto em que meu incômodo se apresenta. Não se trata aqui também da terceirização da responsabilidade a uma instância abstrata, como vimos em Eichmann?

Afinal, o policial não é parte da Polícia Militar? Eu não tenho dúvidas de que nem todos os policiais são iguais, mas me questiono como a ética da responsabilidade pode impactar as práticas deles. O que faz com que obedeçam? Tudo que ele faz é porque ele obedece? Se os policiais se recusassem a realizar sua tarefa, a lógica violenta da Segurança Pública teria autonomia para continuar se exercendo?

A lógica da Segurança Pública: mais uma fórmula encantatória. Afinal, onde a lógica da Segurança Pública se expressa, se não nas relações vivenciadas pelos policiais? De acordo com Rancière, ao contrário da polícia no sentido de gestão da política, “a política democrática tem (...) a exigência incondicional da quebra da normalidade que atribui a cada indivíduo o seu lugar e a sua tarefa. É na ruptura, na quebra da ordem policial, numa palavra, é no dissenso que ocorre o raro momento da política” (MENDONÇA; VIEIRA JUNIOR, 2014, p. 118).

Romper com a ordem da gestão política significa necessariamente abalar as estruturas hierárquicas que a organizam. Mais uma vez Hannah Arendt nos ajuda a compreender o que está em jogo:

A relação autoritária entre o que manda e o que obedece não se assenta nem na razão comum nem no poder do que manda; o que eles possuem em comum é a própria hierarquia, cujo direito e legitimidade ambos reconhecem e na qual ambos têm seu lugar estável predeterminado (ARENDT, 2014, p. 129).

A banalidade do mal pode operar quando, de superior em superior, ninguém responde por uma situação. A terceirização da responsabilidade é favorecida pelo reconhecimento da hierarquia, ou seja, pela obediência. De que modo pode ser interrompida?

2.4 Obediência e Militância

A discussão sobre obediência pode ser aprofundada com a cena que relato a seguir. No início do primeiro ano da gestão Doria eu ainda estava no Programa De Braços Abertos, da gestão Haddad. Fiz parte da equipe que defendeu o programa e se manifestou contra as propostas da nova gestão, que prometia acabar com a Cracolândia por meio da violência policial e da internação dos usuários, encerrando tudo que havia sido criado na gestão anterior. No meio disso ainda perdemos Lancetti, que nos deixou peripateticamente órfãos.² Como foi difícil.

Logo depois da troca de equipe do gabinete e da Secretaria Municipal de Saúde, minha cabeça foi “pedida”. A OS pela qual eu era contratada por fim não me demitiu, mas me afastou do território, me realocando em março de 2017 em uma UBS de um bairro vizinho e recomendando discrição em minha atuação.

² Antonio Lancetti, psicanalista e militante ícone da luta antimanicomial, faleceu aos 67 anos em dezembro de 2016. Naquela época contribuía como consultor do Programa De Braços Abertos, que estava prestes a ser extinto. Nascido na Argentina e exilado no Brasil desde 1979, é autor dos livros *Contrafissura e plasticidade psíquica* e *Clínica peripatética*, de onde retiro o termo.

Lá fui recebida pela gerente da UBS, Rita. Não sei exatamente o que foi dito a ela, mas deve ter sido orientada a ficar “de olho em mim”. A equipe era cindida e ela não era uma chefe querida. Rita não entendia a importância da articulação de rede, dizia que reunião era perda de tempo e duvidava de qualquer ação que visasse ao protagonismo de sua equipe ou da população atendida. Eu sabia que a Unidade vinha sofrendo pressão por parte da OS para mostrar produtividade à nova gestão da Prefeitura. Parece que “os homens” faziam visita surpresa aos serviços para averiguar seu funcionamento e foi numa dessas que pegaram o livro do ponto incompleto: muitos agentes de saúde não haviam assinado sua entrada. A Rita levou a maior bronca, me deu dó.

Eu a vi passando no corredor com o rosto vermelho, estava chorando. Alguém comentou: “Deve estar com medo de ser demitida”. Corri até a porta do equipamento antes que ela saísse e procurei demonstrar apoio: “Eles tão procurando pelo em ovo, né?”. Rita percebeu que estava sendo acolhida e aproveitou para falar. Falou dos funcionários. Referia-se a eles com raiva, o que me chamou a atenção. Ela discorria sobre a irresponsabilidade da equipe em não assinar o ponto.

A divisão política é um fato dos mais sobredeterminados (...). Tão antiga, sua origem e determinação perderam-se de vista, encontram-se bem fora e bem antes da cena atual, onde são cegamente retomados, onde se renovam e se deformam, onde tão tranquilamente representamos os papéis de tiranos, tiranetes e tiranizados como se tratando de um roteiro universal (GONÇALVES FILHO, 1998, p. 52).

“O que Rita pensa que é ser chefe?”, me perguntei. Como gerente do serviço não caberia a ela defender a atuação de seus colaboradores, a proposta do SUS e da UBS? Se ter chefe para Rita tinha sido levar bronca, ser chefe para ela era transmitir a bronca. “Fala quem manda, obedece quem tem juízo.” Sua postura ilustrava bem o papel de um tiranete, personagem referido e cuja descrição é feita a seguir:

O tirano submete a uns por intermédio dos outros. É assim protegido por aqueles que, se algo valessem, antes devia recear, e dá razão ao adágio que diz ser a lenha rachada com cunhas feitas da mesma lenha. Vejam-se os arqueiros, os guardas e porta-estandartes que do tirano recebem não poucos agravos. Mas os desgraçados, banidos por Deus e pelos homens, suportam de boa mente o mal e descarregam depois esse mal não naquele que os maltrata, mas nos que são como ele maltratados e não têm defesa (LA BOÉTIE, 2006, p. 46).

Assim como muitos policiais, Rita obedece a seu chefe. A dominação que sofre é transmitida a seus subalternos. Vingança tampouco argumentos são dirigidos àquele que exerce a opressão. Clássico que pode ser observado na postura dos policiais militares ao se silenciarem diante do comando de generais e também no comportamento de Rita, que conto agora.

Ainda apostando na possibilidade de diálogo, procurei argumentar com Rita que o livro do ponto não estava na recepção pela manhã e que possivelmente os agentes de saúde precisaram realizar as visitas domiciliares antes que o livro voltasse a suas mãos. Ela disse que “os homens” não queriam saber disso. Eu aleguei que era possível argumentar com eles que a atuação das UBSs se dá na rua, e que era comum os funcionários não estarem no serviço porque estavam, justamente, atuando. Se a saúde é mais que o cuidado da doença, não é apenas dentro dos estabelecimentos de saúde que os cuidados se dão. Não seria isso resultado da compreensão da integralidade? “Podemos ajudar a explicar como funciona nosso cotidiano”, insisti; “às vezes eles não sabem como a coisa acontece”.

Ela olhou bem nos meus olhos e disse: “Laura, eu agradeço, mas te peço uma coisa: não faz nenhuma manifestação, por favor!”.

“Manifestação?”, me perguntei. Sem dúvida essa fala revelava a ideia que Rita tinha de mim. Mas revelava também que, para ela, argumentar com “os homens” era um ato de rebeldia. A única possibilidade que lhe restava era concordar com eles e oprimir os que estavam “abaixo” dela. Nenhum espaço de antagonismo é possível. Discordar é cair no campo da política, política é manifestação e manifestação não pode. Emprego não é lugar de militância.

Vimos na Introdução que militância é um modo de intervir nas normas vigentes e que emprego é o mesmo que ocupar um lugar, um cargo ou ter uma colocação. Se no primeiro caso está posta a possibilidade de transformação, no segundo está colocado o reconhecimento de uma hierarquia. O que fica não dito ao colocar a definição de militância em comparação com a definição de emprego, portanto, é a questão da obediência: burlada na militância e acatada no emprego.

A obediência, no entanto, não pressupõe a ética, uma vez que “A ética não é o simples fato de haver obrigações, um laço que encadeia, ordena e constitui a lei da sociedade” (LACAN, 1959-1960, p. 94). Em outras palavras: “A primeira exigência da civilização (...) é a da justiça, ou seja, a garantia de que uma lei, uma vez criada, não será violada em favor de um indivíduo. Isso não acarreta nada quanto ao valor ético de tal lei” (FREUD, 2006a, p. 102). Nesse sentido, responsabilidade não pode ser diretamente ligada à obediência:

Aderir à lei não é condição suficiente para garantir que o sujeito seja responsável, pois pode apenas estar obedecendo a uma norma que lhe convém, mas pela qual não se responsabiliza – apenas cumprem ordens, alegam quando questionados sobre sua ação. De outro lado, a desobediência à lei não implica necessariamente que o sujeito não se responsabilizou, pois pode estar referido a outra versão de lei/norma/valor (ROSA, 2016, p. 154).

Na dualidade “obediência e desobediência”, não há espaço para pensar a questão da responsabilidade. É isso que vemos no raciocínio de Rita: obedecer é preciso, discordar e argumentar é ingerência e, neste caso, ingerência é coisa de petista. Rita não tinha nada contra petistas, mas pelo entendia como sua função não permitir que eles se manifestassem. Mas então ela achava que eu era petista? De fato, se para mim eu estava exercendo minha função, aos olhos de Rita eu estava revelando minha oposição partidária à gestão. Como vimos, interpelar a gestão da política durante o exercício profissional, além de provocar mal-estar, pode provocar também um grande mal-entendido.

Trata-se de um mal-entendido gerado pelo efeito encantatório. Assim como existe uma compreensão simplista e imaginária do que seja o Poder Público – conforme vimos pelo exemplo da conversa com Fred –, é possível identificar uma construção também simplista e imaginária do que se concebe por militância. A ficção comunista, assim como a burocracia são ambas regidas por ninguém, conforme nos explica Arendt:

Uma vitória completa da sociedade produzirá sempre algum tipo de “ficção comunista”, cuja principal característica política é a de que realmente será governada por uma “mão invisível”, isto é, por ninguém. O que tradicionalmente chamamos de Estado e de governo cede lugar aqui à mera administração – um estado de coisas que Marx previu corretamente como o “definimento do Estado” (ARENDT, 2016, p. 55).

Em suma, uma leitura encantatória tende a interpretar tudo aquilo que foge do âmbito da obediência como militância. Neste capítulo vimos que a elaboração de visões simplistas acerca das instâncias da gestão da política também é favorecida por fórmulas encantatórias. A discussão da banalidade do mal permite inserir a complexidade nesse cenário predominantemente imaginário. Ao pensar sobre a burocracia, vimos como opera a terceirização da responsabilidade: por meio da menção a superiores e a regras pré-estabelecidas o sujeito localiza a responsabilidade em outrem, a quem obedece. A obediência é pressuposto da hierarquia, mas não pressupõe a ética e a responsabilidade. Pelo contrário, pode favorecer a violência. A saída então seria desobedecer? Veremos como responder a essa pergunta no próximo capítulo.

3 LUZ, CÂMERA: AÇÃO EM HANNAH ARENDT

Se no capítulo anterior vimos que a obediência e a terceirização da responsabilidade podem levar à violência, neste capítulo veremos que, mais do que a simples desobediência, a saída proposta por Arendt é a ação. As páginas a seguir pretendem definir esse conceito de extrema importância para a autora, explorando sua relação com a pluralidade, a liberdade e a expressão de princípios. A oposição entre ação e comportamento e entre ação e onipotência serão elucidadas a partir das contribuições psicanalíticas sobre tática, estratégia e política.

3.1 Trabalho, obra e ação

Segundo Hannah Arendt, a vida *activa* diz respeito às atividades que o homem realiza no mundo: “A vida *activa*, a vida humana na medida em que está ativamente empenhada em fazer algo, está sempre enraizada em um mundo de homens ou de coisas feitas pelos homens, um mundo que ela jamais abandona ou chega a transcender completamente” (ARENDT, 2016, p. 27). São três as atividades humanas fundamentais que compõem a vida *activa*: o trabalho, a obra e a ação.

O trabalho debruça-se sobre a necessidade vital do homem e, para atendê-la, produz objetos de consumo que garantem, em escala individual, mas também coletiva, a vida humana. “O trabalho assegura não apenas a sobrevivência do indivíduo, mas a vida da espécie” (ARENDT, 2016, p. 11). O processo do trabalho é cíclico e repetitivo: assim que o homem consome o que produziu, já precisa começar novamente sua atividade. Por isso, por estar intimamente relacionado ao tempo biológico do corpo humano, o trabalho é uma atividade realizada fora do domínio público, ou seja, é uma atividade privada.

A obra, resultado da fabricação, é a atividade que produz objetos para uso, ou seja, é a atividade que confere ao homem uma série de coisas artificiais e sólidas que lhe garante uma vida estável no mundo. Ao contrário da vida do homem, o artifício humano dura e permanece no mundo, transcendendo a mortalidade humana. A obra é o que não desaparece com o uso: apesar de se desgastar, ela não pode ser consumida como acontece com os produtos do trabalho. “As coisas do mundo têm a função de estabilizar a vida humana (...). Contra a subjetividade dos homens afirma-se a objetividade do mundo feito pelo homem” (ARENDT, 2016, p. 170).

Ao contrário do trabalho e da fabricação, a ação não produz objetos para consumo, tampouco para uso, mas pode ser evocada pela memória e pela lembrança, na medida em que possibilita a história. A ação corresponde àquilo que começa e que inaugura – como um milagre – algo de novo. Ela só pode acontecer no domínio público porque depende inteiramente da relação entre os seres humanos, ou seja, a ação não pode acontecer no

isolamento; ela se dá, juntamente com o discurso, no espaço das aparências – que é onde os homens aparecem uns para os outros e onde a política pode acontecer.

A ação, única atividade que ocorre diretamente entre os homens, sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. Embora todos os aspectos da condição humana tenham alguma relação com a política, essa pluralidade é especificamente a condição (...) de toda vida política” (ARENDT, 2016, p. 09).

Vale pontuar que o que entendemos por condição humana é diferente do que se compreende como natureza humana. A condição humana é tudo aquilo que está no mundo e que se relaciona com a vida humana, condicionando-a, ainda que não por inteiro: “Tudo o que adentra o mundo humano por si próprio, ou para ele é trazido pelo esforço humano, torna-se parte da condição humana. O impacto da realidade do mundo sobre a existência humana é sentido e recebido como força condicionante” (ARENDT, 2016, p. 12).

Enquanto a condição humana do trabalho é a vida – efemeridade do homem cuja sobrevivência se dá por meio do atendimento de suas necessidades – e a da obra é a mundanidade – dimensão da estabilidade e da durabilidade das coisas do mundo onde o homem se estabelece –, a condição humana da ação é a pluralidade.

3.2 A introdução de um “quem” como resposta ao governo de ninguém

Pluralidade e agrupamento humano não são sinônimos. O agrupamento de seres humanos que não comporta a ação foi chamado por Hannah Arendt de sociedade. Esse termo tem um caráter pejorativo para a autora e opõe-se à noção de comunidade, que caracteriza os laços entre homens onde a vida política é fértil. Em uma sociedade, há o predomínio da burocracia e em uma comunidade é possível agir.

Ao contrário do que acontece na burocracia, onde opera o que Arendt chamou de governo de ninguém, a ação não pode acontecer sem a revelação de um “quem” que possa ser associado a ela. Em outras palavras, a ação não faz sentido se não tem um autor. “Sem o desvelamento do agente no ato, a ação perde seu caráter específico e torna-se um feito como outro qualquer” (ARENDT, 2016, p. 223).

Desse modo, a ação é o remédio para a terceirização da responsabilidade a uma instância abstrata, uma vez que a banalidade do mal opera quando o sujeito não chama para si a autoria de seu comportamento.

Contudo, ainda que seja possível identificar alguém responsável pelo ato, seu agente é ao mesmo tempo padecente da ação que realizou. Ou seja, aquilo que o sujeito inicia tem consequências que fogem a seu alcance: os efeitos de sua ação geram reações que causam

ainda outras reações, e assim por diante. A história da humanidade, portanto, é composta de processos que vêm como resposta a processos anteriores e que causam ainda outros posteriormente. Sendo assim, é impossível apontar para um único autor da história, de modo que evocar entidades abstratas mostra-se necessário para dar conta dessa complexidade.

Podemos quando muito isolar o agente que pôs o processo inteiro em movimento; e embora esse agente frequentemente continue a ser o sujeito, o “herói” da estória, nunca podemos apontá-lo inequivocamente como o autor do resultado final (...). As estórias reais, ao contrário das que inventamos, não têm autor; como tal, é o verdadeiro precursor da Providência, da mão invisível, da Natureza, do “espírito do mundo”, do interesse de classe e de outras noções semelhantes (ARENDT, 2016, p. 229).

A impossibilidade de apontar um autor da história também se relaciona ao fato de o homem não poder agir no isolamento. Nesse sentido, ação e pluralidade são noções interdependentes. Essa interdependência de conceitos é marca do pensamento arendtiano: a relação entre eles explicita a complexa trama que os une. A atividade humana da ação está intimamente ligada à condição humana da pluralidade, mas também à liberdade e à manifestação de princípios, que veremos a seguir.

3.3 A pluralidade, a liberdade e os princípios

A pluralidade diz respeito à vivência da singularidade na comunidade de homens, ou seja, ao “viver como um ser distinto e único entre iguais” (ARENDT, 2016, p. 221). A ação só pode ser definida como tal se testemunhada por outros, também potentes para agir, de modo que a ação pressupõe “a condição humana essencial da pluralidade, o agir e o falar em conjunto, que é a condição de todas as formas de organização política” (ARENDT, 2016, p. 251). Em outras palavras, a pluralidade diz respeito à dimensão compartilhada da vida humana, ao fato de a vida se dar entre homens. Butler aprofunda essa concepção ao afirmar que a precariedade é também compartilhada: apesar de ser geopoliticamente distribuída, ela é também condição humana, pois todo corpo é vulnerável à violência. Ou seja, é verdade que “o sujeito que sou está ligado ao sujeito que não sou, que cada um de nós tem o poder de destruir e ser destruído, e que estamos unidos uns aos outros nesse poder e nessa precariedade. Nesse sentido, somos todos vidas precárias” (BUTLER, 2016, p. 71).

Amós Oz, ao tecer considerações sobre o fanatismo, também nos ajuda a pensar a pluralidade: “Há quem fique repetindo dia e noite que ‘nossa força está em nossa união’. Sim, nossa força reside em estarmos todos unidos em nosso direito de sermos diferentes uns dos outros” (OZ, 2017, p. 59).

Assim como a ação depende da pluralidade, ela também precisa da liberdade para acontecer. “A liberdade só existe no singular espaço intermediário da política” (ARENDT, 2008, p. 147). Ação, pluralidade e liberdade caminham juntas. Já mostravam os existencialistas franceses, que: “contrariamente ao lema burguês ‘minha liberdade termina onde começa a dos outros’, afirmaram: ‘minha liberdade começa onde começa a dos outros’ – pretendiam sugerir que (...) a liberdade encontra o seu fundamento na liberdade dos outros” (GONÇALVES FILHO, 1998, p. 22).

É importante ressaltar que o que entendemos por liberdade aqui não é o mesmo que livre arbítrio, não diz respeito à liberdade interior onde o sujeito pode praticar o autodomínio e, assim, se ver livre de toda opressão que externamente sofre sem intervir na realidade do mundo. Ao contrário dessa vivência apolítica, a liberdade é própria do domínio público e nele se expressa por meio da ação. Apesar do esforço frequente em separar liberdade de política, sabemos que uma não se concretiza sem a outra. Mais do que isso, liberdade, política e ação coincidem.

O fenômeno da liberdade não surge absolutamente na esfera do pensamento, que nem a liberdade nem o seu contrário são vivenciados no diálogo comigo mesmo no decurso do qual emergem as grandes questões filosóficas e metafísicas, e que a tradição filosófica (...) destorceu, em vez de esclarecer, a própria ideia de liberdade, tal como ela é dada na experiência humana, ao transpô-la de seu campo original, o âmbito da Política e dos problemas humanos em geral, para um domínio interno, a vontade, onde ela seria aberta à autoinspeção (...). Devemos ter sempre em mente, ao falarmos do problema da liberdade, o problema da política, e o fato de o homem ser dotado com o dom da ação; pois ação e política, entre todas as capacidades e potencialidades da vida humana, são as únicas coisas que não poderíamos sequer conceber sem ao menos admitir a existência da liberdade, e é difícil tocar em um problema político particular sem, implícita ou explicitamente, tocar em um problema de liberdade humana. A liberdade (...) é na verdade o motivo por que os homens convivem politicamente organizados. Sem ela, a vida política como tal seria destituída de significado. A *raison d'être* da política é a liberdade, e seu domínio de experiência é a ação (ARENDT, 2014, p. 191).

O domínio interno, morada da liberdade interior, é onde também a necessidade habita. Para ser livre, o homem precisa estar liberado da necessidade, de modo a adentrar no domínio público, que é onde a política se dá. Nesse sentido, liberdade e necessidade se opõem. Enquanto a necessidade é vivenciada individualmente, a liberdade só pode ser experimentada na relação com os outros. “A liberdade necessitava, além da mera liberação, da companhia de outros homens que estivessem no mesmo estado, e também de um espaço público comum para encontrá-los – um mundo politicamente organizado” (ARENDT, 2014, p. 194).

Um espaço politicamente organizado é um espaço público onde os homens podem aparecer uns aos outros por meio da expressão de sua liberdade. “A aparição, a concreção de

um mundo e dos outros, encontra condições materiais apenas numa comunidade de homens livres, iguais e singulares” (GONÇALVES FILHO, 1998, p. 50). Em outras palavras: “O domínio político resulta diretamente da ação em conjunto, do ‘compartilhamento de palavras e atos’. A ação, portanto, não apenas mantém a mais íntima relação com a parte pública do mundo comum a todos nós, mas é a única atividade que o constitui” (ARENDT, 2016, p. 245).

Para Arendt, a ação é aquilo que fura os automatismos. Ela pode se manifestar pela iniciativa, que é a capacidade individual e pessoal de inaugurar processos que não se dariam naturalmente, ou por meio do poder, que é a capacidade coletiva e organizada de instituir.³

É o poder que mantém a existência do domínio público, o espaço potencial da aparência entre homens que agem e falam (...). O poder é sempre, como diríamos hoje, um potencial de poder, não uma entidade imutável, mensurável e confiável (...). O poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam (ARENDT, 2016, p. 248)

Hannah Arendt reclama o sentido inicial de poder quando insiste em diferenciá-lo de dominação. Aquilo que popularmente entendemos como o uso do Poder é o que a autora atribui aos processos de dominação. Coberta por motivações econômicas, a dominação é sempre violenta, embora a violência nem sempre seja ingrediente da dominação. A violência interrompe processos, mas não cria nada, como o faz a ação.

Da mesma forma que a liberdade foi confundida com o livre arbítrio, a ação sofreu um desvio filosófico quando foi utilizada como sinônimo de vontade. Ambas as compreensões são fundadas na equivocada importância dada à esfera do pensamento que, nesses casos, pouco influi. Agir não é absolutamente o mesmo que realizar uma vontade. O que origina a ação é o desempenho de um princípio.

O princípio é imanente à ação. É seu motor e se manifesta na sua própria realização, embora também a transcenda. Princípios não são objetivos, tampouco se originam da interioridade do sujeito que age. Eles são próprios da ação: somente se manifestam por meio dela e enquanto ela dura.

A ação, na medida em que é livre, não se encontra sob a direção do intelecto, nem debaixo dos ditames da vontade – embora necessite de ambos para a execução de um objetivo qualquer –; ela brota de algo inteiramente diverso que, seguindo a famosa análise das formas de governo por Montesquieu, chamarei de um princípio. Princípios não operam no interior do eu como o fazem motivos (...), mas como que inspiram do exterior, e são demasiado gerais para prescreverem metas particulares,

³ Claude Lefort, autor que será aprofundado adiante, dá outro sentido para o termo. Para diferenciar, utilizaremos poder (em minúsculo) para expressar o sentido arendtiano e Poder (em maiúsculo) para fazer referência ao sentido dado por Lefort, com exceção das citações, onde o uso de cada autor será respeitado.

embora todo desígnio possa ser julgado à luz de seu princípio uma vez começado o ato. Pois, ao contrário do juízo do intelecto que precede a ação e do império da vontade que a inicia, o princípio inspirador torna-se plenamente manifesto somente no próprio ato realizador; (...) o princípio que o inspirou nada perde em vigor e em validade através da execução (ARENDT, 2014, p. 198).

A glória, o amor à igualdade e a honra são princípios. Princípios estão entre nós, não são dons que possuímos ou adquirimos e conservamos em nossa interioridade. Sua aparição se dá no próprio exercício da ação, assim como ocorre com a liberdade, inerente a ela: “O surgimento da liberdade, assim como a manifestação de princípios, coincide sempre com o ato em realização. Os homens são livres (...) enquanto agem, nem antes, nem depois; pois ser livre e agir são uma mesma coisa” (ARENDT, 2014, p. 199).

A coincidência entre ação e princípio não pode ser confundida com espontaneidade, pois de nada tem a ver com ela. Trata-se mais da possibilidade de inaugurar algo sem se utilizar do pensamento para fazê-lo. Žižek, ao discorrer sobre o enfrentamento do capitalismo e a obscenidade dos direitos humanos, diz que: “uma autêntica revolução se realiza por definição como um ‘devo’: não é algo que ‘deveríamos fazer’, como um ideal pelo qual nos esforçamos, mas algo que não podemos evitar, dado que não podemos fazer de outra maneira⁴” (ŽIZEK, 2005, p. 189, tradução nossa).

A compreensão psicanalítica do ato parece auxiliar na compreensão dos princípios: “Na dimensão do ato existe uma antecipação em relação ao saber da compreensão, do juízo. Estamos falando então de um ato que não se dá pela preleção do pensamento, mas de um ato que é o próprio juízo” (ROSA, 2016, p. 163). Se a motivação e o intelecto contribuem para a realização de um ato, mas não consistem no que ele é em si, é porque a dimensão inconsciente também está em jogo.

Situações que exigem uma rápida resposta nossa são boas ocasiões para verificar nossa disponibilidade para ação e manifestação de princípios. Esse foi o caso da cena que relato a seguir.

3.4 Militar: verbo e substantivo

Em maio de 2017, quinto mês da gestão Doria na cidade de São Paulo, vivi uma experiência inesquecível com meus parceiros de militância. Foi dessas situações-limite que exigem respostas rápidas de nós. Para contextualizar: o dia 21 de maio foi o domingo em que a nova gestão definitivamente botou em prática os planos para a Cracolândia – o fim do

⁴ Do original: una auténtica revolución se realiza por definición como un “debo”: no es algo que “deberíamos hacer”, como un ideal por el que nos esforzamos, sino algo que no podemos evitar, dado que no podemos hacerlo de otra manera. **La suspensión política de la ética**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

Programa Intersecretarial De Braços Abertos foi decretado em meio às intervenções policiais e à ameaça de internações compulsórias de usuários.

Esse dia de horror amplamente comentado pela mídia deixou ativistas e profissionais do território em alerta. Não tardou e outro desastre aconteceu: dois dias depois a demolição de um prédio da região deixou três feridos, revelando explicitamente o processo de especulação imobiliária que rege o local. Naquela ocasião, os moradores alegaram não terem sido avisados da operação e reagiram contra os despejos.

Mais tarde, a polícia cercou pela primeira vez a Praça Princesa Isabel, para onde havia se deslocado a concentração de usuários de crack após as intervenções truculentas do fatídico domingo.

Naquele dia, quando eu estava indo para a análise, meu celular tocou. Mensagens de horror do coletivo militante “A Craco Resiste”. “Por favor, vem pra cá!” “Mais essa! Eu nunca mais vou poder dormir em paz”, pensei. “Vem que o bagulho vai estourar feio!” Na época eu atuava na UBS, onde me foi recomendado discricção. “Mano, vem logo, galera!” Fui, suando, antes mesmo de começar a correr. Repórteres, o fluxo e a GCM em volta. “Chama os direitos humanos! O bagulho vai estourar!” Helicópteros, o som do medo em nossas cabeças. “Lembra quando a gente era feliz?”, pensei. “Vem pra cá!” E foi meu corpo quem decidiu ir. Os princípios que o comandavam?

“Senhora, melhor não ir por aqui”, disse o guarda, com a certeza de que uma mulher branca de olhos azuis e casaco rosa só poderia estar ali desavisada. Não respondi e segui. Cheguei à cena, mas não pude vê-la: não é possível assistir aquilo do qual se faz parte. A GCM. O fluxo. Entre eles uns dez de nós. Alguns negociando paz com os guardas, outros acolhendo a revolta dos usuários. Outros parados, sem saber o que fazer, mas sabendo que era para estar lá. “Era?” Claro! “A gente tem que fazer frente a essa polícia! Isso aqui tá cheirando a nazismo!”, alguém disse.

Eu estava lá e isso era tudo. Eu recebia o olhar dos usuários reconhecendo o valor da minha presença. Fiquei olhando a cena, e então eu estava de fora, como se fosse possível deixar meu corpo lá, esquecer de mim, enquanto fazia o que devia ser feito. Olhei as pessoas do fluxo, suas posturas, suas roupas, seus rostos. “O crack”, pensei, o crack que não é a real questão, mas que o Magrão deseja com tanta intensidade, que nem lembrou de olhar para o guarda que o observava. Terceirizou a preocupação sobre seu corpo: o receio por sua vida era mais meu do que dele. O medo que ele não tinha, todo ele em mim. No meu corpo. Meu corpo: eu! Voltei a mim, e a distância entre nós e a GCM já era menor.

Eles chegaram perto, com seus uniformes e escudos. Uma barreira de militantes de costas para o fluxo, de frente para a GCM, porque não se fica de costas para o inimigo. Uma barreira de militantes para proteger o fluxo. Seus corpos ali na frente dificultavam a violência porque são corpos cujas vidas valem mais que aquelas que protegem.

Que vidas são consideradas vidas que merecem ser salvas e defendidas, e que vidas não o são? (...) Quais vidas são consideradas valiosas, quais vidas são enlutadas, e quais vidas são consideradas não passíveis de luto. Podemos pensar a guerra como algo que divide as populações entre aquelas pessoas por quem lamentamos e aquelas por quem não lamentamos. Uma vida não passível de luto é aquela cuja perda não é lamentada porque ela nunca foi vivida, isto é, nunca contou de verdade como vida. (...) A distribuição desigual do luto público é uma questão política de imensa importância” (BUTLER, 2016, p. 64).

Um passo dos guardas para a frente, um passo nosso para trás. Uma parada. Dois deles me olhando, conversando de lado. Atrás de seus uniformes e de seus escudos, um disse e outro concordou: “Pior que os noias são esses caras” e seus olhos me apontaram. Que participação social, o quê!

“Cuidado, o barranco!”, alguém avisou. Mais um passo deles para a frente, outros nossos para trás. Encurralados em uma das esquinas da praça e assistidos pelos carros parados na Avenida. Ninguém parecia pensar em acudir. “Deixa a polícia fazer o trabalho dela.” Quantas vezes ouvi essa frase?

Seguíamos encurralados, mas, porque o grupo age a despeito da consciência de todos os indivíduos que o constituem, estávamos todos juntos, correndo de volta para casa. Guardas impediam que os carros passassem na Avenida Rio Branco. Só havia um caminho: voltar para o quarteirão onde a cena de uso costumava ficar antes da violência policial de domingo, nas visadas ruas da empresa Porto Seguro. A massa que carregava cobertores e corria fugindo, então corria de alegria: estávamos todos juntos, correndo de volta para casa. A doce ilusão durou pouco: uma vez atravessada, a rua deu lugar a viaturas, que impuseram sua força pela velocidade com que eram dirigidas. Uma delas atropelou o Robertinho. “Filha da puta!” Sirenes. “GJX 2026!” Alguém filmou a placa. “GJX 2026!” Correria, sirene, repórteres, helicópteros. Se for correr de costas é para correr depressa. BOMBA. “Bomba?” B-O-M-B-A!

Meia volta e o grito da multidão, já comunidade. “Vai, vai, vai, vai!” Mas fiquei ali, entre a urgência de correr e a impossibilidade de fazer coisa alguma. Longe dos olhos da população civilizada que circula pela Avenida Rio Branco, a violência pode correr solta. “Não dou mais conta”, avisei. Um grupo na frente da GCM, outro grupo preso atrás, junto com parte da vizinhança. Na TV do bar onde a população se abrigou, o Datena falava sobre a “operação” da polícia e a “invasão” dos usuários na rua Helvétia. “Quem invadiu foram eles!”

gritei. Existe um vocabulário que justificava a guerra. “Mas o que é que você sugere? Alguém tem que fazer alguma coisa, essa pouca-vergonha não pode continuar!”. Já ouviu falar em luta antimanicomial? Em tirar o foco da droga e voltar ao sujeito? Em garantia de direitos? O que eu pensava não dava tempo de explicar.

“Chega de ficar aqui, vamos dar a volta!”, falei para os parceiros que estavam comigo. Alguns quarteirões correndo. “Gente do céu! Por que isso?” De pensar que algumas pessoas veem os guardas como heróis. Atravessamos o posto de gasolina. Os funcionários de lá, estariam eles assustados ou aliviados? Estariam eles pensando que a GCM pode se utilizar da mesma arbitrariedade com eles quando lhes for conveniente? Ou estariam eles certos de que o perigo era os usuários e que a repressão era o caminho correto?

Passando o posto, estávamos de volta à cena: a GCM de um lado, o fluxo acuada de outro, no meio os dez de nós e “os direitos humanos”, profissionais da Defensoria Pública e do Condepe (Conselho Estadual de Direitos da Pessoa Humana). Um círculo com representantes de todos os lados. Articulação de rede, né? Papo vai, papo vem. “Calma!”, a palavra mais dita. Olhei em volta e percebi o Teo filmando tudo, de moletom e chinelo. “Certamente não sabia que viria para a guerra hoje quando se vestiu pela manhã”, pensei. Tampouco eu. “O que vestir pra ir pra guerra?”, lembro de me indagar. “Não sei, só sei que casaco rosa não foi das melhores opções.” Um guarda interrompeu minha divagação para dizer que não haviam encontrado armas, que por isso o fluxo poderia voltar para a Princesa Isabel. “Armas? Eles tão é querendo cansar a gente! Quem teve tempo de ver se tem arma aqui?”, disse o Negão. Verdade, mas poderia ser pior, melhor o fluxo voltar e pronto!

Um de nós – Robertinho, escolhido pelo pessoal dos “direitos humanos” – saiu do círculo com a missão de falar com o fluxo. Nisso o Pinguim me ofereceu uma bala da caixa que carregara até ali. Era para vender, mas eu aceitei. Isso tudo sem nenhuma palavra sendo dita. Olhos nos olhos: existe amor durante a guerra. “Deixa o cara falar, pessoal!”, alguém do fluxo gritou, dando espaço para o Robertinho dizer o que havia sido acordado. Ergueram-no por cima do lixo, assim dava para ver melhor. Meia dúzia de palavras e o combinado estava firmado. A massa que carregava cobertores e corria fugida, então corria de alegria: éramos todos juntos, correndo de volta para lá. “Vitória!”, alguém gritou. Eu ri. O Pinguim me abraçou, nisso quase caiu na montanha de bosta do cavalo da GCM. “Cuidado!”, eu gritei. Ele desviou, e os dois riram. Depois de viver a guerra, o que é pisar numa bosta de cavalo?

Aquele mesmo caminho: cruzar de volta a Avenida Rio Branco. Dessa vez nenhum guarda ajuda. Já é noite. Nossos dez corpos parando a rua. Os carros avançam, mas a Lourdes continuou lá, sozinha, do outro lado da avenida. Eu voltei para buscá-la. Seus olhos cheios de

lágrima: “Lá que é nosso lugar!”, lamentava-se ela, apontando para o visado terreno da Porto Seguro. Só dois quarteirões de distância, mas dois quarteirões fazem diferença. “Lá tem a tenda, lá o pessoal cuida da gente”, completou, referindo-se às equipes de saúde e assistência. Lembrei por que distribuir água no fluxo era tão potente: o bebedouro a um quarteirão da cena de uso era longe demais para alguns que não se levantavam nem para ir ao banheiro. “Eu sinto muito, Lourdes”, quis consolar, “mas é na Praça Princesa Isabel que vai ficar todo mundo, e nesse momento é melhor não ficar sozinha.” Ela concordou, e abraçadas atravessamos a avenida, sedentas por um cigarro. “Cigarreiro!”, gritamos ao pisar na praça.

Comemoramos sem ainda acreditar no que tínhamos vivido juntos. Juntos. Se essa cena ilustra a manifestação de princípios, ela também fala sobre pluralidade: não teria sido possível agir sozinha.

Quando eu estava indo embora, um usuário me perguntou: “Acabou o expediente?”. Respondi que sim, mas depois pensei que aquela cena não fora vivida em horário de expediente. As pessoas que estavam comigo não eram profissionais da minha equipe, tampouco atuavam no mesmo serviço que eu. Não era possível, então, dizer que eu estava ali por conta de meu emprego. Se há expediente para o militar, não há expediente para militar. No entanto, era impossível negar que meu compromisso com aquele acontecimento estava relacionado à minha atuação na região. Saí do impasse binário ao pensar que tanto fazia ser profissional ou militante: nos casos em que a gestão da política opera a violência, não há dúvida de que é preciso agir. “Que chamem a isso como quiserem”, militância.

3.5 A transformação da ação em comportamento

A tendência de chamar de militância aquilo que foge à obediência pode ser relacionada ao fato de que nas sociedades modernas existe uma forte tendência de transformar a ação em comportamento. Esse processo teve início com a era moderna, particularmente com a Revolução Industrial, e impera até os dias de hoje.

O progresso industrial (...) foi obtido pela criação de uma amarga separação: a separação entre a dimensão intelectual do trabalho e sua dimensão manual. O que é pior: essa separação foi obtida pela criação de duas categorias de homens: os que mandam e os que obedecem. Duas categorias que se estranham mutuamente e que não podem mais se reconhecer como iguais. Houve degradação dos dois lados: quem manda, deixou de lado suas mãos; quem obedece, obedece por medo e em situação de humilhação, deixando de lado seu espírito (GONÇALVES FILHO, 1998, p. 58).

A divisão entre os que fazem e obedecem e os que pensam e mandam tem consequências bastante prejudiciais para a vida política dos homens, uma vez que gera

humilhação social e fixa os sujeitos em posições das quais se retiram com muita dificuldade. Trata-se de uma divisão que acirra a leitura binária sobre o mundo, reduz a potência de intervenção sobre ele, inviabiliza a liberdade da vida humana e faz prevalecer as sociedades em detrimento das comunidades. A transformação do domínio público em sociedade implica na predominância da burocracia e no enfoque das forças produtivas do homem:

A fim de medirmos a extensão da vitória da sociedade na era moderna, sua inicial substituição da ação pelo comportamento e sua posterior substituição do governo pessoal pela burocracia, que é o governo de ninguém, pode convir também lembrar que sua ciência inicial, a economia (...), foi finalmente sucedida pela pretensão oníabrangente das ciências sociais, que, como “ciências do comportamento”, visam a reduzir o homem como um todo, em todas as suas atividades, ao nível de um animal comportado e condicionado (ARENDT, 2016, p. 55).

Substituir a ação por comportamento, fabricação ou trabalho são formas de impossibilitar a atividade política no domínio público, preenchendo-o com atividades próprias do domínio privado. O comportamento, em oposição à ação, é uma conduta humana não livre e apolítica, estimulada pela vida em sociedade. “Quanto mais pessoas existem, maior é a possibilidade de que se comportem e menor a possibilidade de que tolerem o não comportamento” (ARENDT, 2016, p. 53).

A prevalência do comportamento no domínio público tem consequências importantes no que diz respeito à participação dos homens nos assuntos públicos. Ocorre uma retirada dos cidadãos do campo do comum e os sujeitos são incentivados a cuidar apenas dos assuntos privados, enquanto o Poder Público se encarrega de todas as decisões relacionadas ao domínio comum.

No capítulo anterior falamos da terceirização da responsabilidade a uma instância abstrata, o que favorece a banalização do mal. Para que não ocorra a desresponsabilização dos sujeitos, estes devem se ver como agentes do domínio público, ou seja, a atividade humana da ação deve ser possível. Como, porém, o homem poderá agir se a ação foi substituída pelo comportamento?

Profissionais da rede de atenção psicossocial só poderão realizar intervenções potentes se reconhecerem sua atuação como ação. Se a ação for inibida em detrimento do comportamento, nenhuma transformação poderá ocorrer.

A separação entre luta política e emprego que frequentemente esses profissionais são incentivados a fazer são nada menos que um convite ao comportamento e a uma atuação burocratizada. Tudo aquilo que se diferencia disso poderá ser visto como ingerência ou militância, justificando, inclusive, advertências e demissões de funcionários dos equipamentos públicos cuja administração, para piorar o cenário, vem sendo gradativamente privatizada.

Em 2014 eu vivenciei uma cena que exemplifica bem o que está sendo dito aqui. Foi quando ainda atuava como psicóloga no CAPS AD. Esse CAPS ficava em um grande complexo onde havia também outro equipamento da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo – o AMA Especialidades -, e outros dois serviços da assistência (um centro de convivência e um centro de acolhida destinado ao acolhimento da população em situação de rua do centro de São Paulo). Como já situei, esse complexo era a referência do município para os usuários do território da Cracolândia e adjacências, por ser o mais próximo.

Entre o final de 2013 e o começo de 2014, a área comum desse complexo passou a ser palco de muita violência. Usuários brigavam entre si e não raras vezes o AMA precisou atender fraturas expostas ou feridas decorrentes desses embates. Cerca de quinze pessoas dormiam na frente do equipamento. Os idosos queixavam-se de ter os cartões de benefício social roubados por integrantes da chamada “maloca”. Os carros dos profissionais foram riscados e os pneus foram furados no estacionamento do local. Muitos profissionais se sentiram acuados e pediram demissão. Outros pediam por representantes da GCM na porta do serviço.

Era uma terça-feira, se não me engano em janeiro de 2014, quando chamei o amigo e psicólogo Cadu pra atender o Augusto junto comigo. O Cadu tinha sido demitido havia alguns meses do centro de convivência, mas eu ainda estava no CAPS do complexo. O Augusto, usuário e militante da rede de atenção psicossocial há anos, estava num momento difícil e eu achei que o Cadu poderia ajudar porque eles tinham um bom vínculo havia tempos, desde a época da faculdade, onde nos conhecemos e quando nenhum de nós tinha emprego nenhum.

Ambos vieram. Mal havíamos começado a conversa, ouvimos uma barulheira vinda lá de fora. O que soubemos foi que um usuário que tinha sido empregado pelo centro de convivência fora orientado a tirar a televisão de lá durante a noite. Logo que amanheceu todos os usuários se indignaram com a ausência da tela e partiram para cima dele, quebrando também as instalações do serviço. A GCM foi chamada e chegou rapidamente, munida de spray de pimenta e cassetetes, reprimindo indiscriminadamente aqueles que estavam no espaço.

Para essas situações não existe protocolo. A maior parte dos profissionais entrou assustada nas salas de atendimento. Outros correram até a cena: eu, o Cadu, a Maria – psicóloga do CAPS – e uma médica do Consultório na Rua que costumava ir ao complexo às terças-feiras e que era conhecida pelas problematizações que fazia em relação ao serviço. Pelas janelas das salas alguns recomendavam que voltássemos, enquanto olhavam tudo acontecer. Mas meu corpo foi, como se soubesse o que fazer. Talvez fora um princípio que me

levou. Princípio arendtiano ou princípio do SUS? Integralidade, quiçá? Não deixar o sujeito morrer de crack é cuidar de sua saúde, não deixá-lo morrer devido à violência policial, também.

Não sei se ajudei, mas sei o que vi. Um guarda jogou spray de pimenta no Cadu quando ele procurou defender uma mulher e uma criança da GCM. Ele gritou de dor e indignação; em seguida levou uma cacetada no braço que o fez correr para o AMA. Precisou ir para o hospital. Eu e Augusto fomos junto, um assistente social foi dirigindo o carro. Inacreditável: o Cadu saiu com o braço engessado, o GCM conseguiu quebrá-lo com a cacetada que deu! Se ele faz isso com um garoto branco de classe média, imagina o que faz com um garoto negro, pobre, quando ninguém está assistindo.

Quando eu voltei para o CAPS, a gerente me chamou na sua sala. Como uma aluna que aprontou na aula, fui ouvir bronca. Ela relacionou a presença do Cadu com a presença da médica e sugeriu que eu houvesse planejado essa situação, liderando um motim entre os usuários. Motim foi a palavra que ela usou. De fato, a ficção comunista não tarda a se manifestar. Confesso que fiquei lisonjeada com a hipótese de que eu teria essa capacidade de liderança, mas não, expliquei: “na verdade foi uma coincidência”. Foi coincidência que o embate entre os usuários aconteceu justo no dia em que chamei Cadu para o complexo e justo no dia em que a médica estava por ali. Mas, de fato, não foi uma coincidência que apenas nós tivéssemos nos metido no meio da briga. Nós, os que consideravam que mediar aquele conflito era parte de nosso papel, éramos suspeitos justamente por achar que esse tipo de situação é campo para nossa intervenção.

Não se pode esquecer (...) que nossa cultura é muito permeável a um estilo de gestão autoritário, tanto na esfera pública quanto na privada, que gera uma constante confusão entre o espaço próprio e o espaço coletivo. (...) Essas práticas, mais do que ações condenáveis e criticáveis, aparecem como elementos institucionais produtores de sujeitos fragmentados; burocratizados na sua relação com os usuários; individualistas e distantes da percepção da sua própria importância para a sustentação da política de saúde, na qual se acham imersos. A apatia e a indiferença são majoritariamente efeitos da violência e do desamparo, do cerceamento que uma política de saúde (...) os submete no seu cotidiano. (REIS; MARAZINA; GALLO, 2004, p. 41).

No dia seguinte ao conflito, a Coordenação de Saúde Mental do Centro, acompanhada dos coordenadores da organização social (OS) que administrava o CAPS AD e o AMA do complexo, veio conversar com nossa equipe e mencionou na ocasião a possibilidade de fechar o equipamento dado o cenário apresentado.

Alguns de nós intercedemos, pedindo para tentar fazer algo antes que essa fosse a única saída possível. A partir de então, um longo processo de escuta dos usuários teve início:

por meio da articulação de rede trouxemos entidades relacionadas aos direitos humanos para realizar visitas e reuniões com os atendidos do complexo; em um exercício de participação social ativamos e potencializamos as assembleias e o conselho gestor da unidade. Trata-se do que chamamos “controle social”:

A discussão sobre a questão do controle social das políticas públicas tem um lugar central, já que nos leva a pensar até onde os mecanismos definidos pelo SUS para garantir esse controle estão atravessados por uma tendência de burocratização e recaptura dos seus fluxos por parte da estrutura formal do Estado. Tendência essa que nos parece estar presente na sociedade como um todo, na medida em que a educação para a cidadania participativa dista muito ainda de ser um ideal social efetivo (MARAZINA, 2012, p. 55).

Nesses espaços de controle social os usuários relataram inúmeras problemáticas por eles vivenciadas, desde a precariedade do serviço até corrupção envolvendo a organização que administrava o centro de convivência e o centro de acolhida do complexo. Parece que os usuários descobriram que o gerente do centro de acolhida roubava as carnes compradas para o almoço e jantar dos conviventes. Carne no porta-malas do carro vermelho dele – impossível esquecer essa imagem. A demissão de Cadu se deu porque ele tentou intervir sobre isso e então o assunto retornava porque seguia sem resolução.

Ficou evidente que a violência presente no local era reação a uma violência primeira que os conviventes sofreram, ou seja, a violência era resposta à violação de direitos sofrida. Agora éramos testemunha dessa violação e precisávamos fazer algo. Não podíamos reverter a situação, mas poderíamos dar visibilidade para o ocorrido. Se não éramos os responsáveis, tínhamos nossa responsabilidade: agir no sentido arendtiano do termo era fazer essa história chegar aonde deveria.

A palavra só pode substituir os atos violentos porque levamos a sério aquilo que escutamos. Foi porque encaminhamos as denúncias sistematizadas que aos poucos a convivência no complexo voltou a ser pacífica. A hipótese de fechamento dos equipamentos foi descartada e nossa equipe foi aplaudida pelas coordenações responsáveis.

Pouco tempo depois, no entanto, quando a denúncia teve seus desdobramentos e a cobrança chegou para a organização que administrava os serviços da assistência, ameaças de retaliação passaram a ser feitas pela coordenação da OS às pessoas envolvidas no processo de escuta dos usuários. A supervisora do CAPS foi afastada duas vezes, uma a pedido da organização, outra por adoecimento. Vemos, então, que:

Essas ações políticas de resistência se efetivam na medida em que os profissionais se organizam e funcionam como coletivo que sustenta as intervenções e decisões de cada profissional e na medida em que estas também são construídas e embasadas nesse diálogo com o coletivo. A finalidade da instituição, a forma como organiza

seus processos de trabalho e, principalmente, como ocorre a distribuição de poder, isto é, se os técnicos participam ou não dos processos decisórios, impactam na possibilidade de construção desse coletivo e de uma autonomia de criação de experiências e reflexividade no trabalho (BERTOL, 2019, p. 159).

Em defesa da supervisora e das ações realizadas em sua gestão, nos manifestamos publicamente por meio de uma carta que defendia a participação social e o controle social previsto pelo SUS, SUAS, reforma psiquiátrica e redução de danos. O manifesto foi assinado por entidades importantes e assim foi ganhando visibilidade. Paulo, o coordenador de Saúde Mental que até então eu não conhecia, nos visitou na ocasião. Validou nosso movimento e pediu que escrevêssemos outro documento explicando exatamente o que estava acontecendo. Desconfiei do Paulo, mas seguimos sua orientação.

No entanto, por conta das ameaças da OS feitas aos profissionais, a equipe foi perdendo a coesão; enquanto alguns defendiam as ações tomadas como exercício legítimo de sua atuação, outros passaram a recuar, argumentando que o assunto estava “virando político” e que tinha gente “misturando as bolas”.

A fixação de cargos confere uma espécie de segurança (sabe-se até onde ir e cumprimos o prescrito), entretanto tolhe iniciativas (cumprimos apenas o prescrito e deixamos de cumprir o que ninguém mandou). Fica embotada a livre discriminação da ação requerida. Autoridade e obediência se formalizam: quanto mais ordens e proibições, quanto maior a separação de competências, mais se encobre o que é essencial, menos atinamos no que é dispensável e no que é indispensável. Autoridade e obediência deixam de circular: o governo do trabalho não é mais o governo de todos (GONÇALVES FILHO, 1998, p. 50).

O medo de perder o emprego e a total dependência dele por parte da maior parte da população garante a substituição da ação pelo comportamento, embora essa substituição também seja sustentada pela resistência dos profissionais e instituições à democratização das práticas nos serviços públicos: “Na medida em que a política de humanização passa a ser vivida, prioritariamente, como uma perda do poder de decisão e uma delimitação de sua autonomia, o profissional de saúde a ela resistirá, com maior ou menor intensidade” (REIS, MARAZINA e GALLO, 2004, p. 42).

Mesmo assim, alguns de nós insistiram: se o protagonismo do usuário era princípio do SUS, base da luta antimanicomial e da redução de danos e direção do que prevê o SUAS, não havia dúvidas de que o protagonismo do usuário era o que estava em jogo e que o real exercício da cidadania dependia da seriedade com que levaríamos aquilo que apareceu nas assembleias. Como fomos advertidos pelo trabalho com adolescentes em medidas socioeducativas, para que o sujeito “possa se apropriar de sua história, exercer seu protagonismo e sua reflexão crítica, é necessário que o técnico também tenha capacidade de

produzir reflexões e, nesse sentido, tenha autonomia de pensamento e de atuação para realizar esses processos” (BERTOL, 2019, p. 45).

Mas antes que pudéssemos entregar a segunda carta a Paulo, eu fui demitida. Eu e a enfermeira do colegiado gestor que ainda defendia a supervisora do CAPS – as fazedoras de motim. Ingerência, disseram-me. E eu pensava que era integralidade, intersetorialidade ou participação social. Foi com as demissões que nos comunicaram que lá não havia espaço para agir, para instituir. Lá era instituição: quando a ação é substituída por comportamento, os princípios são substituídos por normas. O que não fosse da esfera do comportamento seria interpretado como desobediência e militância.

Se “Na condição proletária, a submissão (...) se torna espontânea. Diríamos melhor: torna-se automática” (GONÇALVES FILHO, 1998, p. 41), eu tinha um lugar privilegiado, não marcado pela humilhação social, e assim pude me perguntar: “Foi militância o que fiz? Quais as consequências de realizar uma escuta verdadeira dos usuários? Como entender a atuação com a população de rua usuária de drogas da Cracolândia como uma atuação apolítica? Aquilo já não era da minha conta ou era justamente material de intervenção?”. O que eu entendia como minha responsabilidade ética diferia das responsabilidades que a instituição me atribuía.

As demissões transmitiram que a fidelidade à OS deve ser maior que as diretrizes do SUS, da reforma psiquiátrica ou da redução de danos, especialmente se a radicalidade destes últimos prejudicam a primeira. Assim calaram os demais profissionais, em especial aqueles marcados pela humilhação social. A medida tomada devolveu-os ao lugar de funcionários que devem à empresa que os contratou obediência e gratidão:

A palavra do empregado, dirigida ao patrão, é a conversa de pequenas consultas ou a conversa defensiva (“Faço isso?”; “Não?”; “Mas foi o senhor quem mandou!”; “Mas o senhor não mandou!”). Ora, a palavra do empregado! No mais das vezes, a posição do homem servilizado é simplesmente a de quem foi reduzido ao silêncio, não o silêncio dos mudos, mas dos emudecidos; não o silêncio dos mosteiros, mas o silêncio dos que rezam para não perder o emprego. As orações do proletário – nas duas acepções do termo: suas frases e suas preces – são frequentemente também econômicas. São as frases e as preces do homem reduzido à tarefa ou à força muscular: “Faço o que mandam”; “Deus me dê saúde para trabalhar!” (GONÇALVES FILHO, 1998, p. 30).

Mas os usuários fizeram greve e as entidades que haviam assinado a primeira carta nos ajudaram a pensar sobre o que fazer. O CRP-SP, o Sindpsi (Sindicato dos Psicólogos), a Abrasme (Associação Brasileira de Saúde Mental), o É de Lei e outros apoiadores realizaram conosco um ato em frente ao complexo. Eu sugeri que o ato fosse contra a lógica manicomial

que imperava no local, mas o pessoal do CRP-SP defendeu que na luta política era necessário escolher um inimigo, e então a OS que me demitira foi eleita como tal.

Lembro que me perguntava se a OS tinha participação nos fatos que denunciávamos ou se apenas se acovardaram diante dos desdobramentos da denúncia. Em outras palavras, eu pensava: os gestores eram de fato malvados ou eram apenas burros por recorrerem às demissões? Burros ou malvados?. Compartilhei essa ideia com Rogerio Giannini, na época presidente do Sindpsi e, ele disse: “Veja, Laura, o mundo não é tão binário assim”. Talvez tenha sido aí que aprendi a identificar as fórmulas encantatórias e a predominância do imaginário. Afinal, que mais poderia ser um pensamento binário que não a expressão perfeita do efeito encantatório?

O ato gerou grande repercussão midiática para o ocorrido. Nas entrevistas que dei foi difícil dar destaque à história que antecedeu as demissões. O tempo era curto para explicar tanta coisa. As manchetes de jornal e as pautas dos movimentos sociais precisam ser resumidas em uma frase. Não há espaço para a complexidade, o perigo é restar o pensamento binário sobre o qual Rogério me advertiu. Ainda assim a repercussão foi importante, pois gerou um fortalecimento dos usuários e profissionais de alguns serviços da rede de atenção psicossocial que ficaram impactados pelo movimento, quiçá inspirados por ele. Como bem soube reconhecer Camila Viviane, amiga e terapeuta ocupacional que trabalhava no CAPS AD na época, o afastamento dos gestores dos equipamentos e o fato de não terem ocorrido mais demissões de técnicos eram vitórias suficientemente importantes.

Contudo, apesar de os parceiros alegarem que estavam dando continuidade ao processo dentro da Prefeitura, a organização que havia sido denunciada não sofreu maiores perdas, permanecendo com a gestão do centro de convivência e do centro de acolhida do complexo. Uma colega chegou a me dizer: “a única coisa que conseguimos com aquilo tudo foi te perder”. A supervisora foi por fim desligada do CAPS e até o Paulo foi transferido.

Lembro que depois disso tudo fiz uma supervisão com a psicanalista Isabel Marazina porque sofria, achando que ainda devíamos fazer algo. Viria meu sofrimento do fato de eu me ver mais responsável do que era possível ser? Dias antes pensava com alguns colegas na motivação das entidades que nos apoiaram e me perguntava se aquele seria o desfecho da história. Isabel me ajudou ao mostrar que aquele era o fim desse episódio, mas não de minha participação na luta antimanicomial: segundo ela, aquele fora o primeiro dos muitos embates que eu ainda poderia ter no campo da saúde mental.

Quando outros vieram, eu já sabia quem acionar; afinal, esse motim havia me rendido grandes parceiros. Recentemente Cadu e eu estivemos juntos em Montevidéu contando essa

história no II Encontro Latino-americano de Saúde Mental e Direitos Humanos que ele lindamente ajudou. A Camila Viviane relatou esse episódio em outro congresso em Florianópolis. O Augusto está vinculado a um ponto de economia solidária que o Paulo ajudou a montar e eu não perco um aniversário dele. Seguimos agindo porque criamos redes. Se não é possível agir parceiros sozinho, no isolamento, é porque a relação entre pluralidade e política é verdadeiramente estreita

3.6 Nem Eichmann, nem mártir: ensaio sobre tática, estratégia e política

A importância dos pares fica evidenciada ao final das últimas duas cenas relatadas, uma em que vivi como militante, outra em que vivi como profissional. Será possível separar essas duas dimensões de minha subjetividade? Se por um lado a ética é a mesma, as táticas podem ser diferentes, pois de fato não convém perder o emprego. É importante considerar que o medo de ser Eichmann e contribuir para a banalização do mal ao me ausentar de algumas situações pode me impelir a ocupar a posição também extrema de “mártir”. Sabemos que nem Eichmann nem mártir têm efeitos positivos para o domínio público. Não poderá haver transformação quando algum agente contribuir para a dominação, tampouco quando outro, ao tentar agir sobre ela, for tirado de campo.

Fazer essas considerações a partir de minha vivência é fundamental e a psicologia e a psicanálise podem ajudar nessa tarefa. No entanto, isso é bastante diferente de aderir à forte tendência que ambas têm de analisar o funcionamento e as razões psíquicas das motivações de militantes ou de se debruçar sobre as razões pessoais que levaram o sujeito a agir como agiu. Interpretar o engajamento como sacrifício de si ao relacionar militância com o mito do sacrifício (DOMINGUES, 2011) é um exemplo dessa tendência que em nada contribui para o avanço das lutas políticas.

Talvez o impulso de interpretar a militância seja característico das sociedades, onde o dinheiro é o que regula as atividades humanas, sendo objeto de estranhamento as ações desvinculadas a um salário ou remuneração. Afinal, as implicações advindas da era moderna têm influência também sobre psicólogos e psicanalistas.

Na cidade, vendedores ou compradores, deixamos entre parênteses quaisquer outros traços da vida comum. No campo público, normas privatizantes ganham o caráter de hábito – a consideração da necessidade dos outros deve manter-se abaixo dos esquemas pecuniários. As ações públicas não se cumprem tanto por simpatia ou por dever ético-político quanto por motivos interesseiros. Enquanto concentrados no circuito das relações de compra e venda, o cálculo ocupa com quase exclusividade a consciência dos indivíduos. (...) Os direitos humanos deixam de valer como o resultado de colaboração e tornam-se tarefa do indivíduo isolado. De agora em diante, salvo iniciativas em contrário, o homem valorizará o seu ingresso em

instituições sociais apenas considerando vantagens a título privado: a conveniência, nenhum motivo a mais, torna-se a magra justificativa do homem burguês para ainda tolerar sua dedicação à cidade e aos outros homens (GONÇALVES FILHO, 1998, p. 21).

Não interrogo aqui os casos em que militantes são interpretados porque procuram análise grupal ou individual, mas sim os casos em que o psicólogo/psicanalista realiza interpretações pautado em sua própria surpresa perante a dedicação de alguns grupos a atividades não profissionais. Nessas ocasiões o psicólogo/psicanalista se comporta como colonizador. Explico: ao chegar em terra desconhecida, cospe seu saber sobre os militantes, não se debruça sobre o que eles estão estudando, mas os adota como objeto de estudo. Por vezes nem vai à terra desconhecida e de casa mesmo passa a realizar interpretações sobre os que estão lá, ainda que não tenha sido convidado para tanto. Certamente há muitas reflexões interessantes que podem ser feitas sobre os meandros da militância, mas o conhecimento produzido deve ser útil a ela. Para tanto, a psicologia e a psicanálise precisam deixar de pensar o ativista para ajudar a pensar com ele.

Nessa linha e no ponto em que se encontra esta dissertação, a psicanálise pode ajudar a pensar sobre o que seria agir estrategicamente sem perder a ética. No texto “A direção do tratamento e os princípios de seu poder”, Lacan nos dá subsídios para responder a essa pergunta. Valendo-se da terminologia que Clausewitz (1996) utilizou para pensar a guerra, Lacan sugere a existência de três dimensões da intervenção psicanalítica: tática, estratégia e política.

O psicanalista tem liberdade para criar seu modo de intervir: o que o guia é a ética da psicanálise. “O analista é menos livre em sua estratégia do que em sua tática. Vamos adiante. O analista é ainda menos livre naquilo que domina a estratégia e a tática, ou seja, em sua política, onde ele faria melhor situando-se em sua falta – a – ser do que em seu ser” (LACAN, 1965a, p. 595). No campo da clínica psicanalítica, a tática está relacionada à interpretação, à estratégia, à transferência e à política ao inconsciente do sujeito. Segundo o pensamento de Lacan, política coincide com ética e é o que dá a direção para tática e estratégia:

Dentro do campo da guerra, segundo Clausewitz (1996), a tática refere-se às decisões e considerações referentes ao confronto, no que tange ao emprego das forças. Nesse sentido, pode-se dizer que Lacan pensa a tática no nível de cada encontro, de cada sessão. Já a estratégia diz respeito ao objetivo final da guerra, que envolve o conjunto das batalhas e que visa a atingir o que é da ordem da política da guerra. No âmbito da estratégia, o psicanalista também é livre, embora em menor medida, já que a estratégia implica o manejo da transferência, com vistas a fazer surgir o inconsciente em suas manifestações. (...) Ambas, tática e estratégia, têm sua liberdade subordinada à política da psicanálise. (...) O que é a política da psicanálise, ou melhor, sua ética? O que está em jogo nela é proporcionar escuta ao sujeito ao

invés de dar relevo ao “eu”, ou seja, trata-se de supor que há um sujeito que não se revela nas manifestações da consciência (ESTEVÃO; METZGER, 2015, p. 74).

Como podemos ver, a liberdade presente na tática e em menor escala na estratégia está a serviço da política; em outras palavras, visa unicamente garanti-la. Nesse sentido, a padronização das intervenções poderia impedir o tratamento psicanalítico, uma vez que poderiam comprometer sua ética. Ademais, se a psicanálise é a clínica do singular, a criação de padrões analíticos fixos inviabilizaria seu próprio exercício.

Ainda que Lacan e Arendt sejam autores de campos diferentes, é possível estabelecer relações entre seus pensamentos. Se a escolha dos dispositivos clínicos é livre, desde que se conserve a ética da psicanálise, ou seja, o objetivo do tratamento, também as intervenções dos profissionais da rede de atenção psicossocial deveriam conservar alguma espécie de liberdade, caso almejem a ética, em outras palavras, caso queiram garantir o surgimento da ação, no sentido arendtiano do termo. Dessa forma, estabelecer de antemão uma tática e uma estratégia clínica seria o mesmo que transformar uma ação em comportamento.

Se essa articulação for plausível, podemos responder à pergunta “Como agir estrategicamente sem perder a ética?” da seguinte maneira: a estratégia que não visa à ética não é estratégia, é comportamento.

Seguindo esse raciocínio, ao contrário do que se pode pensar inicialmente, conservar a liberdade para intervir, insistindo em evitar o cumprimento de padrões estabelecidos de atuação seria garantir seu rigor. É nessa medida que a citação a seguir, ainda que marcada pelo pensamento sobre o analista mais especificamente, pode nos auxiliar a pensar:

É importante notar que não se trata para o analista de intervir de modo caprichoso ou arbitrário; isso envolve a liberdade de intervenção que o analista precisa ter para executar seu trabalho, desde que faça os cálculos clínicos guiado pela ética do desejo singular. Logo, por mais que essa liberdade dê a impressão de perda do rigor, na verdade, trata-se do oposto: a liberdade tática é correlata de uma amplificação desse mesmo rigor, que amplia o peso da decisão do analista quanto às suas intervenções (ESTEVÃO; METZGER, 2015, p. 74).

Se na burocracia o comportamento e a padronização caminham juntos em favor da banalidade do mal, para caminhar no sentido contrário vale romper padrões e desobedecer a normas de conduta ou comportamento, não por simples rebeldia ou necessidade de burlar, mas a fim de permitir a ação. Trata-se, antes de mais nada, de assumir a responsabilidade daquilo que a burocracia terceiriza a uma instância abstrata, procurando deixar como responsabilidade de ninguém. Assumir responsabilidade, contudo, não significa ser mártir ou encarnar o lugar de alguém de alguma outra forma. A cena que relato a seguir demonstra como essa é uma possibilidade também problemática.

3.7 O problema de “vestir a camisa”

Um teatro lotado de gente. Intersetorialidade em ação: no palco jornalistas, profissionais dos conselhos de medicina, enfermagem, assistência social e psicologia, representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública, do centro de convivência É de Lei e do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e Álcool (Comuda), que organizou o evento. Na plateia, destaque para as equipes dos hospitais psiquiátricos conveniados com a Prefeitura e para os representantes da Secretaria Municipal de Saúde. Também por ali estavam profissionais e usuários da rede de atenção psicossocial, integrantes de movimentos sociais, da sociedade civil e de ONGs. Tinha cheiro de tensão no ar.

Era uma coletiva de imprensa sobre o Projeto Redenção, que aconteceu, eu lembro bem, no dia 29 de agosto de 2017, no segundo semestre da gestão Doria. Por conta do desastroso começo do projeto, marcado pelo aumento da violência policial, pelo desmonte do Programa De Braços Abertos e pelo fortalecimento do modelo manicomial em detrimento da aposta nos equipamentos previstos pela rede de atenção psicossocial, importantes entidades se organizaram para realizar vistorias nos hospitais psiquiátricos conveniados com a Prefeitura para os quais os usuários estavam sendo encaminhados e sobre os quais muitas denúncias estavam sendo feitas. Após a realização dessas vistorias nos hospitais, foi elaborado um documento e nesse evento seus pontos principais seriam apresentados.

Dentre as críticas levantadas, os representantes dos conselhos destacaram a falta de profissionais para atender os usuários, a falta de encaminhamento após a alta da internação e a ausência de contato com os familiares.

Vale dizer que eu fui a essa coletiva de imprensa enquanto funcionária do Redenção, para onde acabei sendo transferida depois da UBS. Havia conseguido entrar nesse projeto com a intenção de fazer uma resistência interna e parte da minha função era ir aos hospitais psiquiátricos conveniados para construção do cuidado longitudinal dos usuários internados. Realizávamos reuniões com as equipes dos hospitais a fim de inibir práticas manicomiais, garantir que o tempo de internação não se estendesse e que a rede fosse acionada para acompanhamento dos usuários após alta. Por conta dessa aproximação com os profissionais dos hospitais, eu soube que estes se sentiram desrespeitados e julgados por aqueles que realizaram as vistorias.

Eu tinha amigos nos conselhos, no Comuda e na militância, e o que se ouvia deles nos bastidores acerca dos hospitais era de fato muito ruim. Todos tinham medo do que acontecia dentro das instituições e a sensação de retrocesso assolava a todos nós. “Essa gente é tudo

mancomunada”, dizíamos. E posso confessar que não simpatizávamos mesmo com as equipes dos hospitais.

Eles se justificavam dizendo que não estavam fazendo lobotomia em ninguém e que realizavam seu ofício com muito empenho, apesar da desconfiança dos conselhos. Diziam também que, se os CAPS fossem bons, não haveria tanta demanda de internação. Essa parte doía nos ouvidos, como se práticas manicomiais fosse só a lobotomia e não internar alguém cuja real demanda é moradia. Mas está certo, não eram exatamente a encarnação do mal que imaginávamos.

Depois que os conselhos expuseram seus pontos, o coordenador do projeto foi convidado a se pronunciar. Ele se dirigiu ao palco, pigarreou e iniciou sua fala. Disse que os apontamentos trazidos pelos conselhos seriam levados em consideração e que algumas mudanças já haviam começado a acontecer (naquele momento ele apontou para a minha equipe, criada justamente para atender a algumas dessas exigências feitas à coordenação do projeto). Depois passou a elogiar a atuação dos profissionais dos hospitais, usando palavras como ética, compromisso e amor.

Mal terminou sua fala, os profissionais dos hospitais que estavam ali presentes aplaudiram e gritaram em concordância com suas palavras. Os representantes da Secretaria de Saúde reforçaram o coro de aplausos e levantaram em apoio ao discurso do coordenador, ao passo que os membros dos conselhos se sentiram acuados.

“Tudo errado”, eu pensei. Não se trata de uma briga entre profissionais. Defender que o tratamento aconteça nos CAPS e não em hospitais psiquiátricos não significa defender profissionais de um em detrimento da equipe do outro ou colocar a responsabilidade do retrocesso em outros. Afinal, não necessariamente quem atua em CAPS tem um compromisso com o cuidado em liberdade: sabemos que os CAPS têm papel central na rede substitutiva ao modelo asilar, mas muitos de seus funcionários seguem apostando mais nas internações psiquiátricas preconizadas pelo antigo modelo do que nos recursos ofertados pelo próprio equipamento. Da mesma forma, é possível fazer uma aposta no tratamento ambulatorial, mesmo sendo funcionário de um hospital psiquiátrico. Em outras palavras, trata-se da disputa de uma lógica de cuidado, e essa disputa se dá nas relações entre os indivíduos, mas não é uma disputa de um contra o outro.

A equipe dos hospitais saiu com raiva dos conselhos, não podendo se solidarizar com as equipes dos CAPS e dos demais equipamentos, que estão sucateados e vão ser ainda mais precarizados pelo deslocamento do investimento público. Se a ideia é mostrar que o tratamento nos hospitais não é efetivo, tampouco as críticas dos conselhos alcançaram seu

objetivo. Afinal, se o problema é a falta de profissionais, era só a Prefeitura contratar mais. Assim ela o fez, mas isso não garantiu uma abordagem integral da saúde. Sabemos que não se trata somente da adequação dos hospitais psiquiátricos, e sim de sua insuficiência para o enfrentamento da problemática. Se a questão é multifatorial, a política que se debruça sobre ela deve ser intersetorial.

Se nas cenas relatadas no segundo capítulo o que surpreendia era a desresponsabilização, ou, nas palavras que usei, a terceirização da responsabilidade a uma instância abstrata, aqui o que surpreende é a colagem do sujeito na instituição que ele representa. As empresas chamam isso de “vestir a camisa”. Ao contrário do que encontramos na burocracia, onde ninguém é responsável, na última cena relatada os profissionais encarnaram o papel que representavam, assumindo para si as críticas que eram feitas ao projeto. É justo pontuar que essa situação foi favorecida pelo fato de os conselhos também terem personalizado seus apontamentos, atribuindo aos profissionais aquilo que recai sobre eles, mas não necessariamente depende deles.

Contudo, é preciso defender que a ética da responsabilidade não pressupõe a personalização do poder. Pelo contrário, “a aspiração de onipotência implica sempre (...) a destruição da pluralidade” (ARENDT, 2016, p. 250). Essa personalização acontece quando a resolução é atribuída a alguém, seja por meio dos regimes totalitários, seja por meio do mecanismo do bode expiatório. No primeiro caso, quando alguém delibera sozinho, ou seja, quando um decide por muitos, e no segundo caso, quando a responsabilidade é jogada para alguém, ou seja, quando um paga por muitos, como acontece no caso do mártir. Para além dos muitos interesses políticos em jogo, é possível dizer que o encontro de figuras que possam expiar a culpa de outros alivia a população, que assim deixa de apontar para novos atores da situação, desresponsabilizando-se da problemática da qual faz parte e invisibilizando seu papel na composição do cenário que questiona.

Neste capítulo vimos que a ação é uma atividade humana que está atrelada à liberdade e à pluralidade. Oposta àquilo que denominamos comportamento, a ação coincide com a manifestação de princípios e com o que Arendt entende por política e ética da responsabilidade. Em outras palavras, ação diz respeito àquilo que fazemos e dizemos no espaço público. Se a ação revela um “quem” que interpela a burocracia, ela não pressupõe um mártir ou a encarnação de alguém no lugar desse ninguém. Podemos dizer que tanto nos casos onde ninguém responde como nos casos em que alguém responde, encontramos impasses importantes. Não é possível que haja democracia onde a representação do Poder Público seja encarnada, tampouco onde ela seja totalmente desencarnada. Personalização ou anonimato

plantam terrenos inférteis para o exercício da política e da convivência. Como, então, sair desse impasse? Vejamos isso no capítulo seguinte.

4 ENCONTRANDO FERRAMENTAS PARA A ATUAÇÃO PROFISSIONAL

No último capítulo falamos sobre a ação em oposição à banalidade do mal. Vimos que, se a ação permite interpelar o ninguém da burocracia, isso não significa colocar alguém em seu lugar: personalização e anonimato não condizem com a perspectiva arendtiana de política. Este capítulo visa fornecer ferramentas que nos permitam sair dessa dualidade e caminhar em direção à ética da responsabilidade. Para tanto, contaremos com as contribuições de Claude Lefort sobre o lugar vazio do Poder e o antagonismo. Por fim, a arte será elencada como importante ferramenta, não sem antes serem apresentadas as formas de contornar a irreversibilidade e a imprevisibilidade da ação.

4.1 O lugar vazio do Poder e os três registros

Claude Lefort nos auxilia a sair do impasse apresentado quando tece considerações sobre a política e a democracia. Para ele, a indeterminação é o elemento central da democracia: nela o Poder aparece como um lugar simbolicamente vazio. Ao falar sobre a importância de uma constituição que garanta o respeito do Poder Público às demandas do povo e à sua livre manifestação, Lefort constata:

A mesma razão faz com que o poder seja limitado, de direito, e não possa se confundir com a potência dos que o exercem; e a mesma razão faz com que não haja povo em ato fora da operação regulamentada do sufrágio e com que não haja poder susceptível de encarná-lo. O *lugar do poder* encontra-se, assim, tacitamente reconhecido como um lugar vazio, por definição inocupável, um lugar simbólico, não um lugar real (LEFORT, 1983, p. 100).

Pautado em suas críticas ao totalitarismo, Lefort destaca a importância de o lugar do Poder não ser um lugar ocupado por alguém. Refletindo sobre os problemas do stalinismo e sobre o próprio Stalin, diz:

É tal a posição do poder que, no momento em que desaparece a distinção entre o Estado e a sociedade civil, ele se erige com proeminência, adquire uma fantástica pretensão a decidir sobre tudo e a comandar todos sem tolerar obstáculo algum; (...) [Stalin] idealmente confundido com a sociedade, encontra no seu Eu a lei de todas as coisas, ou não reconhece nada fora dele (LEFORT, 1983, p. 104).

Mas se o lugar do Poder deve permanecer vazio, por que é uma questão quem manda ser ninguém? Com auxílio da compreensão psicanalítica dos registros simbólico, imaginário e real - considerados por Lefort - será possível avançar nesse debate. Stalin, a exemplo de outros, não trouxe dificuldade por conta de ocupar o lugar do poder, mas sim por encarná-lo, dando tratamento imaginário e não simbólico ao vazio do lugar do poder. Da mesma forma,

quando o lugar do poder é ocupado por ninguém, estamos diante de um vazio real do lugar do poder, e não simbólico. Isso ajuda a pensar a questão da ideologia, conforme explica Zizek:

Podemos formular o método básico da “crítica da ideologia”: identificar, num dado edifício ideológico, o elemento que representa sua própria impossibilidade (...). Em outras palavras, o que é excluído do simbólico (do contexto da ordem corporativista sócio-simbólica) retorna no Real (ZIZEK, 1992, p. 124).

Mas então, o que seria ocupar o lugar vazio do Poder de forma simbólica? Segundo Lefort, isso se dá na real democracia, onde existe o constante exercício de invenção, o que significa dizer que a construção de uma comunidade democrática se dá por meio de incansáveis e sempre presentes reivindicações contra as diversas formas de opressão. Nesse sentido, a “invenção democrática”, como nomeia Lefort, é um exercício ininterrupto e progressivo de todos. Trata-se de uma prática que não pressupõe a tomada do lugar de Poder, mas a constante possibilidade de transformação.

Se procuramos conceber uma nova relação com o político devemos começar por reconhecer que ela se esboça sob nossos olhos (...). Que há de novo no caráter e no estilo dessas reivindicações? Em primeiro lugar, não fazem esperar uma solução global dos conflitos pela conquista ou a destruição do poder estabelecido. Seu objetivo último não é essa famosa derrubada que colocava os dominados em posição de dominantes e preparava a dissolução do Estado (LEFORT, 1983, p. 59).

Mais adiante complementa ao se referir sobre as lutas da sociedade civil, que, segundo ele "são apreciadas em função das oportunidades que oferecem, a curto ou a longo prazo, de modificar ou de subverter as relações de forças entre os grupos políticos e a organização do Estado" (LEFORT, 1983, p. 64). Trata-se dos possíveis efeitos do que outrora chamamos de participação social, para o qual é imprescindível a sustentação do antagonismo.

4.2 A importância do antagonismo

Segundo Lefort, o governante democrático ocupa o lugar vazio do Poder de maneira simbólica, admitindo como função a regulação dos conflitos. A liberdade para agir e intervir fica, assim, conservada na democracia. Mais do que isso, é condição para o seu exercício. Para tanto, os conflitos precisam ser sustentados, uma vez que o antagonismo é inerente à invenção democrática.

Como Butler defende, na democracia é necessário conceber algumas formas de agressão (o que é diferente de tolerar violência), das quais o antagonismo faz parte: “Existem maneiras de dar forma à agressão que atuam a serviço da vida democrática, incluindo o “antagonismo” e o conflito discursivo, as greves, a desobediência civil e mesmo a revolução”

(BUTLER, 2016, p. 78). O antagonismo, defendido por diversos autores como recurso importante da democracia, não deve ser confundido com a violência.

Ora, dado que o Direito de um corpo político nada mais é que a “potência da multidão”, e que essa potência é necessariamente atravessada por conflitos, deve-se deduzir disso que o corpo político é um sujeito - dos - contrários e que ele só existe a condição que esses contrários não tenham atingido o ponto da crise e de antagonismo a partir do qual o próprio sujeito é destruído (BOVE, 2010, p. 73).

Talvez por receio de chegar nesse ponto de crise a que Bove (2010) se refere ou talvez pela equivalência encantatória entre amar e ter a mesma opinião, as relações entre pares não raras vezes pouco sustentam o antagonismo. O fundamento dessa afirmação eu comprovo por meio do relato de uma cena que vivi com Raonna Martins, psicanalista que dividiu a coordenação pedagógica do Projeto Oficinas comigo. Apesar de todo o alinhamento ideológico e do inquestionável afeto que temos uma pela outra, costumávamos discordar bastante. Discutíamos abertamente na reunião de equipe, ou seja, em público - ao contrário do que pregavam as recomendações tradicionais por coesão. Entre discussões mais ou menos calorosas, nossa parceria seguia preservada. A esse respeito uma vez um oficineiro nos falou: “com vocês eu aprendi que tudo bem discordar.” É possível discordar sem romper, ele quis dizer. Surpresa! O básico não é óbvio.

Para que haja política, a sustentação do antagonismo precisa acontecer em grande e pequena escala, ou seja, nas políticas públicas e também nas relações interpessoais. “Uma política aberta à novidade, como pensada por Arendt, é aquela que se origina do livre agir coletivo, que se exerce por meio da capacidade de discordar, de dizer não e de agir para interromper um determinado estado de coisas” (DUARTE, 2015, p. 28). Sobre isso Rancière também discorreu ao defender o dissenso como um momento essencialmente político:

A relação do momento de dissenso com a ideia de política apresenta sua imbricação necessária na teorização de Rancière, quando o autor descreve a política como a irrupção de algo que abala as estruturas do consenso como um elemento que regula a distribuição dos lugares e as funções no corpo social (MENDONÇA; VIEIRA JUNIOR, 2014, p. 117).

O antagonismo, a discordância e o dissenso dizem respeito à possibilidade de se opor. Compõem o cotidiano da rede de atenção psicossocial, mas na ausência da democracia ganham o nome de militância, ainda que não necessariamente desemboquem nela.

No que compete à democracia, em oposição ao que ocorre em regimes totalitários, é verdade que por meio da sustentação do antagonismo e da gestão dos conflitos dele advindos que a reivindicação constante por direitos ainda não reconhecidos como tal pode acontecer: “[O Estado democrático] experimenta direitos que ainda não lhe estão incorporados, é o teatro

de uma contestação cujo objeto não se reduz à conservação de um pacto tacitamente estabelecido, mas que se forma a partir de focos que o poder não pode dominar inteiramente” (LEFORT, 1983, p. 56).

Vale dizer que, para que a contestação/reivindicação e a resistência como instrumentos do povo existam efetivamente, é preciso que exista "um direito de ter direitos" (ARENDT, 2012, p. 403), como sabiamente descobriu Arendt ao estudar a condição dos apátridas pós-Segunda Guerra Mundial. É isso que dá condições de possibilidade para que a sociedade civil faça eclodir lutas políticas.

Em suma, a transformação só existe quando há espaço para o antagonismo, e é só em sua presença é que o lugar vazio do Poder pode ser um vazio simbólico. Na prática isso significa romper a lógica binária onde necessariamente um lado está contra o outro. O antagonismo não se dá apenas entre dois inimigos, mas também entre pares. É possível discordar sem romper. Para tanto, é preciso que a complexidade seja introduzida onde o registro imaginário predomina, ou seja, é necessário contestar aquilo que se apresenta de forma absoluta e binária, como tudo ou nada. Trata-se de esvaziar o sentido das fórmulas encantatórias, ou seja, abdicar de explicações simplistas que nos apresentam o outro como total. A psicanálise pode contribuir nesse contexto na medida em que compreende o sujeito como dividido e deixa aparecer o conflito.

A aparição do conflito, no entanto, não é a prova de que há sustentação do antagonismo. Quando o conflito é resolvido de forma a reforçar fórmulas encantatórias não há espaço para discutir e para identificar os diferentes níveis de responsabilidade que estão em jogo. Explico: é preciso encontrar outra possibilidade que não a terceirização da responsabilidade a uma instância abstrata ou à encarnação da mesma. Entre a terceirização da responsabilidade a uma instância abstrata e essa encarnação da própria instância abstrata, deve haver uma possibilidade intermediária que nos permita sair do registro imaginário onde apenas existe tudo ou nada, onde a complexidade da temática não tem lugar e onde, certamente, a ação e a liberdade são igualmente impossíveis. A cena que relato a seguir é o ensaio desta tentativa.

4.3 Entre a impotência e a onipotência

Em 2018, quando eu ainda atuava no então já Programa (e não mais Projeto) Redenção, participei do cuidado de Bruno. Foi observando o senso de pacientes internados em um dos hospitais psiquiátricos conveniados à Prefeitura que eu e Antonio, psicólogo da minha equipe, avistamos seu nome. “E esse Bruno aqui?”, perguntou Antonio, “Já tá internado há

três meses!” Nosso objetivo era questionar a permanência de usuários que ultrapassavam trinta dias no hospital.

“Internação compulsória”, justificou a assistente social da instituição. Olhou-nos como quem se prepara para contar uma baita fofoca. Explicou que uma briga feia no bairro motivou a família de Bruno a interná-lo, o que foi feito com a ajuda da equipe do CAPS AD próximo de sua casa e de uma tia advogada que seguia acompanhando o processo. O Redenção só realizava internação voluntária, mas quando Bruno foi internado as vagas nos hospitais psiquiátricos conveniados ao programa estavam abertas pela regulação aos CAPS do município. Era um caso excepcional, comovemo-nos, mas éramos da equipe de saúde que pensava a alta dos usuários internados voluntariamente, não era de nossa alçada interferir nos procedimentos jurídicos daquele caso. Não era?

Profissionais do CAPS e o pai de Bruno o visitavam frequentemente. Em todas as ocasiões ele pedia para receber alta. Chegou a ameaçar fugir do hospital, mas ouvia que sua situação poderia se complicar se o fizesse por conta da internação compulsória e que não era pra ele sair desse jeito. Não era?

O tempo foi passando e Bruno continuava internado. Seu pai, que antes tinha receio da alta, deu sinais de culpa e manifestou disponibilidade para receber o filho de volta. Viu-se impedido de reverter a internação e começou a se incomodar com a demora da tia de Bruno, sua irmã. Mas o que podia fazer se não era dele que dependia a alta do filho? Não era?

Após oito meses de internação de Bruno, a equipe do hospital decidiu consultar a Defensoria Pública para saber como proceder. Foi informada que era necessário escrever um relatório afirmando que o paciente estava apto para receber alta e viver em sociedade, mas não o fizeram. A psicóloga explicou porque haviam se recusado. “O Bruno não tem mais o que fazer no hospital, mas eu vou carimbar o relatório com meu nome e número de CRP dizendo que ele está apto para viver em sociedade? E se acontecer alguma coisa? Não tenho como garantir isso!” De fato, não era ela que poderia dar esse aval. Não era?

Bruno já estava internado há um ano quando resolvemos agir independentemente. Antonio conversou com uma amiga que atuava na Defensoria Pública, pedindo-lhe que consultasse a situação do caso perante a justiça. Ela acessou o processo e nos deu uma devolutiva importantíssima. Ela não parecia ter segurança em afirmar e nós também não tínhamos a melhor afinidade com os termos jurídicos, mas, pelo que entendemos, a internação de Bruno não era compulsória. Não era? E tem mais! Ela explicou que o juiz determinou a internação, mas que não era ele quem poderia dizer se Bruno estava apto para a alta. Não era? Não era!

Ora, um juiz não tem como fazer essa avaliação, pois sua competência não é na área da saúde. Vejam só! Para que a alta acontecesse bastava o desejo de Bruno, a disponibilidade de seu pai e a avaliação positiva da possibilidade de alta por parte das equipes de saúde que compunham o caso. Só isso mesmo? Será? Um relatório do CAPS, outro do hospital, uma declaração do pai e fim. Ou seja, ele poderia ter saído ontem.

Antonio e eu levamos tempo para conseguir uma reunião com a equipe do CAPS, do hospital e com o pai de Bruno, mas finalmente ela aconteceu. Durante algum tempo afirmamos e assimilamos a possibilidade de alta, mas nesse dia pudemos planejá-la. Fazer relatório, arrumar a casa para receber Bruno, avisar sua mãe.

Na semana seguinte todos esses atores se encontraram e dessa vez Bruno estava presente. Falamos de Bruno em sua presença. A casa tá pronta? Pode ser daqui a quinze dias? Por que não semana que vem? Semana que vem? Tá bom. Vai pra lá mesmo? Eu busco. A gente se encontra aqui no CAPS. Mas e nos próximos dias?

Bruno contém o sorriso, como se não pudesse mostrar sua felicidade: vai que acham suspeito e retrocedem no combinado. Olha para o chão. Fala pouco e fala baixo. “O que está achando, Bruno?” Eu pergunto. “Bom”, balbucia ele. Suas mãos tremem, talvez porque ainda sinta fissura. “Diga o que você tá achando”, eu insisto. “Tô achando bom”, ele diz. Suas mãos tremem, talvez porque ainda tome muito remédio. O pai tem os olhos amorosos e preocupados. Repete cada fala dos profissionais esperando o compromisso do filho. “Você ouviu, Bruno?”. “Tá bom, pai”. “Tá bom”. “Tá bom, pai!” Suas mãos tremem, talvez porque esteja nervoso. “Mas o senhor não vai me internar se eu recair, né?”, ele finalmente diz.

Bruno olha seu pai nos olhos e dessa vez é este quem olha para o chão. “Tá bom, filho”. A recaída talvez ocorra no futuro, mas apesar da desconfiança com os dias vindouros, era preciso preservar a liberdade e o protagonismo de Bruno. Ele não promete que vai deixar de usar droga quando sair da internação, mas quer que prometam que a resposta não será mais uma longa internação caso isso aconteça. Bruno viveu esse horror e ainda está lúcido, pensei. Sabe mais de integralidade do que os técnicos, acostumados a pensar sua saúde centralizando a discussão na questão da droga. O constrangimento de todos nós invadiu a sala. A culpa que não era de ninguém, agora era de todos.

“Bruno”, decidi me pronunciar, “Queria te pedir desculpas por tudo isso. Demoramos muito para perceber que podíamos resolver essa situação, um achava que dependia do outro pra você receber alta e acabamos nos enrolando. Sinto muito que você tenha ficado internado por tanto tempo, não é para isso acontecer nunca mais”. Dessa vez Bruno não conteve o sorriso e todos nós nos olhamos com os olhos marejados.

Não era importante o tamanho da minha culpa nessa história, mas sim que o sofrimento de Bruno fosse reconhecido em sua presença e na de outros atores envolvidos no processo. Não estavam todos presentes, mas podíamos exercer essa função. Sei que assumir esse lugar era apostar na possibilidade de reparação. Reconhecer os estragos feitos na vida de Bruno e querer mudar o curso dessa história era a única maneira de caminhar no sentido oposto ao da banalização do mal.

Ao contrário do que fizeram os profissionais na coletiva de imprensa, não encarnei o papel da instância abstrata, mas desempenhei essa função. Na primeira cena o que orientou os profissionais foi a defesa de sua atuação, o que teve como consequência a defesa de um Projeto cheio de pontos problemáticos. Na segunda cena o que nos orientou foi o caso. O reconhecimento de nossa participação na condução morosa do mesmo e nossa intervenção sobre ele se deu porque Bruno não podia mais ser atendido por ninguém, e esse processo só poderia ser interrompido por meio da ética da responsabilidade.

Aqui chegamos a um ponto importante. A pergunta que norteia a pesquisa e da qual decorrem uma série de reflexões e questionamentos parece encontrar resposta: um funcionário da Prefeitura ou do Estado pode responder de forma simbólica ao lugar de representante do Poder Público que lhe cabe quando, sem ocupar o lugar de alguém, cumpre uma função que tira o poder das mãos de ninguém. Não se trata de assumir a autoria daquilo que esteve fora de nosso alcance, mas de exercer a função de barrar a banalidade do mal, furando a burocracia que envolve nossas intervenções no nível que nos for possível.

Arendt nos confirma isso quando ensaia um possível discurso que, segundo ela, deveria ter sido dito a Eichmann pelos juízes do julgamento a fim de permitir que os efeitos de justiça atingissem a humanidade de forma mais global. Desse emocionante texto, destaco o seguinte trecho:

Você disse também que seu papel na Solução Final foi acidental e que quase qualquer pessoa poderia ter tomado seu lugar, de forma que potencialmente quase todos os alemães são igualmente culpados. O que você quis dizer foi que onde todos, ou quase todos, são culpados, ninguém é culpado. Essa é uma conclusão realmente bastante comum, mas que não estamos dispostos a aceitar. (...) Culpa e inocência diante da lei são de natureza objetiva, e mesmo que 8 milhões de alemães tivessem feito o que você fez, isso não seria desculpa para você (ARENDR, 1999, p. 301).

Apesar de não ocuparem o lugar do secretário, do prefeito, do governador ou do presidente, os profissionais que trabalham em setores públicos não estão isentos de poder. Tampouco podem muito, mas isso não os desculpa de suas intervenções. O tratamento simbólico do vazio do lugar do Poder acontece quando o profissional se posiciona entre a impotência e a onipotência. Ademais, se o que define a democracia é a presença de constantes

transformações, um funcionário do Poder Público, dentro das limitações de sua atuação, também as compõe. Essas legítimas intervenções, no entanto, não acontecem sem risco. Sobre isso falaremos a seguir.

4.4 Contornando a irreversibilidade e a imprevisibilidade da ação

A cena de Bruno ilustra nossa capacidade de instituir. Instituir é agir, e isso não é possível se não estivermos dispostos a lidar com duas dimensões próprias da ação: a irreversibilidade e a imprevisibilidade. Para Arendt, como vimos, a ação reage a processos e inaugura ainda outros, de modo que seus efeitos se estendem infinitamente de modo irreversível e imprevisível. Sobre isso a leitura psicanalítica também discorre quando destaca que “só na dimensão *a posteriori* seu ato será significado, bem como suas implicações singulares, sociais e políticas” (ROSA, 2016, p. 165).

Mais especificamente, a irreversibilidade, na perspectiva arendtiana, diz respeito à “incapacidade de se desfazer o que se fez, embora não se soubesse nem se pudesse saber o que se fazia” (ARENDT, 2016, p. 293). Já a imprevisibilidade é duplamente ocasionada, uma vez que provém “da inconfiabilidade fundamental dos homens, que jamais podem garantir hoje quem serão amanhã, e da impossibilidade de se preverem as consequências de um ato em uma comunidade de iguais onde todos tem a mesma capacidade de agir” (ARENDT, 2016, p. 302).

Dessa forma, se a irreversibilidade e a imprevisibilidade são características da ação e fonte de sua potência, são ao mesmo tempo razão para a preocupação humana. A inação aparece frequentemente como resposta a essa preocupação: segundo essa visão, não agir seria a única maneira de ficar livre das consequências de nossos atos, ou seja, seria o único meio de garantir a liberdade, de “salvaguardar a soberania própria e a integridade como pessoa” (ARENDT, 2016, p. 290). Talvez haja sido sob esse argumento que Bruno tenha ficado internado por tanto tempo. O pedido da família, a lógica judicial, a omissão do hospital e a demora de nossa equipe em perceber que era possível fazer algo demonstram como a inação parece mais segura do que a ação.

Contudo, como nos confirma Arendt, essa compreensão é equivocada uma vez que o conceito de soberania implicaria no domínio arbitrário dos outros, mais do que de si mesmo, o que contradiz a condição humana de pluralidade e, portanto, de liberdade. Desinternar Bruno foi uma aposta na liberdade. Porque furou a burocracia, configurou-se como ação. Mas como toda ação, ela foi marcada pela irreversibilidade e imprevisibilidade: não há como saber quais serão suas consequências, tampouco garantir seu sucesso.

No entanto, era preciso fazê-lo - “bancar”, como se diz. Lidar com as possíveis consequências que viriam. Ao invés da inação, Arendt nos apresenta outra possibilidade: agir, como fizemos, e diante da irreversibilidade e imprevisibilidade da ação, contar com as faculdades de perdoar e de prometer e cumprir promessas. Essas seriam as alternativas que os seres humanos têm para manter a condição da pluralidade, da liberdade e da ação.

Assim como a ação, o ato de perdoar é imprevisível. Surpreende e inaugura algo novo: rompe o ciclo de reações que o antecede justamente por não ser uma reação e dessa forma liberta os envolvidos. Ao contrário da vingança, “o perdão é a única reação que não re-age [*re-act*] apenas, mas age de novo e inesperadamente, sem ser condicionada pelo ato que a provocou e de cujas consequências liberta, por conseguinte, tanto o que perdoa quanto o que é perdoado” (ARENDT, 2016, p. 298).

Já a faculdade de prometer e cumprir promessas visa preservar a liberdade e a pluralidade nas comunidades. Ambas são preciosas para a vida humana, mas têm um custo para os homens na medida em que (respectivamente) eles não podem confiar em si próprios e são incapazes de prever os efeitos de suas ações, como nos explica Arendt:

A incapacidade do homem para confiar em si mesmo e para ter fé absoluta em si próprio (o que é a mesma coisa) é o preço que os seres humanos pagam pela liberdade; e a impossibilidade de permanecerem como senhores únicos do que fazem, de conhecerem as consequências de seus atos e de confiarem no futuro é o preço que pagam pela pluralidade e pela realidade, pela alegria de coabitarem com outros em um mundo cuja realidade é assegurada a cada um pela presença de todos. A função da faculdade de prometer é dominar essa dupla obscuridade dos assuntos humanos e, como tal, constitui a única alternativa a uma supremacia baseada na dominação do si - mesmo e no governo de outros (ARENDT, 2016, p. 302).

Diante do irreversível, é possível pedir perdão. Diante do imprevisível, é possível fazer promessas e cumpri-las. Essas respostas, que garantem a liberdade e que podem se expressar de diversas maneiras, só podem ser realizadas no domínio público: “Ambas as faculdades, portanto, dependem da pluralidade, da presença e da ação de outros, pois ninguém pode perdoar a si mesmo e ninguém pode se sentir obrigado por uma promessa feita apenas para si mesmo” (ARENDT, 2016, p. 294).

Se anteriormente vimos que, na perspectiva arendtiana a aposta no domínio público, ou seja, na política, só é possível em um campo onde a pluralidade, a liberdade e ação são garantidas, agora sabemos que também delas dependem as faculdades de perdoar e de prometer e cumprir promessas. Da mesma forma, também com essas faculdades precisamos contar para garantir o exercício da política: é por meio delas que a irreversibilidade e a imprevisibilidade da ação podem ser contornadas e que, então, a inação pode perder a centralidade.

Além das faculdades de perdoar e de prometer e cumprir promessas, também a arte consiste em uma importante ferramenta. Dotada de propriedades que a diferem da ação, do trabalho e da obra, a arte tem papel fundamental no exercício da política arendtiana e é o elemento evidenciado na cena que relato a seguir.

4.5 O papel da arte

Era novembro de 2018, um dia após uma grande intervenção policial no fluxo da Cracolândia, quando uma enfermeira do Consultório na Rua contou que Pin não estava bem e por isso fui encontrá-lo.

Conheço Pin há uns bons anos. É carroceiro e vive na região da Cracolândia há tempos. Ele quase nunca se lembra do meu nome, mas me reconhece. Sua família é da Bahia e ele vive me dizendo que quer voltar para lá. Já procurei todos os nomes que ele me soletrou no Facebook, mas não acho ninguém, e o telefone ele não lembra. Eu acho difícil entender o que ele fala: há dias em que fala para dentro, emenda uma frase na outra, usa palavras que não reconheço, chora e ri ao mesmo tempo. Ele é intenso e sensível, sente tão profundo que me comove. Por vezes não olha nos meus olhos - parece que está rezando -, mas depois olha e sabe bem dizer se estou ali ou não. Quando digo que não estou entendendo fica bravo, fala mais alto e me faz permanecer por perto. No meio da confusão entendo algumas ideias e então o acho genial e poético, mas não dá tempo de elogiar porque fica bravo quando é interrompido.

Naquele dia Pin estava nervoso. Falava da violência pela qual fora acometido no dia anterior, emendando uma frase na outra, todas com palavras de horror: “polícia”, “sangue” e “pedra” pude ouvir mais de uma vez. Lembro-me de perguntar se tinha se machucado, mas ele seguia na conversa-reza, alterando apenas o volume de sua voz. Desisti de perguntar e segui apenas ouvindo. “Esse era o curativo que você poderia ser feito”, confirmou-me depois a enfermeira, ao retomar o conceito de integralidade na discussão de equipe.

Eis que no meio de suas frases, Pin começa a dizer, “hoje é domingo, pé de cachimbo, cachimbo de crack, polícia, massacre, touro, Doria, crack, massacre”. Não podia acreditar: era meu poema! “Pin, caramba! Você sabe que eu que fiz esse poema?”, “polícia, massacre”, continuava ele, e os versos já não eram meus. “Pin! Não acredito que você tá falando isso!”, mas nesse momento ele já não olhava nos meus olhos. Chorei de emoção: as palavras do poema tiveram eco, ressoaram em outras vidas! Nossa solidão então era menor.

Já fazia mais de um ano que havíamos colado os lambes nas cercas dos prédios construídos nas proximidades do fluxo e nenhum deles revelava minha autoria. Na época eu já

estava no Projeto Redenção e, como disse um amigo, “Ninguém precisava facilitar o trabalho da polícia”. Como será que Pin sabia? Talvez não soubesse! Não importava. Agora era dele também. Abracei Pin, ele deixou, mas não retribuiu: estava ocupado rezando o poema.

Se a ação é irreversível e imprevisível e não apresenta produto final, a arte pode conferir permanência e durabilidade para o homem. Para Hannah Arendt, diferentemente da obra e do trabalho, a arte não pode ser usada nem consumida, e por isso pode ser testemunho da vida humana. Sem as representações artísticas, as ações do homem morreriam com o passar do tempo e as vivências seriam experimentadas isoladamente, sem fazer ligação com o que aconteceu anteriormente.

O mundo de coisas feitas pelo homem, o artifício humano construído pelo homo faber, torna-se um lar para os homens mortais, cuja estabilidade suportará e sobreviverá ao movimento de permanente mudança de suas vidas e ações, apenas na medida em que transcende a mera funcionalidade das coisas produzidas para o consumo e a mera utilidade dos objetos produzidos para o uso. (...) Os homens que agem e falam necessitam da ajuda do homo faber em sua capacidade suprema, isto é, da ajuda do artista, dos poetas e historiadores, dos construtores de monumentos ou escritores, porque sem eles o único produto da atividade dos homens, a estória que encenam e contam, de modo algum sobreviveria (ARENDT, 2016, p. 216).

Se escrevi poemas e me aventurei na tarefa de escrever um mestrado é porque acreditei que assim conseguiria seguir pensando. Agora, que já escrevi, percebo também que registrei o que aconteceu e o que fizemos acontecer. Percebo, ainda, que a arte não só registra a ação, mas também pode ter efeitos semelhantes ao desta. A arte pode fazer função perante a irreversibilidade e a imprevisibilidade da ação e é ela mesma deliciosamente irreversível e imprevisível.

Além da arte, das faculdades do perdão e de fazer e cumprir promessas, este último capítulo apresentou o antagonismo e a teorização de Claude Lefort sobre o lugar vazio do poder, todas ferramentas que podem contribuir e nortear a atuação dos profissionais na rede de atenção psicossocial.

5 ENSAIO CONCLUSIVO: A CENA FINAL

Era Carnaval, eu precisava sacar dinheiro e lembrei que tinha um caixa eletrônico no *shopping*. O Zé veio comigo. Assim que entramos, vimos o segurança barrar um sujeito em situação de rua. Este estava descalço e com os pés sujos, gritou ao ser impedido, mas logo se afastou do local. A cena fez-me lembrar de minha dissertação, fiquei nervosa e decidi questionar o segurança. Respondeu-me que era proibido entrar no *shopping* sem sapatos. Fiquei exaltada: então era assim que justificavam o preconceito! “São as regras”, ele me disse. Argumentei dizendo que era melhor ele tomar cuidado com essa coisa de obedecer a qualquer regra; afinal, foi assim que grandes estragos aconteceram na história da humanidade.

Estamos habituados a considerar que a solução nunca está ao nosso alcance, e sim no alcance “dos grandes”. Desresponsabilizamo-nos, concordando que “não tem o que fazer” porque “isso não está em minhas mãos”. Terceirizamos a responsabilidade a uma instância abstrata, que é quem manda e por isso resolveria tudo. Assim deixamos operar a banalidade do mal da qual Hannah Arendt falava. Sua expressão se dá no funcionamento da burocracia, onde o lugar vazio do Poder – para usar o termo de Lefort - é ocupado por ninguém, consistindo em um vazio real. Um governante desencarnado gera e impede o reconhecimento do sofrimento dos sujeitos, pois não oferece campo simbólico para elaboração.

Mas se a hipótese de La Boétie está certa e o tirano só garante seu lugar por conta dos tiranetes, há algo que, sim, “está em nossas mãos”. Assumir responsabilidade, contudo, não significa encarnar o Poder, tomá-lo imaginariamente como lugar, personalizando a potência em alguém, como acontece nos regimes autoritários. Em outras palavras, assumir a responsabilidade não é o mesmo que vestir a camisa da Instituição ou assumir o lugar do bode-expiatório, como acontece no caso do mártir. Nesse sentido, nossa preocupação em não favorecer a banalidade do mal não nos deve conduzir ao outro extremo, qual seja, uma posição onipotente onde a transformação da realidade pareça ser possível de ser alcançada individualmente. Vale reforçar: o remédio para a tendência burocrática não é a substituição de Eichmann por um mártir. Arriscar-se isoladamente é expor-se à retaliação, o que, muitas vezes, apenas favorece a diminuição do exército de resistência.

Vimos que o lugar vazio do Poder não deve ser ocupado por ninguém, tampouco por alguém: se na burocracia o problema consiste no fato de ninguém ser responsável, a personificação da responsabilidade em alguém também não resolve o impasse. Assumir a responsabilidade, ao contrário, corresponde a agir, no sentido arendtiano do termo. A ação é aquilo que fura os automatismos, que cria e que inaugura processos. Necessariamente

conjugada à liberdade e à manifestação de princípios, tem como condição a pluralidade. Apesar de ser fundamental, a ação de um homem - a que Arendt chamou de iniciativa - nos interessa menos que a ação coletiva - à qual Arendt chamou de poder, diferenciando-a do que entendemos por dominação e violência. Esta se dá no domínio público por meio daquilo que entendemos como política. É por isso que, ao contrário das demais atividades humanas, a ação se dá na comunidade e “jamais é possível no isolamento. Estar isolado é estar privado da capacidade de agir (...)”, pois (...) “a ação e o discurso são circundados pela teia de atos e palavras de outros homens, e estão em permanente contato com ela” (ARENDT, 2016, p. 233).

Não houve tempo de dizer tudo isso para o Zé, que tentou acalmar a situação. Acho que ele sentiu vergonha, por isso pediu desculpas por mim. Mais tarde disse-me que não era culpa do segurança. “Imagina se ele deixa o moço entrar e alguém vê? Ele pode ser mandado embora!”. Essa cena era uma ilustração perfeita da separação entre quem pensa e quem faz, entre quem manda e quem obedece: façanha da sociedade moderna, que provocou a transformação da ação em comportamento. “Ao invés de ação, a sociedade espera de cada um de seus membros certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a “normalizar” os seus membros, a fazê-los comportarem-se, a excluir a ação espontânea ou a façanha extraordinária” (ARENDT, 2016, p. 50).

A oposição entre emprego e política certamente resulta disso, uma vez que também a atuação profissional se restringiu ao campo do comportamento, por meio da obediência. Na rede pública de atenção psicossocial isso fica evidente: uma ação pode ser considerada militância ainda que consista no pleno exercício, por exemplo, da articulação de rede, da integralidade ou da participação social preconizada pelo SUS, pela reforma psiquiátrica, pela redução de danos, e ainda que (ou justamente por isso) a história destas últimas demonstre que atuação profissional e política coincidem. Como vimos no caso da Cracolândia, a questão do uso de drogas em situação de vulnerabilidade social é multifatorial, de modo que as intervenções nesse contexto devem ser intersetoriais. Ainda assim estas serão condenadas, quiçá como oposição partidária: além de provocar mal-estar, as ações que interpelam a gestão da política podem gerar também mal-entendido. Se pouparmos a delicadeza, diríamos que se trata de uma interpretação contrária a tudo que vimos sobre democracia e que, portanto, serve a interesses antidemocráticos.

Pensei tudo isso, mas de repente olhei para o segurança e senti remorso. Ele disse que tinha uma família pra criar... “Esse mestrado tá me deixando briguenta”, confessei ao Zé. Mas ele discordou: “Querida, acho que isso vem de antes do mestrado”. Rimos e fomos embora sem o dinheiro.

Para dizer a verdade não rimos; eu fiquei irritada, briguei com o Zé e fiquei chorando na varanda de casa pensando que, em tempos de escrever a conclusão do mestrado, eu tinha na verdade que reescrever o mestrado inteiro, porque que no fim eu continuava não sabendo resolver essa questão. Conversei seriamente comigo mesma: “Vai ver que não pode mesmo entrar descalço no *shopping*. A vida tem regras e essa não tem consequências tão nefastas. Não venha comparar o segurança com Eichmann. Amós Oz já te ensinou quão importante é saber escalonar o mal. Ademais, o que podia fazer o segurança do *shopping*? Tem que falar com o chefe dele! Com o dono do *shopping*!”

Lá vinha o imaginário dividir o mundo em dois. Em um piscar de olhos nos vemos diante de fórmulas encantatórias: o que manda versus os que obedecem, o culpado versus as vítimas. Para que o poder não seja localizado em um grupo seletivo de pessoas, é necessário retomar a potência dos demais agentes da cena, também responsáveis pelo seu desdobramento.

Sei que o convite que esta dissertação faz pode ser mal interpretado. Por isso reforço: não proponho que os seguranças de *shopping*, tampouco que os profissionais da rede pública, os militantes ou cidadãos de um modo geral tomem para si a responsabilidade de atribuições que não lhes competem. Isso só geraria adoecimento, ou mais adoecimento do que a temática já promove. Por vezes há mesmo muito pouco que possamos fazer. O profissional que atua em equipamentos públicos frequentemente é porta-voz da insuficiência da gestão da política da qual ele mesmo se ressent. Naturalmente, a frustração dos usuários que são marcados por esses limites recai sobre os profissionais, que se defendem das acusações que lhes são feitas. Mais do que compreensível, por vezes necessariamente, inclusive.

Quando aponto para esta problemática não é para particularizar a solução, atribuindo responsabilidades da gestão política ao profissional da rede pública. Pelo contrário, a ideia é coletivizar aquilo que recai sobre o individual, evitando assim o adoecimento e contribuindo para o florescimento da atuação. Para isso é preciso atentar para as armadilhas de um pensamento predominantemente imaginário. É de extrema importância, especialmente no cenário político que enfrentamos hoje em dia no Brasil, ultrapassar as fórmulas encantatórias que reforçam a existência de uma instância abstrata e total a quem só nos restaria obedecer. Trata-se de supor a complexidade, evitando intervenções pautadas na impotência ou na onipotência. Disso a Psicanálise nos lembra ao postular que o sujeito é dividido. Estamos falando do “sujeito do desejo, engendrado pela cultura, mas que, em sua condição de dividido, pode transcender o lugar em que é colocado e apontar na direção de seu desejo. E é nesse campo compartilhado que o sujeito faz a experiência de inventar-se e inventar o mundo” (ROSA; VICENTIN; DO CARMO, 2009, p. 19).

Sendo assim, não se trata de achar que o dono do *shopping* é na verdade uma boa pessoa que não tem relação com a criação de regras elitistas, mas que ele não está sozinho na manutenção de uma lógica e que possivelmente, mesmo ele sendo dono do *shopping*, há coisas que não dependem de si. Também não se trata de achar que o segurança pode mudar muita coisa ou negar que ele possa perder o emprego, mas que faz diferença ele pensar criticamente sobre sua função e que o modo como ele repassa as ordens ou as recebe também produz diferentes efeitos, especialmente se os demais funcionários do *shopping* puderem pensar nisso juntos.

Ora, vejam só! E foi na varanda de casa no meio do carnaval e do desespero da proximidade da entrega do mestrado que eu pude formular algo da ordem de uma conclusão: aquele que supostamente manda não pode fazer tanto quanto se imagina, e aqueles a quem supostamente só resta a obediência não podem tão pouco assim.

É acertado duvidar daquilo que se apresenta de forma absoluta e binária. Em outras palavras, é necessário que a complexidade seja introduzida onde o registro imaginário predomina: se lógica imaginária divide o mundo em dois polos, é preciso lembrar que o lugar simbolicamente vazio do poder se instaura quando se cava espaço entre estes. Nesse espaço "entre" é que residem o poder da ação e é a ele que damos o nome de política. A política só existe no dissenso, quando há sustentação do antagonismo, ou seja, quando é possível discordar, inclusive de nossos pares. Ela está entre Eichmann e o mártir, entre a obediência e a exposição gratuita, entre a impotência e a onipotência, entre a terceirização da responsabilidade a uma instância abstrata e a encarnação da mesma, entre os homens, entre eles e aquilo que produzem, na arte.

No contexto da rede pública de atenção ao usuário de drogas (e da rede de atenção psicossocial de um modo geral) a possibilidade de ação está entre aquilo que se entende como emprego e aquilo que chamam de militância, entre o cumprimento das atribuições dadas ao técnico e aquilo que é entendido como ingerência. Para se posicionar entre o risco da submissão e o da demissão, é preciso ser estratégico. Mas como ser estratégico conservando a ética? A psicanálise nos ajuda a responder essa pergunta quando diz que o rigor de uma intervenção só é garantido quando ela objetiva a ética e a política. Estabelecer táticas e estratégias previamente elimina a liberdade inerente a uma intervenção política e seu rigor só é preservado quando se evita o cumprimento de padrões estabelecidos de intervenção. Se a padronização do comportamento caminha no sentido contrário da transformação e daquilo que entendemos por política, é nesse espaço-entre o emprego e a militância que, visando o rigor ético, diferentes estratégias e táticas de atuação podem ser traçadas.

Entre a personificação do responsável em alguém e o anonimato do responsável presente na burocracia de ninguém, existem os complexos, muitos, múltiplos e por isso potentes profissionais da rede pública. Já diria a Associação Livre Viciada sobre a pluralidade: “Eu sou muita gente, e a gente é valente”. Estes profissionais cumprem uma importante função quando se situam entre a impossibilidade de fazer nada e a possibilidade de resolver tudo. Em outras palavras, quando agem, apostando na capacidade coletiva de instituir. Responder ao lugar de poder de forma simbólica é apostar nas invenções democráticas, ou seja, é apostar que a política é uma construção constante de todos para todos e que, por isso, não é possível apontar responsáveis sem, em alguma medida, apontar a nós mesmos.

Pautados nisso, os profissionais da rede de atenção psicossocial ver-se-ão menos impedidos de fazer leituras das regras e leis que lhes são apresentadas como dadas. Se pensam sobre elas, questionam sua funcionalidade e propõem novas, é porque se compreendem como autores da política. Isso só pode acontecer quando a ética da responsabilidade ganhar espaço e quando a obediência das normas prestabelecidas deixar de ser a única resposta:

De um ponto de vista subjetivo, não é o caso de tomá-las como se nos aparecem; devem elas ser levadas em conta em função também das interpretações criativas e criadoras com que são tomadas pelos diferentes grupos sociais, pois é dessas interpretações que se valerão tais grupos para sustentar sua permanência e pertinência no laço social. (...) Do ponto de vista jurídico, não poderá ser considerada como cumprindo sua função uma norma cuja interpretação, conquanto juridicamente autêntica, a invoque no sentido seja de uma exclusão sumária, seja em sentido discriminatório, incluindo a partir do submetimento absoluto; em outras palavras, normas que tomem esse novo sujeito no lugar de objeto de políticas mais ou menos generosas, mas que desconsiderem seu lugar mais próprio, que é o de ser ele mesmo um sujeito político (DAUD, 2014, p. 105).

Os riscos dessa posição estão diretamente relacionados com a imprevisibilidade e a irreversibilidade da ação. Embora as faculdades do perdão e as de fazer e cumprir promessas possam se expressar de diversas formas, elas podem ser incapazes de reverter uma demissão. Dessa forma, a necessidade de falar sobre a saúde mental dos profissionais da rede de atenção psicossocial não está excluída e pode ser destacada em outras pesquisas. Ciente de meus limites, mas com a ambiciosa pretensão de poder dar contribuições às lutas políticas de uma forma geral, aponto ainda para outros elementos a serem aprofundados em futuros estudos: a discussão sobre ética da responsabilidade e política pode ser ampliada se estendida para outros personagens, tais como funcionários públicos, usuários dos serviços públicos ou militantes que não estejam ligados a nenhuma instituição, quiçá à luta antimanicomial. Devido à necessidade de realizar um recorte que delimite o objeto de pesquisa, o profissional da rede pública de atenção ao usuário de drogas geralmente contratado por empresas privadas ganhou destaque nesta dissertação.

Finalizo este ensaio certa de que a articulação entre psicanálise, Claude Lefort e Hannah Arendt produz um terreno fértil de onde se pode extrair ferramentas e fundamentos para uma prática política, no sentido arendtiano do termo. Encerro, no entanto, com novas interrogações e, como é o caso de todo ensaio, sem a presunção de dar seu percurso enquanto acabado.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, R. **Por que a guerra às drogas? Do crack na política ao crack do sujeito.** Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Orientador: Miriam Debieux Rosa. 2012. - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

ARBEX, D. **Holocausto Brasileiro.** São Paulo: Geração Editorial, 1ª. Ed. 2013. Disponível em:
https://app.uff.br/slab/uploads/Holocausto_brasileiro_vida_genoc%C3%ADdio_e_60_mil_mortes_no_maior_hosp%C3%ADcio_do_Brasil.pdf. Acesso em: 02 maio 2019.

ARENDT, H. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal.** São Paulo: Companhia das Letras, 1ª. Ed., 1999.

_____. **A promessa da política.** Rio de Janeiro: Difel, 2008.

_____. **Origens do totalitarismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Entre o passado e o futuro.** São Paulo: Perspectiva, 2014.

_____. **A condição humana.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

BERTOL, C. E. **Impasses do trabalho socioeducativo em meio aberto: a responsabilização entre a ação técnica e a ação política.** Orientador: Maria Cristina Gonçalves Vicentin. 2019. 1 v. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

BOVE, L. Do desejo de não ser dirigido a Hilaritas democrática. In: JUSTO, M.G. (Org.). **Invenções democráticas: a dimensão social da saúde.** BH: Autêntica Editora/ Nupsi-USP, 2010.

BRAGA, A. P. M. **Os muitos nomes de Silvana: contribuições clínico-políticas da psicanálise sobre mulheres negras.** Orientador: Miriam Debieux Rosa. 2016. 1 vol. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. DOI:10.11606/T.47.2016.tde-10052016-104955.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. **Sistema Único de Saúde (SUS): princípios e conquistas.** Ministério da Saúde, Secretaria Executiva. Brasília: Ministério de Saúde, 2000. 44p. ISBN 85-334-0325-9. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_principios.pdf. Acesso em: 14 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Atenção à Saúde. **Legislação em Saúde Mental: 1990-2004.** Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Secretaria de Atenção à Saúde. 5a. ed. ampl. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/legislacao_saude_mental_1990_2004_5ed.pdf. Acesso em: 12 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Crack, é possível vencer.** Brasília, DF: 2013. Disponível em:

https://www.pucsp.br/ecopolitica/downloads/docs_oficiais/1_D_2013_Crack%20possivel_vencer_estrategia_completa.pdf . Acesso em: abr. 2019.

BUTLER, J. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CALIL, T. **Condições do lugar**: relações entre saúde e ambiente para pessoas que usam crack no bairro da Luz, especificamente na região denominada Cracolândia. Orientador: Rubens de Camargo Ferreira Adorno. 2015. 1 vol. Dissertação (Mestrado em Ambiente, Saúde e Sustentabilidade) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CARNEIRO, H. O Uso das drogas como impulso humano e a crise do proibicionismo. In: FIGUEIREDO, R., FEFFERMAN, M.; ADORNO, R. (org.). Drogas e sociedade contemporânea: perspectivas para além do proibicionismo. **Temas em Saúde Coletiva** 23. São Paulo: Instituto de Saúde, 2017. Disponível em: http://www.saude.sp.gov.br/resources/instituto-de-saude/homepage/temas-saude-coletiva/pdfs/drogas_sociedade_perspectivas_livro_completo.pdf. Acesso em: 14 fev. 2019.

CORSO, M. A cena primária do psicanalista. **Correio da APPOA**, no. 133. Porto Alegre, 2005, pp.44-48. Disponível em: <http://www.apboa.com.br/uploads/arquivos/correio/correio133.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2019

COSTA, J. F. **O vestígio e a aura**: corpo e consumismo na moral do espetáculo. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

COSTA, R. M. **Mil Fitas na Cracolândia**: amanhã é domingo e a Craco resiste. Orientador: Stellio Alessandro Marras. 2017. 1 vol. Dissertação (Mestrado em Culturas e Identidades Brasileiras) - Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

PROGRAMA de Doria para a Cracolândia recicla ações do “Braços Abertos”. **Carta Capital**. 01 dez 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/programa-de-doria-para-a-cracolandia-recicla-acoes-do-de-bracos-abertos/> Acesso em: 14 maio 2019.

DAUD, R. R. Regra é regra? **Revista IBCCRIM**, No. 109, 2014.

DOMINGUES, E. **Entre a utopia e o mal-estar**: reflexões psicanalíticas sobre os militantes do MST e seus dilemas. Orientador: Miriam Debieux Rosa. 2011. 1 vol. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

DONZELOT, J. **A Polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

DUARTE, A. Arendt e Butler: pensamento em diálogo. **Revista Cult**, vol. 208, p. 26-28, 2015.

EMPREGO. In: Dicionário Michaelis online. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=158Y>. Acesso em: 01 mar. 2019.

ESCOHOTADO, A. **Historia general de las drogas**. Madrid: Espasa Calpe, 2008.

ESTEVÃO, I. R.; METZGER, C. Acompanhamento terapêutico: tática, estratégia e política. **A Peste. Revista de Psicanálise Sociedade e Filosofia**. São Paulo, v. 7, n.2, p. 69-79, jul./dez. 2015.

FOUCAULT, M. **A história da loucura**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2005.

FREUD, S. (1930). O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006a.

_____. (1923). O Ego e o Id e outros trabalhos. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006b.

GONÇALVES FILHO, J. M. Humilhação social: um problema político em psicologia. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 11-67, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641998000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 abr. 2019.

GOULART, M. **As raízes italianas do movimento antimanicomial**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

HARDT, C. **Um preço muito alto: a jornada de um neurocientista que desafia nossa visão sobre as drogas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

JUNQUEIRA, L. A. P. Articulações entre o serviço público e o cidadão. In: **X CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA**, Santiago, Chile, 18-21 Oct. 2005.

KEMPER, M. L. C.; MARTINS, J.P. de A.; MONTEIRO, S.F.S.; PINTO, T. da SILVA; WALTER, F.R. Integralidade e redes de cuidado: uma experiência do PET-Saúde/Rede de Atenção Psicossocial. **Interface: comunicação, saúde, educação**, 19 Supl. I p.995-1003, 2015

LA BOÉTIE, E. **Discurso sobre a servidão voluntária**. Disponível em: http://www.miniweb.com.br/biblioteca/Artigos/servidao_voluntaria.pdf. Acesso em: 12 abr. 2019, p. 46, 2006.

LACAN, J. (1959-60). **O seminário, livro 7: a ética da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

_____. (1960-61). **O seminário, livro 8: a transferência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

_____. (1969-70). **O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

_____. (1965a) O estádio do espelho e como formação da função do eu. In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. (1965b). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. (1965c). A ciência e a verdade. In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

LANCETTI, A. **Contrafissura e plasticidade psíquica**. São Paulo: Hucitec, 2015.

_____. **Clínica Peripatética**. São Paulo: Hucitec, 2016.

LEFORT, C. **A invenção democrática: os limites da dominação totalitária**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MARAZINA, I. Participação social em saúde no Brasil: o campo da saúde mental e suas instituições participativas. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, 4 dez. 2012. Disponível em: <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/2018>. Acesso em: 17 abr. 2019.

MATTOS, R. A. de. Os sentidos da integralidade: algumas reflexões acerca dos valores que merecem ser defendidos. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. de (org.). **Os sentidos da integralidade**. Rio de Janeiro: IMS/UERJ/ABRASCO, 2001. p. 39-64.

MELCOP, A.G.; CAMPOS, A.R.; FRACH, M. **Sem preconceitos: um guia sobre o consumo de drogas para profissionais, usuários e curiosos**. Recife: Cartilha do Centro de Prevenção às Dependências, 2002.

MENDONCA, D. de; VIEIRA JUNIOR, R. Rancière e Laclau: democracia além do consenso e da ordem. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 13, p. 107-136, abr. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522014000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522014000100005>.

NAPPO, S. Crack na cidade de São Paulo: acessibilidade, estratégias de mercado e formas de uso. **Revista de Psiquiatria Clínica**. São Paulo, v. 35, n.6, p. 212- 218, 2008.

NASCIMENTO JUNIOR, G. Recomeço para todos: uma nova perspectiva. Apresentação. **Revista Recomeço. Programa Recomeço: uma vida sem drogas**. 1ª ed., junho 2018. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/2143.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2019.

NAVARRO, N. dos S. **A intersetorialidade como modelo de gestão das políticas de combate à pobreza no Brasil: o caso do Programa Bolsa Família no Município de Guarulhos**. Orientador: Ana Cristina Braga Martes. 2019. 1 vol. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - FGV EAESP, 2011. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/8225>. Acesso em 12 mai. 2019.

OPEN SOCIETY FOUNDATIONS. **Lições brasileiras de saúde, segurança e cidadania. Crack: reduzir danos**. Jan. 2017. Disponível em: <https://www.opensocietyfoundations.org/sites/default/files/crack-reduzir-danos-20170313.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO) - 1946. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswwho.html>. Acesso em: 18 maio 2019.

OZ, A. **Mais de uma luz: fanatismo, fé e convivência no século XXI**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

PASSOS E. H.; SOUZA, T. P. Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de “guerra às drogas”. **Psicologia & sociedade**, 23(1), 154-162, 2011.

PERRONE-MOISÉS, C. *Um pensamento atual*. **Revista Cult. Especial Hannah Arendt**. vol. 208, n. 9, p. 11-15, 2015.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento**. São Paulo: Editora 34, 1996.

REIS, A.O.A; MARAZINA, I.V.; GALLO, P.R.. A humanização na saúde como instância libertadora. **Saúde soc.**, São Paulo, vol. 13, n. 3, pp. 36-43, dez. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-2902004000300005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 abr. 2019.

RIVERA, T. Desejo de ensaio. In: _____. (org.). **Coleção Ensaios brasileiros contemporâneos**. 1ª Ed, Rio de Janeiro: FUNARTE, 2017.

ROSA, M.D. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. São Paulo: Escuta/ Fapesp, 2016.

ROSA, M.D. BROIDE, E.E; SEINCMAN, P. M. A supervisão enquanto articuladora da transmissão da experiência clínica: a construção do caso clínico. In: MORETTO, M.L.T.; KUPERMANN (org.). **Supervisão: a formação clínica na psicologia e na psicanálise**. 1a. ed., São Paulo: Zagodoni/ Fapesp, 2018.

ROSA, M.D.;_ESTEVÃO, I. R.; BRAGA, A. P. M. Clínica psicanalítica implicada: conexões com a cultura, a sociedade e a política. **Psicologia em Estudo** (impresso), v. 22, p. 359 - 369, 2017.

ROSA, M.D.; VICENTIN, M.C.G.; DO CARMO, V.C.S. Viver em tempos sombrios: do gozo à experiência compartilhada. **Psicologia em Revista** (Online), v. 2, p. 51-68, 2009.

RUI, T. **Nas tramas do crack: etnografia da abjeção**. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

RUI. T.; FIORE, M.; TÓFOLI, L.F. **Relatório de pesquisa de avaliação preliminar do “Programa De Braços Abertos”**. Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM). São Paulo, 2016. Disponível em: <http://pbpd.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Pesquisa-De-Bra%C3%A7os-Abertos-1-2.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2019.

SAHM, E. O esboço como forma. **Revista de História da Arte e Arqueologia**, Campinas, n.20, jul./dez. 2013. p. 91-100. Disponível em:

https://www.ifch.unicamp.br/eha/chaa/rhaa/downloads/Revista_20_completa.pdf. Acesso em 09 maio 2019.

SALES, A.L.L. de F.; FONTES, F. F.; YASUI, S. Para (re)colocar um problema: a militância em questão. **Trends Psychol. (online)**, v. 26, n. 2, p. 565-592, jun. 2018. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141389X2018000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 abr. 2019.

SERENO, D. **O acompanhamento terapêutico como dispositivo transdisciplinar de articulação na cidade: a cena no AT**. Orientador. Odair Furtado. 2018. 1 vol. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

SHDAIOR, L. S. *et al.* **Projeto Oficinas: sistematização do saber adquirido a partir da experiência de trabalho**. CEDECA Interlagos e Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo. Junho 2016. Disponível em: <http://cedecainter.org.br/properties>. Acesso em: 26 abr. 2019.

_____. Redução de danos e a introdução da complexidade. **Grandes Temas do Conhecimento Psicologia**, n.27, 18-25, 2016.

SILVA M. N. R. M. O.; SANTOS, V. dos; SANTOS, J.E. DOS; OLIVEIRA, F. M. DE; NOGUEIRA, D.J.; GALASSI, A.D. Desenvolvendo e articulando a rede intersetorial para cuidado integral de usuários de drogas em contextos de vulnerabilidade. **Caderno de Terapia Ocupacional. UFSCar**, São Carlos, vol. 22, n. Suplemento Especial, 145-152, 2014.

VALENTE, F. Operação surpresa de guerra na Cracolândia choca entidades e recebe crítica. **Justificando**: 22 maio 2017. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/05/22/operacao-surpresa-de-guerra-na-cracolandia-choca-entidades-e-recebe-critica/>. Acesso em: 02 fev. 2019.

VARELA, D. S. S.; SALLES, I.M.M.; DANTAS E SILVA, F.M.D.; MONTEIRO, C.F. DE S. Rede de saúde no atendimento ao usuário de álcool, crack e outras drogas. **Escola Anna Nery**, 20(2), 296-30, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v20n2/1414-8145-ean-20-02-0296.pdf>. Acesso em 07 maio 2019.

ZIZEK, S. **Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

_____. **La suspensión política de la ética**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

ZIZEK, S.; DALY, G. **Arriscar o impossível: conversas com Zizek**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. Disponível em: <https://artenocampo.files.wordpress.com/2013/10/arriscar-o-impossivel-intro-zizek.pdf>. Acesso em: 10 maio 2019.